

MARCO CICERO NOCE DE PAULO MACIEL

*Este exemplar corresponde
ao original da tese defendida
pelo aluno Marco Cicero
Noce de Paulo Maciel, em
apresentado pela Comissão julgada
em Campinas - 20.04.88.*

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A NATUREZA DA CRISE ECONOMICA NA ETAPA FINAL
DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZACAO NO BRASIL

Tese de Mestrado apresentada ao Instituto
de Economia da Universidade Estadual de
Campinas

Janeiro de 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

À memória de Nina Marchetti Maciel

e

a meus pais

Para Claudia e Juliana,

é claro.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. João Manuel Cardoso de Mello, devo especial agradecimento não só pela orientação, mas também pelo apoio e interesse demonstrados durante a realização deste trabalho.

À prof^a. Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva, cuja leitura atenta e comentários pertinentes contribuíram decisivamente para o enriquecimento do texto.

Ao Instituto de Economia Industrial da UFRJ, especialmente à prof^a. Maria da Conceição Tavares e ao prof. Claudio Leopoldo Salm, que generosamente me concederam a oportunidade e o tempo necessários para a conclusão da minha pesquisa.

Não poderia deixar de ressaltar a importância fundamental do Instituto de Economia da UNICAMP na minha formação intelectual e como economista.

Aos amigos e irmãos, companheiros de trajetória, pela conviência sempre estimulante, deixo aqui minha gratidão nas figuras de Waldir, Osvaldão, Vasco, André, Malcher, Beto, Marco Antônio e Cacá.

Meus pais, com o carinho e a dedicação que lhes são peculiares, se ocuparam do penoso trabalho de datilografia e revisão dos originais.

Devo ainda expressar meu sincero obrigado a todos que, mesmo não citados, colaboraram direta ou indiretamente na execução desta tese.

Como de praxe, assumo a inteira responsabilidade pelos erros e deficiências que venham a ser encontrados.

ÍNDICE

CAPÍTULO I. O Epifenômeno da Crise Econômica.....	01
Notas Referentes ao Capítulo I.....	11
CAPÍTULO II. Agravamento do Desequilíbrio Externo e Inadequação dos Mecanismos Fiscais e Financeiros: 1959-1961.....	13
1. Os Mecanismos de Financiamento do Plano de Metas.....	14
1.1. O Setor Público.....	14
1.2. A Política Cambial e de Comércio Exterior.....	19
2. Esgotamento dos Mecanismos de Financiamento e Agravamento das Tensões Inflacionárias.....	22
2.1. O Programa de Estabilização e o Rompimento com o FMI.....	28
2.2. O Governo Jânio Quadros e a Instrução 204.....	36
Notas Referentes ao Capítulo II.....	40
CAPÍTULO III. A Explicitação da Crise: 1962-1963.....	45
1. O Imobilismo da Política Econômica: O Período Parlamentaris ta.....	46
2. Demanda por Bens de Investimento e Acumulação Efetiva de Capital.....	48
2.1. Os Investimentos Convencionais do Governo.....	49
2.2. O Setor Produtivo Estatal.....	51
2.3. O Setor Privado.....	59
2.4. Formação Bruta de Capital Fixo e Acumulação Efetiva de Capital.....	63
3. O Período do Plano Trienal.....	65

4. Acumulação de Capital, Escassez de Crédito e Aceleração In	
flacionária.....	72
Notas Referentes ao Capítulo III.....	80
TABELAS.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	165

CONFIDENTIAL

A segunda metade da década de cinquenta corresponde à última fase do processo de industrialização no Brasil¹. O Governo JK, através de seu instrumento fundamental - o Plano de Metas - iria promover uma profunda modificação na estrutura industrial. De um lado, o acirramento da concorrência internacional entre os grandes oligopólios, aliado à série de incentivos cambiais e fiscais concedidos pelo Estado, possibilitou a instalação das indústrias: automobilística, de construção naval, de equipamentos elétricos e de máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários. Por outro lado, além de ampliar o chamado capital social básico, o Estado tratou de viabilizar - fosse através de investimentos diretos; ou ao facilitar a obtenção de financiamento interno e externo - a ampliação da capacidade instalada das indústrias de insumos básicos (refino de petróleo, química pesada, siderurgia, papel e celulose, minerais não-metálicos) e de máquinas e equipamentos industriais; e a montagem de subconjuntos fornecedores de peças e componentes².

As modificações da estrutura industrial podem ser avaliadas através da tabela 1.

Enquanto em 1955 as indústrias "tradicionais"³ eram responsáveis por 56,5% do produto industrial, em 1959 e 1962 sua participação caía, respectivamente, para 47,6% e 46,8%.

Quanto ao grupo das indústrias "dinâmicas", sua participação sobre o produto industrial cresceu significativamente, passando de 35,9%, em 1955, para 40,3%, em 1959; e 45,3%, em 1962.

No caso das indústrias química e metalúrgica, embora já tivessem adquirido peso significativo sobre a estrutura industrial, entre 1955 e 1962 sofreram um crescimento considerável em sua participação.

Há a considerar, contudo, que o crescimento mais apreciável do grupo das indústrias "dinâmicas" ficou por conta das de material de transporte e material elétrico: em decorrência da instalação dos novos ramos no período, sua participação no produto industrial passou de 6,7%, em 1955, para 11,5%, em 1959; e 15,7%, em 1962.

Já a indústria mecânica, mesmo apresentando crescimento em sua participação, seu peso sobre a estrutura indus-

trial ainda era bastante reduzido em 1962 (3,2%).

Finalmente, no que se refere às indústrias "intermediárias" - borracha, papel e papelão e minerais não-metálicos - sua participação manteve-se praticamente constante em todo o período.

Os projetos de investimentos públicos e privados - ao mesmo tempo em que promoviam modificação nas relações interindustriais em favor dos setores de bens de produção e bens de consumo duráveis - em virtude de seu caráter complementar e integrado, iriam traduzir-se em poderosos efeitos sobre a economia, conferindo um caráter predominantemente endógeno ao ciclo expansivo que se iniciava entre 1956 e 1957.

A partir de 1962, contudo, o esgotamento desse ciclo expansivo iria manifestar-se claramente: a taxa de crescimento do PIB, que em 1961 atingira um pico de 10,3%, cairia para 5,2%, em 1962; e 1,6%, em 1963 (tabela 2).

Quanto à indústria de transformação, a sua desaceleração foi bem mais suave em 1962, mas fortemente abrupta em 1963: a taxa de crescimento cai de 11,1%, em 1961, para 8,2%, em 1962, e -0,3%, em 1963 (tabela 3).

O crescimento elevado da indústria de transformação, em 1962, caracterizou-se principalmente pela performance das "indústrias dinâmicas", tendo sido especialmente notável: a manutenção de uma taxa de crescimento acima de 20%, para a indústria química; o crescimento expressivo da indústria metalúrgica; a alta taxa de crescimento verificada para a indústria de material de transporte, que em 1961 havia apresentado um crescimento praticamente nulo. Já as indústrias de material elétrico e mecânica, embora não repetissem a performance dos anos anteriores, apresentaram taxas de crescimento significativamente elevadas.

Além disso, as indústrias de borracha e papel, que entre 1960/61, apresentaram comportamento medíocre, voltaram a mostrar altas taxas de crescimento.

Fica claro, pois, que a desaceleração.

da taxa de crescimento da indústria de transformação, entre 1961/62, deu-se quase que exclusivamente em função do desempenho das "indústrias tradicionais".

Em 1963, entretanto, a retração das atividades atingiu praticamente todas as indústrias, mostrando-se particularmente acentuada nos setores que experimentaram as taxas de crescimento mais elevadas no período anterior.

A primeira questão fundamental que se coloca é: quês fatores explicariam o período relativamente curto para a fase de expansão do ciclo iniciado entre 1956/57?

A hipótese de que partimos para a explicação da desaceleração econômica é a seguinte⁴: à medida em que os investimentos originalmente programados fossem sendo implantados, a incapacidade das indústrias de bens de capital e de bens duráveis de manterem um crescimento auto-sustentado, aliada à capacidade reduzida de realimentação da demanda interindustrial por parte das indústrias produtoras de insumos básicos, levariam necessariamente à desaceleração econômica.

Levando-se em conta o que afirmamos acima, os primeiros sinais de esgotamento do ciclo expansivo são visíveis desde o início da década de sessenta: coincidindo com a maturação simultânea de parcela substancial dos projetos das indústrias de bens de capital e bens duráveis, e decorrido o impacto inicial dos investimentos em infraestrutura, a taxa de formação bruta de capital fixo vai sofrer uma forte queda em 1960 (tabela 4).

A partir de 1959/60, a capacidade de sustentação da dinâmica cíclica passou a depender das seguintes condições:

1. no caso das indústrias de bens de capital, o peso adquirido por este subsetor na estrutura produtiva, embora impusesse uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação, era insuficiente para manter um crescimento auto-sustentado "a la Tugan Baranovsky". A expansão de sua produção dependia da demanda por bens de investimento do Governo e da taxa de acumulação das indústrias de bens de consumo duráveis e de insumos básicos.

E, à medida em que a taxa de investimentos do Governo e a taxa de acumulação do setor de bens de consumo duráveis tendiam a desacelerar-se, o ritmo de crescimento da produção de bens de capital ficava subordinado, principalmente, aos projetos de montagem e ampliação da capacidade produtiva das indústrias de insumos básicos.

Essas indústrias, em função do longo período de maturação de seus projetos e dos volumosos recursos requeridos, tendiam a elevar sua taxa de acumulação com um certo atraso em relação às indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

Neste contexto, a aceleração da taxa de acumulação das indústrias de insumos básicos - em decorrência da forte influência de seus investimentos sobre a mecânica pesada e a construção civil e dos seus efeitos indiretos sobre a indústria de minerais não-metálicos e a metalurgia - haveria de sustentar um ritmo de crescimento elevado para as indústrias de bens de capital.

À medida, contudo, em que os projetos de grande porte gestados à época do Plano de Metas, fossem se concretizando, o ritmo de investimento das indústrias de insumos básicos tendia a desacelerar-se. E como o crescimento da produção corrente destas indústrias não implicava em maiores efeitos sobre a demanda interindustrial, a defasagem entre os ritmos de acumulação de capital deixaria de atuar como fator de sustentação do crescimento industrial e do PIB.

2. Vejamos, agora, o setor de bens de consumo duráveis. Uma vez instaladas estas indústrias, seus efeitos de encadeamento para frente e para trás haviam de reduzir-se, incapacitando-as de manterem, por si só, a expansão. A despeito disto, para a análise da dinâmica cíclica, não se pode ignorar o desempenho deste setor. Ou seja, ao contrário das indústrias de insumos básicos, seu caráter de liderança se expressaria não apenas no crescimento das taxas de investimentos, mas também na propagação de estímulos através da demanda corrente interindustrial e de efeitos sobre a massa de salários.

O desempenho das indústrias de bens duráveis estava, inicialmente, assegurado pela demanda reprimida por veículos e eletrodomésticos e pelo ritmo de crescimento dos investimentos, ao qual estava atrelada a demanda por veículos pesados.

Afastados os efeitos iniciais de expansão, decorrentes destes fatores, a produção de bens duráveis tendia a retrair-se. E, já que a estrutura de renda e o mercado de capitais não sofreram alterações significativas, restavam as seguintes alternativas para conter-se a retração da demanda: 1º) adotar política mais agressiva de diferenciação de modelo e de propaganda, visando estimular o consumo das camadas de alta renda. No entanto, tal manobra seria insuficiente para compensar o desfalecimento da demanda por veículos pesados; 2º) que a capacidade de mobilização de excedentes por parte das instituições, que operavam com títulos de médio prazo, se ampliasse contínua e significativamente. Esta possibilidade dependia do comportamento do processo inflacionário. Ou seja: à medida em que a inflação se acelerasse, a rentabilidade desses títulos tendia a decrescer, acarretando fuga dos excedentes para aplicações mais atraentes.

Passado um primeiro momento, de forte expansão ocasionada pela demanda reprimida, a desaceleração do ritmo de produção das indústrias de bens duráveis era inevitável. O caráter mais ou menos abrupto da desaceleração dependia, em última análise, do grau de simultaneidade da entrada em operação das novas plantas industriais. Atingido o "ponto" de saturação, a demanda por bens de consumo duráveis não só se retrairia, como iria sofrer fortes oscilações a curto prazo. Estas, por sua vez, deviam-se à exacerbação da demanda especulativa que tendia a acompanhar os períodos de intensificação do ritmo de desvalorização da moeda.

Comprovaremos as considerações acima através de uma análise mais detalhada da atuação dos ramos industriais.

Iniciemos pelas indústrias de bens de capital e de bens duráveis: a tabela 5 - que apropria aqueles grupos e subgrupos dos quatro gêneros industriais que compõem a indústria mecânica e elétrica, e os desdobra em doze ramos industriais - permite-nos extrair algumas observações relevantes em relação ao seu desempenho.

Primeiro: se excluirmos o ramo XII⁵, notaremos que tanto as oscilações verificadas para o conjunto das indústrias entre 1960/1964, quanto a alta taxa de crescimento para 1961/1962 devem-se principalmente à influência das indústrias produtoras de bens d

consumo duráveis (ramos IX e XI).

Segundo: as altas taxas de crescimento para o conjunto das indústrias produtoras de bens de capital (tabela 6) entre 1961/62 e 1962/63 se devem ao início das entregas das primeiras encomendas por parte dos grandes estaleiros e à entrada em operação dos ramos VIII e X (que são implantados, respectivamente, nos períodos de 1961/62 e de 1960/61).

Já os índices de evolução dos ramos II, III e IV - que congregam todas as máquinas e equipamentos industriais - quando analisados individualmente, não permitiriam extrair qualquer tendência. Isto se deveria, em grande parte, à interpenetração dos seus processos industriais, levando a que determinadas indústrias produzissem, com as mesmas instalações, produtos que seriam classificados em ramos distintos.

Com efeito, se considerarmos a produção global dos três ramos, observaremos que, coincidindo com o comportamento dos investimentos do setor produtivo estatal, o período de 1960/64 é marcado por uma desaceleração contínua do seu crescimento.

Por último, convém mencionar que nos anos de 1962 e 1963 estimava-se que a ociosidade para o conjunto das indústrias de bens de capital girava em torno de 40% da capacidade nominal⁶.

Compreende-se, dessa forma, porque as elevadas taxas de crescimento da demanda por bens de capital entre 1961/63 foram insuficientes para estimular novos investimentos produtivos.

Finalmente, analisaremos a atuação dos ramos produtores de bens de consumo duráveis.

Em primeiro lugar: se considerarmos os índices de produção física das indústrias automobilística e de aparelhos eletrodomésticos (tabelas 7 e 8), para o período 1956/64, podemos observar o seguinte: de um lado, entre 1956/61, a produção de veículos pesados (caminhões, ônibus e utilitários) e a indústria de aparelhos eletrodomésticos apresentam-se em contínua desaceleração, com fortes tendências à estagnação.

Por outro lado, a produção de veículos leves (camionetas e automóveis), que entraria em plena operação somente entre 1959/60, apresentaria uma tendência à desaceleração do seu crescimento. E, no que tange à produção de veículos de passageiros, é importante ressaltar que mesmo nos anos de 1963 e 1964, sua produção anual cresceu a taxas significativamente altas.

Segundo: se considerarmos a produção global destas indústrias, poderemos constatar que o período de 1960/64 estaria marcado por fortes oscilações.

Entre 1960/61, em decorrência do decréscimo da produção de veículos pesados - que, em 1960, era responsável por 46% do total de unidades (tabela 9) - e de eletrodomésticos, o setor vai apresentar um crescimento praticamente nulo. E seu desempenho só não foi mais medíocre devido à alta taxa de crescimento da produção de veículos mais leves, principalmente automóveis de passageiros.

Em 1962, o crescimento da produção das indústrias de eletrodomésticos, a recuperação (ainda que relativa) da produção de veículos pesados e a atuação espetacular da produção de veículos leves garantiram um crescimento significativamente alto. Finalmente, no ano de 1963, o setor iria apresentar um crescimento acentuadamente negativo.

A reversão da tendência à desaceleração para o ano de 1962 se explicaria, parcialmente, pelo crescimento notável do mercado de aceites observado naquele ano. Isso se deu em decorrência, principalmente, do desaparecimento das letras de importação emitidas pelo Banco do Brasil, que eram negociadas com âgios extremamente atrativos.

Contudo, esta situação favorável - e à qual a demanda por eletrodomésticos era bastante sensível - não logrou perdurar por muito tempo: se tomarmos a tabela 10, a qual reproduz o movimento médio diário com letras de câmbio, poderemos constatar que este alcança um máximo em setembro, para cair ininterrupta e aceleradamente até fins de 1962.

A despeito disto, tudo indica que a produção de bens de consumo duráveis (principalmente veículos de passa

geiros) manteve-se em níveis particularmente elevados até fins do primeiro trimestre de 1963. E como a partir do final de 1962 o processo inflacionário intensificou-se, fica fácil concluir que, em algum momento do segundo semestre de 1962, a demanda por bens duráveis assumiu um caráter predominantemente especulativo.

Passemos à análise das indústrias de insumos básicos. O exame das tabelas 11 e 16 permite-nos observar:

Primeiro: o período mais longo de concretização destes projetos e as dificuldades enfrentadas pelo lado dos volumosos recursos financeiros requeridos iriam traduzir-se, em termos dinâmicos, num descompasso entre o ritmo de expansão da demanda e o crescimento da produção.

Segundo: as elevadas taxas de crescimento observadas para as indústrias química⁷, de metais não-ferrosos e de papel nos anos de 1961 e 1962 se explicariam muito mais pela entrada em operação de novas unidades produtivas do que pelo ritmo de expansão da demanda corrente.

Terceiro: a performance da indústria siderúrgica entre 1962/64 revelou-se bastante discreta, se comparada com o período imediatamente anterior (1959/61). A explicação para este fato residiria, principalmente, na retração do ritmo de investimento das empresas em fase de montagem ou de ampliação de capacidade produtiva.

Já a produção de energia elétrica iria apresentar uma taxa média de crescimento anual de 8,5%, entre 1959 e 1962. Em 1963, a despeito da entrada em operação de grande número de unidades geradoras⁸, o crescimento da produção de energia elétrica foi de apenas 2,6%. Tal fato decorreu, em grande parte, da crise de fornecimento (e posterior racionamento) de energia elétrica no eixo Rio - São Paulo, que era atendido pelo "Sistema Light".

Finalmente, cumpre acrescentar que em virtude do caráter fortemente descontínuo dos investimentos das indústrias de insumos básicos, no início da década de sessenta, sua capacidade de instalada era insuficiente para atender à demanda corrente.

Em síntese: uma vez implantados os projetos originalmente programados para as indústrias de bens duráveis e

bens de capital (1959/60), e decorrido um período de extraordinário crescimento da taxa de investimento das indústrias de base (1959/61), o ciclo de expansão haveria de sofrer uma reversão (1961/62).

Em primeiro lugar, a conclusão de uma série de projetos de grande porte (principalmente do setor produtivo estatal) implicou em fortes efeitos desestabilizadores. A retração na contratação de novas empreitadas e a diminuição progressiva das encomendas de bens de capital fixo contribuíram decisivamente para a criação de uma capacidade ociosa generalizada. Por outro lado, na medida em que o desempenho das indústrias de insumos básicos não implicava maiores efeitos de encadeamento interindustrial, o período imediatamente seguinte à entrada em operação das novas unidades produtivas viria acompanhado de uma desaceleração do crescimento do produto industrial.

Segundo, parcela significativa das indústrias de bens duráveis vinha apresentando desde o início da década de sessenta, um potencial produtivo bastante superior à demanda efetiva de seus produtos. Assim o desempenho do setor de bens de consumo duráveis, entre 1961/62, não logrou sustentar o crescimento do produto industrial, muito menos influenciar a performance do PIB.

Tratemos, agora, de explicitar a questão que permeia todo nosso trabalho: ainda que a natureza desequilibrada da estrutura industrial e a defasagem relativa entre os ritmos de investimento permitam demonstrar o caráter cíclico do PIB, isto, por si só, não dá conta da forma abrupta com que o ciclo expansivo se reverteu.

A ampliação dos gastos correntes e de capital do Governo e a continuidade dos projetos de investimento do setor produtivo estatal teriam sido suficientes para suavizar a reversão cíclica. Além do mais, a constituição do núcleo básico do setor de bens de produção abria novas e importantes frentes de expansão para o Estado e o capital privado.

Não se pense, contudo, que o grau de profundidade da desaceleração econômica se reduzisse à mera opção do Estado; ou, como fazem crer certas interpretações, que a estagnação econômica de 1963 estivesse associada a problemas de demanda corrente derivados da política de estabilização.

A crise econômica que (do ponto de vista da dinâmica da acumulação) se inicia em 1962 só pode ser compreendida, em sua plenitude, quando se tem em conta, de um lado, o esgotamento dos mecanismos de financiamento criados para apoiar o Plano de Metas; e, por outro lado, o modo de articulação contraditório entre aceleração inflacionária e acumulação de capital do setor privado.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO I

1. Para as linhas fundamentais do padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil veja-se: João Manuel Cardoso de Mello, "O Capitalismo Tardio", São Paulo, Brasiliense, 1982; Maria da Conceição Tavares, "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", tese de Livre-docência, Rio, UFRJ, mimeo, 1975, capítulo III.
2. Para um exame detalhado dos objetivos e resultados do Plano de Metas, veja-se Carlos Lessa, "Quinze Anos de Política Econômica", São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, pp 27/55.
3. Sobre a classificação dos grupos de indústrias em "tradicionais", "dinâmicas" e "intermediárias" veja-se Maria da Conceição Tavares, "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", Rio, Zahar, 1977, pp 91/97.
4. Para a interpretação da desaceleração econômica, apoiamo-nos amplamente nos seguintes trabalhos: Maria da Conceição Tavares, 1975, Op. cit.; Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, (orgs), "Desenvolvimento Capitalista no Brasil", São Paulo, Brasiliense, 1982; João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Reflexões sobre a Crise Atual" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, (orgs), 1982, Op. cit.; Luciano G. Coutinho e Henri-Philippe Reichstul, "O Setor Produtivo Estatal e o "Ciclo" in Carlos Estevam Martins (org), "Estado e Capitalismo no Brasil", São Paulo, HUCITEC-CEBRAP, 1977.
5. O ramo XII é residual, englobando todos os produtos do Setor Mecânico que não puderam ser especificamente quantificados.
6. "A indústria de bens de capital tem capacidade nominal superior à demanda aparente. Pelas informações colhidas em entrevistas diretas com empresários estimou-se que a ociosidade em 1962/63 girou em torno de 40% da capacidade nominal, reduzindo-se em 1964/65 para cerca de 25%". Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica, EPEA, 1966, p. 113.
7. No caso da indústria química, seu crescimento em 1961 e 1962 deveu-se principalmente à entrada em operação da Refinaria "Duque de Caxias", a qual, em 1962, já era responsável por cerca de 30% do total de carga processada de petróleo. Além disso, teríamos para os anos de 1961 e 1962: a conclusão dos projetos de ex-

pansão das refinarias de Mataripe e Landulpho Alves (1960/61); a entrada em funcionamento da fábrica de borracha sintética (CPPV) da Petrobrás (1962); a maturação do projeto de ampliação da capacidade produtiva da fábrica de fertilizantes (Cubatão) da Petrobrás (1962); e o crescimento significativo da produção interna de produtos químicos derivados do carvão, em decorrência da ampliação da capacidade produtiva da CSN (1961/62) e do início das operações da Usina "Intendente Câmara", da USIMINAS (1962/63).

8. Além do início de operações da Usina de "Três Marias" (meados de 1962) e da primeira unidade da Usina Hidrelétrica de Furnas (setembro de 1963), entre o segundo semestre de 1962 e 1963 foram concluídos, em diversas regiões do país, numerosos projetos hidroelétricos e termoelétricos de médio e pequeno porte, a cargo das empresas estaduais.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
5 EAST ASH AVENUE
ANN ARBOR, MICHIGAN 48106
U.S.A. AND CANADA
OXFORD, ENGLAND
OXFORD UNIVERSITY PRESS

1. OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE METAS

1.1 O SETOR PÚBLICO

O Plano de Metas exigiu um grande esforço de investimentos em infraestrutura e insumos básicos, por parte do Estado.

Logicamente, isso acarretou crescimento da participação do setor público na economia. Para se ter uma idéia, considerando apenas a demanda por bens e serviços do Governo (em suas três esferas), sua participação em relação ao PNB passou de 17,8%, em 1956, para 19,4%¹, em média, no período do Plano de Metas (tabela 17). Por outro lado, a participação dos investimentos do setor público² (governo e empresas federais) em relação ao total da "formação bruta de capital fixo" subiu de 25,8%, em 1955, para 38,7%, em 1960 (tabela 18).

Defrontou-se o Estado com a tarefa de gerar/ampliar recursos, que permitissem atender aos investimentos da União, Estados e Municípios em infraestrutura e criar ou adaptar mecanismos de financiamento que viabilizassem a montagem e ampliação da capacidade produtiva das empresas públicas industriais.

No que se refere ao Governo, seu esforço de investimentos não foi acompanhado de nenhuma modificação estrutural do sistema tributário (tabela 19). O crescimento da receita tributária no período, ainda que relevante (tabela 20), deveu-se ou a revisões/alterações nos tributos indiretos já existentes ou ao seu crescimento vegetativo³.

Paralelamente à elevação da carga tributária, entre 1956 e 1960, o Governo Federal adotou uma política de achatamento do salário do funcionalismo, como evidenciado na tabela 21.

A ampliação dos recursos tributários - parcela dos quais estava vinculada a aplicações específicas - , aliada a um menor crescimento relativo das despesas correntes (tabela 22), permitiu ao Governo ampliar consideravelmente a disponibilidade de recursos para aplicação em investimentos.

Se examinarmos a tabela 23, poderemos verificar que entre 1958/60 a "poupança em conta corrente"⁴ do Governo se

apresentou em níveis significativamente elevados, representando - em média - 88% da formação bruta de capital fixo das três esferas de Governo.

Isso não significa, no entanto, que a "receita disponível" da União teria sido suficiente para atender à qua se totalidade de seus investimentos. Ocorre que parcela significativa da "poupança em conta corrente" da União era utilizada para financiar não apenas seus gastos de investimento em capital fixo, mas também outras despesas de capital de caráter incompressível, o que acabava por diminuir sua capacidade de investimento.

Para exemplificar, "o saldo de ágios e bonificações"⁵ - que durante o período do Plano de Metas representou, em média, 15,5% da receita tributária da União⁶ - tinha a maior parte de sua receita vinculada à aquisição dos excedentes da safra cafeeira: entre 1958/60, os adiantamentos feitos ao IBC para operações ligadas à safra cafeeira equivaliam a cerca de 60% da "poupança corrente" da União.

A insuficiência da "renda disponível" da União para cobrir seus investimentos se evidencia através do exame do processo de execução orçamentária (tabela 24).

Visando reduzir o "déficit de caixa" do Tesouro - que decorria do volume excessivo de gastos não previstos - o Executivo era, frequentemente, levado a instituir "planos de economia": de um lado, na medida em que os gastos de custeio não comportavam deduções, tratava-se de efetuar cortes definitivos nas dotações destinadas a investimentos; por outro lado, utilizava-se do recurso de transferir parcela significativa dos gastos para os exercícios sequentes.

Tal adiamento, contudo, acabava por acarretar uma elevação substancial dos "resíduos passivos", obrigando o Governo a liquidar, anualmente, um volume significativo deste tipo de despesa - e, por conseguinte, contribuindo para pressionar o "défi cit de caixa".

Com efeito, se examinarmos a tabela 25, poderemos constatar que mesmo no período de 1958/60 a participação do

"déficit de caixa" do Tesouro sobre a receita orçamentária manteve-se em níveis significativamente elevados.

Isto, logicamente, compelia o Estado a utilizar-se de outras fontes de recursos para financiar a expansão dos gastos da União. E, na medida em que a colocação voluntária de Letras do Tesouro esbarrava em obstáculos legais e econômicos, para a cobertura do "déficit de caixa" - e, por conseguinte, de parcela significativa dos investimentos da União ⁷ - o Estado recorria ao Banco do Brasil.

Este Banco, por sua vez, contava basicamente com as seguintes fontes de recursos para ampliar seus empréstimos aos setores público e privado:

- 1a. o superávit obtido nas transações com o exterior, dentre as quais destacava-se o "saldo líquido de ágios e bonificações" ⁸;
- 2a. os depósitos voluntários e compulsórios dos bancos comerciais junto às Autoridades Monetárias.

Contudo, uma vez que o volume de recursos captados destes setores era insuficiente para cobrir o efeito expansionista das operações de empréstimo do Banco do Brasil com o Tesouro e o setor privado não-bancário, o Banco tratava de obter recursos adicionais na Carteira de Redescontos, o que acarretava novas emissões de papel-moeda (tabela 26).

Quanto às empresas estatais, tendo em vista que a maioria apresentava capacidade de autofinanciamento significativamente baixa, os seus investimentos foram financiados fundamentalmente através de recursos de terceiros - fosse através de transferência de capital do Estado, fosse através de empréstimos internos e empréstimos e financiamentos externos.

No que diz respeito às empresas não-industriais (exceção às instituições financeiras e companhias de seguros), tendo em vista a política de tarifas e fretes a baixos preços, sua receita operacional revelava-se insuficiente até para cobrir as despesas correntes. As empresas de transporte, por exemplo, eram obrigadas a recorrer frequentemente à ajuda do governo, através dos itens subsídios e cobertura de déficit: entre 1958 e 1961, as receitas referentes a estes dois itens representaram cerca de 50% de suas receitas correntes (tabela 27).

Assim, e tendo em vista a incapacidade de endividamento destas empresas, o principal mecanismo de financiamento dos seus investimentos residiu nas transferências de capital do Governo Federal - constituídas, principalmente, de recursos vinculados.

Quanto às empresas do setor produtivo estatal, a única que apresentou capacidade de autofinanciamento relevante foi a Petrobrás. O reajuste dos preços dos derivados de petróleo possibilitou a esta empresa um volume de recursos suficiente para cobrir suas atividades correntes, bem como para atender parcela significativa dos investimentos: entre 1955 e 1960, período em que os investimentos em exploração e refino evidenciaram acréscimos significativos, o total de recursos próprios da Petrobrás cresceu, em termos reais, 852%. Além disso, contava ela com recursos de origem fiscal, os quais representavam, entre 1955 e 1960, mais de 30% do total de seus recursos em moeda nacional. Assim, o crescimento das fontes de recursos internos diminuía a necessidade de recursos provenientes de financiamentos externos.

Já as demais empresas produtoras de insumos básicos, principalmente as dos setores de energia elétrica e siderúrgico, contavam com uma capacidade de autofinanciamento insignificante. Isto porque, de um lado, grande parte das empresas destes dois setores foi constituída neste período. É o caso, por exemplo, de FURNAS, COSIPA e USIMINAS. Por outro lado, aquelas empresas que já se encontravam em operação (CEMIG, CHESF, CSN etc.), ao cumprirem uma função de reforço à acumulação privada, acabaram por reduzir sua capacidade de autofinanciamento a níveis irrisórios.

Para atender às necessidades de financiamento destas empresas cumpriu o BNDE um papel fundamental: em primeiro lugar, o banco concedia financiamento a longo prazo, a taxa de juros abaixo da taxa de inflação, com um prazo de amortização que variava entre 5 e 15 anos e um período de carência para amortização do principal entre 6 meses e 3 anos. Além das operações de empréstimos tradicionais, podia o banco financiar as empresas através de participação societária.

Entre 1957 e 1961, 85% das "colocações financeiras aprovadas" pelo BNDE foram absorvidas pelo setor público (tabela 28).

Por outro lado, neste mesmo período, do total de operações em moeda nacional (tabela 29), 28% couberam ao se tor de energia elétrica e 42% à indústria siderúrgica (USIMINAS, COSI PA, Ferro e Aço Vitória etc.) - sendo que, neste caso, parcela signi ficativa dos financiamentos foi convertida em participação societária do banco.

Os recursos administrados pelo Banco po dem ser classificados em 3 classes:

- 1ª) Recursos Próprios, constituídos pelo capital e reservas, pela re muneração dos capitais da União aplicados em sociedade de econo mia mista e pelo retorno do capital aplicado pela própria insti tuição. Entre 1957/63, esta classe representou, em média, 23,5% do total dos recursos do BNDE (tabela 30).
- 2ª) O Fundo de Reparçamento Econômico, o qual por ter sua devolução ao contribuinte prevista em lei, não se incorporava ao patrimô nio do Banco.

Estão aí incluídos: o empréstimo compul sório cobrado aos contribuintes do Imposto de Renda, o qual cons tituiu-se na fonte de recursos mais importante da instituição en tre 1957 e 1963 (44,0%, em média); e o recolhimento de 25% do a crêscimo anual das reservas técnicas das empresas de seguro e ca pitalização.

- 3ª) Os Recursos Especiais, dentre os quais se destacavam os fundos provenientes dos Acordos do Trigo. Consoante a disposição des tes acordos ⁹, a receita oriunda dos produtos agrícolas (princi palmente trigo) adquiridos nos Estados Unidos deveria ser empres tada ao Governo Federal para ser aplicada através do BNDE. Entre 1957/59, este fundo constituiu-se na segunda maior fonte de re cursos do Banco (25,3%).

Além dos recursos acima, caberia mencio nar os Recursos Vinculados, os quais - embora fossem depositados em caráter transitório no BNDE - não implicavam em nenhuma inge rência por parte desta instituição. Estes recursos vinculavam-se a investimentos setoriais (energia e transporte), ficando sua administração a cargo de outras entidades públicas. Dentre estes

fundos, destacavam-se: Fundo Federal de Eletrificação, Fundo de Marinha Mercante, Fundo Portuário, Fundo de Renovação e Melhoramentos das Ferrovias e o Fundo de Pavimentação.

Em segundo lugar, podia o Banco conceder aval - fosse diretamente; fosse enquanto agente financeiro do Tesouro Nacional - nas operações de financiamento externo: entre 1956 e 1961, do total de operações em moeda estrangeira, 51% foram absorvidos pela indústria siderúrgica e 20% pelo setor de energia elétrica (tabela 31).

Assim, ao mesmo tempo em que se garantia o acesso ao crédito externo por parte das empresas estatais e privadas em implantação e ampliação, o BNDE cumpria o papel de orientador das inversões públicas e privadas¹⁰.

1.2. A POLÍTICA CAMBIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR¹¹

Os contornos da política cambial e de comércio exterior do período do Plano de Metas estão delineados desde a reforma implementada em 1953, através da Instrução 70 da SUMOC. Diversas modificações foram efetuadas, entre as quais destacaram-se:

- 1ª) adoção de um esquema de bonificações às exportações. Em quatro categorias classificavam-se as bonificações e a cada uma correspondia um bônus¹²;
- 2ª) o sistema de leilões foi implantado nas importações, classificando-se os produtos importados em 5 categorias, baseadas no grau de prioridade da importação. O critério de prioridade obedecia a uma gradação decrescente, indo da categoria I à V, incidindo sobre cada uma um âgio em cima da taxa de câmbio oficial;
- 3ª) há a considerar que alguns produtos importados não ficaram sujeitos ao leilão, havendo uma variação na taxa paga por eles entre a de câmbio oficial e a de "câmbio de custo";
- 4ª) transações de serviço e financeiras, negociadas no mercado livre, configuraram-se como outra exceção de importância. Quanto às atividades julgadas prioritárias, passaram a beneficiar-se de taxas favorecidas para pagamento de juros e amortizações de financiamento externo e remessas de lucros e dividendos.

Através desse sistema de taxas múlti

plas, foi constituída a "Conta de Ágios e Bonificações". O saldo aí obtido - que correspondia à diferença, em cruzeiros, entre os ágios e sobretaxas arrecadados e as bonificações pagas - se destinava a financiar uma série de operações, dentre as quais se destacavam os fundos entregues ao IBC para aquisição dos excedentes da safra cafeeira ¹³. Por outro lado, o saldo líquido desta conta, quando positivo, se constituía numa fonte de financiamento das operações das Autoridades Monetárias.

A Lei 1807 e o Decreto 34893, de janeiro de 1954, tiveram por objetivo o estabelecimento de estímulos à entrada de capital estrangeiro no Brasil. E isso em razão da queda havida nas receitas de exportação, a qual tendia a restringir qualquer política de industrialização. Logo, a solução imediata encontrada foi a atração de capital autônomo. Os incentivos firmavam-se em um tripé:

1. mercado livre para a entrada de capital de investimento e "câmbio de custo" para a importação de equipamentos;
2. tratando-se de investimento prioritário, as remessas de lucro poderiam ser feitas à taxa de câmbio de custo, até um limite de 10% do capital registrado;
3. o mesmo tratamento das remessas de lucros seria dado ao pagamento dos juros sobre os empréstimos e financiamentos.

A Instrução 113 iria modificar o quadro enfocado, com a abordagem de dois aspectos: 1. referente ao investimento direto; 2. em relação ao financiamento externo. Há a destacar o seguinte: a) os investimentos estrangeiros, considerados prioritários, através da CACEX iriam obter licenças de importação sem cobertura cambial; b) ao financiamento externo reservava-se a garantia de uma taxa de câmbio preferencial, destinada ao pagamento do financiamento dos equipamentos incluídos nas três primeiras categorias, criadas pela Instrução 70. Em contrapartida, criava-se restrições ao desembolso anual, fixando-se o máximo de 20% do valor do financiamento e mais: à disponibilidade de divisas.

Chegamos com este enquadramento até agosto de 1957, quando nova alteração se deu no sistema cambial, per-

durando por 4 anos, já que vigorou até 1961. Essa modificação traduziu-se no seguinte: 1º) as cinco categorias anteriores ficaram reduzidas a duas: geral e especial. A Categoria Geral abrangia matérias-primas, equipamentos e outros bens sem produção interna suficiente; à Categoria Especial incorporavam-se bens de consumo supérfluos, ou aqueles cuja oferta interna suprisse satisfatoriamente; 2º) configurou-se uma terceira categoria - a Preferencial. Criada para disciplinar a importação de bens considerados essenciais e, por isso mesmo, não sujeitos a leilão. Eram eles: petróleo, papel, fertilizantes e equipamentos para investimentos prioritários. A Categoria Preferencial iria pagar a taxa de câmbio de custo; 3º) a transformação da incidência do imposto sobre os produtos importados de específica para "ad valorem".

Simultaneamente, tratou-se de criar instrumentos que permitissem conciliar a política de industrialização com o incentivo à produção interna: a criação do Conselho de Política Aduaneira, cujas funções eram: "a) o enquadramento dos produtos de importação numa das categorias (geral e especial); b) alteração de alíquotas no intervalo de 30% acima e abaixo, respectivamente, da máxima e mínima de cada capítulo de importação (subconjunto de produtos agrupados sob um mesmo título)" ¹⁴; a "Lei de Similares", criada para proteger o mercado interno da importação de bens, os quais fosse ele capaz de suprir; isenção ou redução de tarifas para aqueles produtos cuja oferta interna não fosse suficiente para atender à demanda.

Em função da reforma cambial e da introdução de tarifas "ad valorem" ampliou-se consideravelmente a arrecadação do Imposto de Importação e a receita da "Conta de Ágios e Bonificações".

Em vista do acima exposto, fica fácil entender a importância da política cambial (e de comércio exterior) para o processo de industrialização pesada: ao mesmo tempo em que permitia-se romper os obstáculos criados pela baixa capacidade para importar, resolvia-se (ainda que parcialmente) o problema de concentração e mobilização de capitais.

De um lado, possibilitou-se a entrada do capital estrangeiro ao conceder generosos favores, como: a importa

ção sem cobertura cambial; câmbio favorecido para amortização, juros e remessas de lucros; registro do capital à taxa de mercado livre e garantia para transferência de câmbio.

Por outro lado, ao garantir câmbio favorecido para o pagamento de empréstimos e financiamentos externos, permitiu-se romper os obstáculos decorrentes do baixo grau de desenvolvimento financeiro. Neste aspecto, como bem notou Carlos Lessa, do total das entradas autônomas de capital, os financiamentos externos para projetos específicos tiveram uma participação de 81,7%. Simultaneamente, a política cambial e de comércio exterior contribuiu direta e indiretamente para ampliação dos recursos à disposição do Estado.

2. ESGOTAMENTO DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E AGRAVAMENTO DAS TENSÕES INFLACIONÁRIAS

À medida em que o processo de industrialização avançasse, os mecanismos de financiamento acionados pelo Plano de Metas tendiam a perder sua eficácia.

Em primeiro lugar, o ritmo de crescimento da receita tributária tendia a apresentar-se insuficiente para acompanhar o crescimento inexorável de determinadas despesas correntes da União: no caso das despesas de pessoal, seu comportamento bastante discreto entre 1956 e fins de 1960 deveu-se quase que exclusivamente à forte contração do salário médio real do funcionalismo público (inclusive autarquias e empresas de transporte). Às reivindicações salariais daí decorrentes, acrescentava-se o fato de que o funcionalismo público civil da União aguardava desde 1952 a entrada em vigor do Plano de Classificação de Cargos e Funções ¹⁵. Neste contexto, a possibilidade do Governo reverter esta tendência ao crescimento relativo dos gastos de pessoal eram praticamente inexistentes. Além disso, uma vez que o Governo era o maior empregador individual ¹⁶, os efeitos econômicos de uma política de contração de gastos com pessoal seriam, no mínimo, contraditórios.

No que se refere às empresas de transporte, reduzir sua dependência em relação ao Governo Federal, significaria aumentar de forma acentuada os preços das tarifas. Contudo, em virtude da forte influência destes serviços sobre o nível do custo de vida, tal medida era não apenas inviável politicamente, como tendia a gerar fortes pressões por reajustes de salários.

O caráter incompressível destas despesas, aliado ao acúmulo de resíduos passivos, tendia a pressionar o déficit de caixa do Tesouro.

As possibilidades de reverter-se esta tendência através da elevação na carga tributária eram bastante remotas.

Alterações na estrutura tributária em favor dos tributos diretos esbarravam não apenas em fortes pressões contrárias por parte do empresariado, mas também - em última instância - no veto do Congresso. Não é por acaso que uma série de propostas de revisão tributária levadas ao legislativo, quando aprovadas, além de passarem por um processo excessivamente lento, eram quase que integralmente modificadas.

Neste contexto, a questão que se coloca é a seguinte: quais as possibilidades efetivas do Governo "compensar" o decréscimo na sua disponibilidade real de recursos para investimentos através de um aumento relativo do déficit público?

Trata-se, portanto, de analisar as alternativas de financiamento do déficit. Uma primeira alternativa seria a criação de novas formas de financiamento. Entretanto, as elevadas taxas de inflação do período, aliadas à rigidez institucional - como, por exemplo, a lei da usura - tornavam praticamente impossível o financiamento do déficit através da emissão de títulos da dívida pública.

Restava, portanto, a alternativa de financiar o crescimento do déficit público - e, por conseguinte, dos investimentos - através do Banco do Brasil. E na medida em que financiar o déficit através de maiores recursos obtidos nas operações com os bancos privados e nas transações com o exterior era, pelo menos no curto prazo, totalmente inviável, a manutenção do ritmo de investimento

do Governo passava a recair cada vez mais sobre o recurso à emissão primária.

A situação do Balanço de Pagamento haveria de agravar ainda mais o quadro acima delineado. Como vimos, a baixa capacidade para importar - decorrente do pequeno superávit da Balança Comercial - implicava numa política de estímulo à estrada de capitais autônomos. Entretanto, o movimento líquido de capitais autônomos tendia a revelar-se insuficiente para cobrir o déficit de transações correntes, onde o Balanço de Serviços apresentava-se fortemente negativo (tabela 32).

O déficit extremamente elevado no ano de 1957 e as perspectivas bastante pessimistas para a situação do Balanço de Pagamentos para o ano de 1958, levaram os credores externos, ainda neste ano, a pressionarem o Governo brasileiro a iniciar negociações junto ao Fundo Monetário Internacional.

As pressões oriundas do "front" externo contribuiriam para a deterioração dos mecanismos de financiamento à disposição do Governo.

De um lado, a tentativa de controlar o processo inflacionário através da contenção do déficit público acarretaria, no mínimo, uma desaceleração do ritmo de investimentos programados.

Por outro, a adoção de medidas que visasem reverter a situação do Balanço de Pagamentos no curto prazo, além de revelar-se inócua, implicaria em resultados bastante contraditórios.

Primeiro, a adoção de uma política cambial mais "realista", haveria de provocar impactos imediatos sobre os custos industriais e sobre o nível do custo de vida, acelerando os mecanismos de propagação inflacionária. Assim, a intensificação do ritmo de desvalorização cambial, ao mesmo tempo em que contribuiria para o agravamento das tensões inflacionárias, não implicaria em maiores efeitos sobre as exportações e tendia a estimular a demanda (de caráter especulativo) por bens importados.

Em segundo lugar, como a política de comércio exterior proporcionava fontes adicionais de recursos para o Governo - o Imposto de Importação e o Saldo de Ágios e Bonificações - me

didadas que estimulassem as exportações ou restringissem as importações implicariam, simultaneamente, uma menor arrecadação tributária e um maior volume de emissão de moeda para cobrir o déficit de caixa do Tesouro.

Um outro conjunto de problemas dizia respeito aos mecanismos de financiamento das atividades industriais e comerciais.

Inicialmente, a questão fundamental era a de criar ou adaptar mecanismos que viabilizassem o Plano de Metas. Assim, a entrada do capital estrangeiro, os incentivos cambiais concedidos às empresas nacionais e estrangeiras, o financiamento a baixa taxa de juros pelo BNDE e os investimentos em infraestrutura através do Estado tratavam de garantir a implementação dos pacotes de investimento.

A partir do final da década de cinquenta, o grau de diversificação alcançado pela estrutura industrial e o peso crescente dos investimentos do setor produtivo estatal passariam a reclamar alterações profundas nos mecanismos (públicos e privados) de concentração e mobilização de capital.

Pelo lado do setor privado, a maturação simultânea de uma série de projetos de investimento implicava numa demanda crescente por recursos financeiros: primeiro, para atender à expansão das atividades correntes; segundo, para financiar a aquisição de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Quanto ao setor produtivo estatal, o agravamento do desequilíbrio externo e a conseqüente necessidade de emprender-se negociações junto aos credores externos implicaria, no mínimo, na diminuição da entrada de novos recursos a título de empréstimos.

Neste contexto, a baixa capacidade de concentração de capital por parte do Estado e a inexistência de mecanismos financeiros públicos e privados que garantissem a rentabilidade real para as aplicações, ao mesmo tempo em que acarretavam uma tendência à escassez relativa de crédito, haveriam de contribuir para o agravamento das tensões inflacionárias.

Primeiro, no caso das empresas estatais que se encontravam em fase de ampliação da capacidade produtiva, por atuarem na produção de insumos estratégicos, uma política de elevação dos preços e tarifas acabaria por acelerar os mecanismos de propagação inflacionária.

Segundo, o crescimento das despesas correntes e a insuficiência dos recursos de natureza fiscal-tributária (o Adicional do Imposto de Renda, os fundos vinculados, o saldo líquido de ágios e bonificações) para fazer frente aos investimentos do setor público tendiam a pressionar o déficit público e, por conseguinte, a expandir o volume de crédito do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional. Como a principal fonte de recursos utilizada para o financiamento do déficit constituía-se na emissão de papel-moeda, essa expansão de crédito para o setor público teria como consequência um aumento no saldo de papel-moeda em circulação. E, na medida em que parcela deste afluiria aos bancos comerciais sob a forma de depósitos primários, isto lhes possibilitaria uma expansão de crédito.

Entretanto, a crença de que o déficit público constituía-se na principal fonte do processo inflacionário, aliada à necessidade de obter-se recursos externos para financiar o déficit do Balanço de Pagamentos, tendiam a pressionar o Governo a adotar medidas que visassem conter o déficit de caixa do Tesouro e controlar a expansão dos meios de pagamento.

Conter o crescimento do déficit de caixa significaria desacelerar o ritmo de investimentos do setor público - fosse diminuindo o volume físico programado, fosse postergando o desembolso efetivo de recursos. O consequente atraso na entrada em operação de novas plantas industriais acarretaria, inevitavelmente, ou uma capacidade menor de autofinanciamento para aquelas empresas estatais em processo de ampliação de capacidade produtiva, ou um comprometimento maior de recursos para as empresas em implantação. Por outro lado, "et pour cause", isto acabaria por diminuir, se não por impedir, a possibilidade de surgimento de novos projetos de investimento no setor produtivo estatal.

A tentativa de controlar a expansão dos

meios de pagamento, acabaria por restringir as possibilidades de expansão do crédito de curto prazo para as atividades industriais e comerciais - seja contendo-se o crédito do Banco do Brasil ao setor privado; seja reduzindo-se as operações de redesconto e elevando-se o recolhimento compulsório dos bancos comerciais à ordem da SUMOC.

Esta escassez relativa de crédito haveria de contribuir significativamente para o agravamento das tensões inflacionárias. Para se compreender a afirmação acima, há que se ter em conta o seguinte: numa economia fortemente oligopolizada, o mecanismo de autofinanciamento das grandes empresas se caracteriza por um processo de reajuste dos preços à frente do crescimento dos custos. Ou seja, as empresas buscariam financiar a expansão das atividades, movendo seus preços para cima, o que significava desvalorizar as dívidas contraídas junto a bancos e fornecedores, e, por conseguinte, elevar as margens de lucro. Por outro lado, a inexistência de mecanismos indexadores sobre os empréstimos bancários e os subsídios implícitos nas taxas de juros praticados pelo Banco do Brasil (tabela 33), ao mesmo tempo em que reforçavam o processo acima descrito, impediam o acirramento do conflito distributivo interpresarial.

Entretanto, assim que, por força da maior demanda por recursos financeiros e da política de contenção dos meios de pagamento, a capacidade de empréstimos dos bancos comerciais fosse diminuindo e o Banco do Brasil reduzisse seus créditos ao setor privado urbano, tendiam a ocorrer dois efeitos: primeiro, as taxas de juros nominais se elevariam, principalmente para empresas ou setores mais débeis - seja através de mecanismos criados pelos próprios bancos comerciais, que burlassem a lei da usura; seja, ainda, através do surgimento de mercados semi-legais.

Em segundo lugar, a maior escassez relativa de crédito seria compensada, de forma crescente, pelo endividamento interempresarial. Neste contexto, independentemente do comportamento da taxa real de juros, aquele mecanismo de financiamento interno tendia a traduzir-se num agravamento das tensões inflacionárias, a celerando os mecanismos de propagação. E, à medida em que o processo inflacionário se intensificasse e generalizasse, a velocidade de res

posta das empresas e do Governo tenderia a aumentar, encurtando a de fasagem entre preços e, por conseguinte, realimentando de forma amplif ficada os conflitos distributivos interempresariais e entre as empres as e o setor público.

2.1. O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO E O ROMPIMENTO COM O FMI

Em fins de 1958, a preocupação com a in flação e o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos levou o Ministro da Fazenda, LUCAS LOPES, assessorado por ROBERTO CAMPOS, a propor o Pro grama de Estabilização Monetária.

Partia-se da idéia de que a inflação já havia esgotado sua capacidade de proporcionar um aumento de lucros disponíveis para investimento (via poupança forçada monetária): "as classes assalariadas, apercebendo-se da espoliação de que são vítimas, passam a pleitear e obter reajustamentos salariais iguais ou supe riores ao incremento ocorrido no custo de vida, com o que se elimina o potencial da poupança inerente à primeira fase do processo inflacionári o". 17

Por outro lado, associava-se o processo inflacionário ao desequilíbrio entre o fluxo monetário e o fluxo re al: "a disponibilidade de bens e serviços na economia brasileira tem aumentado de 1948 a 1957, a uma taxa de aproximadamente 5% ao ano, ao passo que o ritmo anual da expansão dos meios de pagamento tem, em média, excedido os 20%". 18

Assim, partindo-se da tese da plena ocu pação de fatores, a única forma de reduzir o incremento dos preços seria reduzindo o incremento dos meios de pagamento "a níveis próxi mos do incremento médio do produto real total". 19

Tendo em vista o diagnóstico acima, o Programa de Estabilização estabeleceu como principal medida para com bater a inflação o controle da expansão monetária.

Por outro lado, visando evitar que o es forço principal (controle da expansão monetária) fosse anulado por vias indiretas, propunha-se ainda as seguintes medidas: correção do desequilíbrio financeiro do setor público (via aumento da carga tribu

tária), contenção salarial e retirada dos subsídios do trigo e do petróleo.

Além dessas medidas de combate à inflação, visava-se, ainda, a correção do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, via eliminação gradual dos subsídios cambiais.

O Programa de Estabilização seguia uma estratégia gradualista, dividida em duas fases: a primeira, denominada de Transição e Reajustamento, ia até fins de 1959, e visava "corrigir as distorções criadas pela inflação na distribuição de renda, na orientação dos investimentos e nos preços do setor externo da economia".²⁰ Nessa fase, a tentativa de redução do ritmo de crescimento inflacionário levava em conta um "certo grau de expansão monetária para que a economia possa absorver, sem desemprego, o impacto de alguns reajustamentos salariais tornados necessários para reparar a perda do poder aquisitivo das classes de rendimentos fixos".²¹ Na segunda fase, denominada de Estabilização, procurar-se-ia limitar a expansão dos meios de pagamento a um nível proporcional ao incremento do produto real.

No que se refere ao controle da expansão monetária, o PEM estabelecia um crescimento de 10% para 1959. Tal nível (não ideal) se justificaria devido à impossibilidade de uma brusca paralização do crescimento do nível dos preços - decorrente dos efeitos do aumento do salário mínimo, que absorveria 5% da expansão - e ao crescimento do produto real, estimado em 5%.

Deve-se notar que o ritmo de expansão anual dos meios de pagamento e a taxa média de inflação para o período de 1956 a 1958 haviam sido, respectivamente, de 25,8% e 15,5%. Assim, essa expansão de 10% para o ano de 1959 (e 5% para 1960) significaria uma contenção violenta dos meios de pagamento.

Para levar a contento essa política de contenção dos meios de pagamento o PE estabelecia como principal medida o controle de emissão de papel-moeda, não podendo este saldo ultrapassar o limite de crescimento de 10% em 1959 e 5% em 1960 (contra 17,9%, em média, para o período 1955/1957).

Além disso, pretendia-se restringir o

débito do Banco do Brasil e dos bancos comerciais para com a Carteira de Redescontos e limitar os créditos setoriais fornecidos pelo Banco do Brasil.

Quanto a este último ponto, é importante ressaltar o seguinte: no que se refere aos empréstimos para o setor público - e face ao pequeno déficit previsto e à utilização de outros mecanismos (emissão de títulos no valor total de Cr\$ 6 bilhões) -, previa-se, a título de assistência financeira do Tesouro Nacional, um total de Cr\$ 4 bilhões para o ano de 1959. Quanto aos empréstimos para o setor privado (carteiras de Crédito Geral e Agrícola e Industrial), buscava-se favorecer o crédito agrícola, a fim de garantir a expansão das exportações de produtos primários.

Quanto ao desequilíbrio financeiro do setor público, foi estruturado um esquema do qual se salientavam os seguintes pontos: 1º) a despesa orçada para 1959 deveria ser de Cr\$ 158 bilhões - o que equivalia a um aumento de apenas 6,4% em relação à despesa orçamentária escriturada em 1958. Além disso, o PEM manifestava a intenção de reduzir a ampliação das despesas correntes em prol dos gastos com investimentos; 2º) a receita deveria alcançar um total de Cr\$ 148 bilhões, sendo que desse total Cr\$ 13 bilhões seriam obtidos através do aumento de incidência de tributos (Cr\$ 5.800 milhões através do Imposto de Consumo; Cr\$ 5.000 milhões através do Imposto de Renda; Cr\$ 1.700 milhões através do Imposto do Selo ; e Cr\$ 500 milhões de Taxas e Emolumentos).

No que se refere às mudanças propostas pelo programa para o sistema fiscal, procurava-se, de um lado, criar mecanismos de estímulo à inversão em setores prioritários que iam desde incentivos fiscais até a criação de um Fundo de Investimentos Industriais, sob controle do BNDE e com recursos oriundos de ações entregues espontaneamente pelas empresas; de outro lado, tentava-se desencorajar aplicações de caráter especulativo, elevando-se a incidência do imposto sobre lucros imobiliários de pessoas físicas.

Além dessas medidas, visava ainda o PEM: 1º) condicionar o reajuste do funcionalismo público à aprovação,

pelo congresso, das mudanças propostas no sistema fiscal; 2º) liberar as tarifas dos serviços de utilidade pública.

No que se refere à política salarial, embora se considerasse como ideal que o reajuste salarial fosse de apenas 26,3%, reconhecia-se que tal medida era politicamente difícil. Optou-se, então, por um reajuste de 37%, recompondo-se o nível salarial de julho de 1956. De qualquer forma, isto significaria uma reversão da política salarial empreendida desde 1954 por VARGAS (27% acima do aumento do custo de vida) e reiterada por JUSCELINO em 1956 (12% acima do aumento do custo de vida). Já o funcionalismo público (civil e militar) deveria sofrer um reajuste de 30%, a vigorar a partir de julho de 1959. Por outro lado, os pensionistas e algumas categorias profissionais (pessoal extra-quadro) deveriam ter um aumento limitado a 20%.

Finalmente, as medidas referentes ao Balanço de Pagamentos podem ser sintetizadas da seguinte forma: a) contenção da expansão imoderada da importação de bens e serviços, a fim de não agravar o déficit potencial do Balanço de Pagamentos nos próximos anos; b) desvalorizações cambiais, a fim de beneficiar o setor exportador; c) eliminação gradual dos subsídios cambiais, a fim de de estimular o consumo dos bens importados, bem como reprimir a demanda excessiva e indiscriminada por matérias-primas e bens de capital. A aqueles subsídios considerados necessários deveriam ser concedidos através de orçamento público, fazendo com que seu peso não recaísse apenas sobre o setor exportador; d) limitar a concessão de novas autorizações para importações amparadas por "suppliers credits"; e) subordinar a execução de novos projetos de desenvolvimento econômico à obtenção de financiamentos em moeda estrangeira, a longo prazo.

Eram estas, em linhas gerais, as principais medidas sugeridas pelo Programa de Estabilização Monetária.

Deve-se notar que o programa pretendia-se conciliador, buscando não entrar em choque com trabalhadores, cafeicultores, industriais e, em última instância, com o Congresso.

No entanto, em que pese o fato do programa ser, ao menos ao nível do discurso, menos ortodoxo que aquele

sugerido pelo FMI, ele acabou por fracassar. Fundamentalmente por dois motivos: em primeiro lugar, demonstrando a dificuldade de se obter uma composição de interesses sociais e político-partidários, ele gerou fortes reações por parte da Sociedade Civil, acabando por esbarrar no veto do Congresso, onde predominava a aliança PTB/PSD ²²; em segundo lugar, pretendia-se solucionar em curto espaço de tempo problemas de caráter estrutural, que exigiriam não apenas medidas corretivas mas reformas instrumentais (fiscal, tributária, financeira). Ora, a adoção de medidas de caráter ortodoxo, além de não resolver os problemas a que se propunha, era totalmente incompatível com a política de industrialização engendrada pelo Plano de Metas.

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se notar que aquelas classes sociais que não foram contempladas pelo Plano de Metas, acabaram por receber algumas concessões por parte do Governo: aos trabalhadores urbanos, garantia-se um reajuste do salário mínimo acima do nível do custo de vida, bem como transporte e alguns alimentos a preço subsidiado; aos cafeicultores, tratava-se de manter uma política de controle de estoques.

Assim, é lógico que as medidas anunciadas acabariam por indispor o Governo com estas classes e com seus representantes no Congresso.

Ainda em 1958, antes que o PEM fosse anunciado os cafeicultores paulistas programaram um desfile de protesto às pretensões manifestadas por LUCAS LOPES de modificar a política de financiamento do café.

Por outro lado, os membros do PSD e PTB, presentes nas comissões de Economia e Finanças e de Orçamento, reagiram às medidas propostas quanto ao reajuste do funcionalismo público, aos critérios estabelecidos para o reajuste do salário mínimo e à reformulação do sistema fiscal.

Foi justamente este último ponto que mereceu maior atenção por parte dos empresários. Reunidos na CONCLAP, manifestaram a ROBERTO CAMPOS sua discordância quanto: 1º) à política de crédito excessivamente restritiva; 2º) à reestruturação do sistema fiscal, principalmente no que se refere às modificações no imposto de

renda e a maior ingerência do Estado na economia - em decorrência da proposta de implantação de um sistema de opção fiscal.

Ora, estes dois últimos episódios, ser viram de balão de ensaio à reação do Congresso às medidas propostas.

E, entre dezembro de 1958 e janeiro de 1959, tornava-se explícita a inviabilidade política do PEM: em primeiro lugar, contrariando o programa, o Congresso votou uma proposta de despesa orçamentária 13% acima daquela programada pelo PEM; em segundo lugar, a proposta de alteração fiscal foi amplamente reformulada. Além disso, adiou-se a votação da proposta de lei para o início dos trabalhos legislativos do ano de 1959.

Ainda em dezembro de 1958, o Congresso votou um aumento do salário mínimo de 57% em relação ao vigente desde 1956, excedendo o teto máximo estabelecido pelo PEM (37,5%). Confirmava-se, assim, a política salarial inaugurada por VARGAS e a importância da mesma para a aliança PSD / PTB.

Por último, em janeiro de 1959, o Congresso votou o reajuste de 30% para o funcionalismo público. Entretanto, contrariando o cronograma de despesas do Governo, estabeleceu-se a vigência do aumento salarial já em janeiro, e não a partir de julho de 1959 - o que significaria um desembolso inicial maior do que o previsto.

Assim, o PEM já nascia como mera declaração de intenções.

Entretanto, em que pese este fato, acredita-se que os resultados não teriam sido muito diferentes daqueles alcançados no período. Pelo contrário, o cumprimento das medidas propostas pelo PEM, além de não lograr resultados que atendessem às exigências dos credores externos, terminaria por comprometer a implementação do Plano de Metas. E mais: a adoção de uma política cambial mais realista contribuiu significativamente para o agravamento do processo inflacionário verificado no ano de 1959 (Tabela 34).

A taxa de câmbio de custo, que vinha sendo mantida em nível relativamente estável desde 1956, passou de Cr\$ 58,00 / US\$ para Cr\$ 80,00 / US\$, em fins de 1958, e Cr\$ 100,00 /

US\$ em janeiro de 1959. Tendo em vista que as importações de petróleo e trigo eram efetuadas à taxa de câmbio de custo, a elevação abrupta desta taxa acabou por acelerar os mecanismos de propagação inflacionária. Assim, já em janeiro de 1959, o custo de vida e o índice de preço por atacado dos produtos industriais acusavam taxas recordes de 9,4% e 11,0%, respectivamente.

Quanto ao controle do déficit público, tendo em vista as modificações propostas pelo Congresso, em dezembro de 1958, o Ministro da Fazenda tratou de rever o programa de despesas do governo, estabelecendo, inclusive, um corte de 50% nos investimentos programados.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o Governo punha em prática sua intenção de estimular as exportações através da concessão de maiores bonificações (Instrução 174)-, o "Saldo de Ágios e Bonificações", embora positivo, tendia se revelar insuficiente para fazer face à compra de excedentes da safra cafeeira.

A tentativa de controlar a expansão dos meios de pagamento acabou por provocar uma forte contração dos empréstimos do Banco do Brasil às atividades comerciais e industriais.

Simultaneamente, visando diminuir o desembolso com bonificações, em abril de 1959, o algodão e o cacau eram incluídos entre os produtos que tinham suas divisas negociadas no mercado de taxa de câmbio livre.

Em contrapartida, a aceleração inflacionária eliminava qualquer efeito positivo da desvalorização cambial, fazendo com que as importações se mantivessem em níveis elevados.

Finalmente, em julho de 1959, JUSCELINO, diante do desgaste político provocado pelas medidas econômicas, pressionado pelo Fundo Monetário Internacional para aprofundá-las e vendo que o PEM iria acabar comprometendo o Plano de Metas, ordena a paralização das negociações com o Fundo.

Decretado, formalmente, o término do Programa de Estabilização Monetária, em agosto LUCAS LOPES e ROBERTO CAMPOS demitiam-se, respectivamente, do Ministério da Fazenda e do BNDE.

A partir daí, em termos de política eco

nômica, nada se modificou.

Dado o objetivo fundamental, o Plano de Metas, a situação do Balanço de Pagamentos acabou por se agravar ainda mais. O rompimento com o Fundo, dificultando as operações de regularização, levou o governo brasileiro a recorrer a expedientes de curtíssimo prazo ("swaps", atrasados comerciais e movimento de reservas).

Esta prática acabou por transferir, de maneira amplificada, as dificuldades para o período imediatamente seguinte: em 1959 e 1960 somente as operações de "Swaps" alcançavam, respectivamente, um valor de US\$ 115 milhões e US\$ 125 milhões. Além disso, a maior parcela desses recursos começaria a vencer em 1961.

Quanto à expansão dos meios de pagamento, a tentativa de mantê-la sob controle, acarretou uma série de medidas contraditórias, acabando por deteriorar ainda mais os instrumentos de política econômica.

Em fins de 1959, o Governo transferiu praticamente todos os produtos de exportação para o mercado de taxa de câmbio livre.

No entanto, em que pese a declaração de intenção, o pagamento aos exportadores seria efetuado da seguinte forma: dada a taxa de câmbio livre da época (Cr\$ 200 /US\$), o pagamento em dinheiro seria de apenas Cr\$ 130 por dólar, sendo o restante (35%) pago em letras emitidas pelo Banco do Brasil, a prazo de seis meses e juros de 6% ao ano.

Outras duas medidas tornariam clara a verdadeira intenção do Governo: a de utilizar-se do câmbio para proporcionar um maior afluxo de cruzeiros, evitando-se maior emissão primária.

Em abril de 1960, o Governo estabelecia que o montante de divisas oferecidas (semanalmente) a leilão seria aumentado até três vezes mais em relação ao montante da semana anterior. Por outro lado, estabeleceu-se um prazo de 150 dias para a entrega das respectivas divisas.

Simultaneamente, eliminando qualquer

vantagem para os produtos de exportação, que eram negociados no mercado de taxa de câmbio livre, o Banco do Brasil passou a intervir neste mercado, no sentido de manter a taxa estável, e até mesmo valorizando-a.

A colocação de letras emitidas pelo Banco do Brasil e o "Saldo Líquido de Ágios e Bonificações" - que, em 1959, havia contribuído de forma significativa para a emissão recorde de papel-moeda - propiciaram um acréscimo considerável de recursos para as Autoridades Monetárias.

Em contrapartida, a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado e o crescimento recorde do déficit de caixa do Tesouro (cerca de 90% em relação a 1959) terminaram por acarretar um aumento de papel-moeda em circulação de Cr\$ 49,1 bilhões (contra Cr\$ 33,2 bilhões em 1959).

2.2 O GOVERNO JÂNIO QUADROS E A INSTRUÇÃO 204

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros assume a Presidência da República, sob grande euforia popular.

E, em que pese o fato de haver-se tomado uma série de iniciativas de caráter reformista (reforma agrária, Estatuto do Trabalhador Rural, Lei de remessa de lucros), este período é marcado por uma reversão da política econômica, deslocando-se das questões referentes ao desenvolvimento para o combate à inflação e ao desequilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Assim, ao mesmo tempo em que o Governo retoma as negociações com o Fundo Monetário Internacional, o Ministro da Fazenda, em março de 1961, anuncia um programa de estabilização de caráter ortodoxo.

Constituindo-se na peça básica do programa de estabilização do Governo, a Instrução 204 continha as seguintes medidas: em primeiro lugar, elevava-se a taxa de câmbio de custo de Cr\$ 100 para Cr\$ 200 por dólar. Em segundo lugar, transferia-se as importações incluídas na "categoria geral" para o mercado livre. Terceiro, estendia-se às importações o mecanismo de depósito prévio contra emissões de letras do Banco do Brasil, na proporção de 100% do valor

em cruzeiros, ao prazo de 150 dias e juros de 6% ao ano.

Além dessas medidas, a Instrução 204 previa a alteração gradativa do "custo de câmbio", a partir do segundo semestre de 1961, até que o mesmo se nivelasse ao mercado livre. No que se refere às exportações, a Instrução 204 diminuiu o controle da CACEX sobre as mesmas e estabeleceu que o valor a ser liquidado em letras seria de Cr\$ 100 por dólar, no prazo de 120 dias e à taxa de 6% ao ano.

As instruções 205 (maio de 1961) e 208 (julho de 1961) completaram o pacote de medidas, ficando praticamente extinto o sistema de taxas múltiplas. A primeira Instrução criava um "Fundo de Defesa do Café", que tinha como recurso o valor em cruzeiros correspondente a Cr\$ 22 por saca de café. O restante do valor por saca seria negociado à taxa livre do mercado com o Banco do Brasil. A segunda extinguiu a "taxa de câmbio de custo".

A Instrução 204 (e as que a complementavam), buscava conciliar dois objetivos: o primeiro, dizia respeito à situação do Balanço de Pagamentos - além de um déficit estimado em US\$ 400 milhões para o ano de 1961, a forma de financiamento do mesmo em 1959 e 1960 havia acarretado o esgotamento das reservas, bem como um acúmulo de atrasados comerciais. Nesse sentido, a reforma cambial serviria para demonstrar a "boa vontade" por parte do Governo brasileiro e acabaria por sensibilizar os credores estrangeiros, facilitando a obtenção de recursos para fechar o Balanço de Pagamentos, bem como o reescalonamento da dívida.

O segundo objetivo dizia respeito à necessidade de criar-se fontes adicionais de recursos em substituição à receita proveniente dos âgios sobre as importações.

Quanto ao primeiro objetivo, em termos imediatos, as negociações com o FMI e o Governo americano resultaram em novos financiamentos e na consolidação e reescalonamento da dívida.

Assim, o resultado final do Balanço de Pagamentos, em 1961, foi um superávit de US\$115 milhões, o qual se deveu principalmente a um pequeno aumento das exportações; a uma redução do déficit de serviços; e a um superávit do movimento de capitais autô

nomos, decorrente de uma maior entrada de capital privado, bem como da entrada maciça de financiamento das instituições oficiais americanas e do FMI.

Quanto ao segundo objetivo, tratava-se de criar fontes adicionais de recursos. Em primeiro lugar, para substituir a receita de âgios sobre os produtos importados, a qual desaparecia, automaticamente, com o término do sistema de taxas múltiplas.

Segundo, a liquidação das "Promessas de Venda de Câmbio" emitidas pelo sistema cambial no período anterior à Instrução 204 da SUMOC, o subsídio aos produtos importados (à taxa de câmbio de custo) e as operações de "Swaps" compeliavam o Banco do Brasil a efetuar vultosos dispêndios, em cruzeiros, na aquisição de cambiais no mercado livre.

Foi visando estes problemas que se instituiu o depósito prévio às importações contra Letras do Tesouro. Além disso, o aumento da "taxa de câmbio de custo" acarretou, automaticamente, uma arrecadação tributária maior.

No que se refere ao combate à aceleração inflacionária, o Governo compartilhava da tese de que a origem do processo inflacionário se encontrava na expansão imoderada dos meios de pagamento. Assim, tratava-se, principalmente, de concentrar os esforços no sentido de conter a expansão do déficit público - e, por conseguinte, da emissão primária.

Portanto, simultaneamente à correção do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, o Governo baixou um "Plano de Emergência" (Decreto-lei 51.058, de julho de 1961), através do qual reduzia drasticamente as despesas, diminuía o volume real de empréstimos do Banco do Brasil, reajustava os salários abaixo do custo de vida. Além disso, tratou-se de enviar ao Congresso uma proposta de "reforma tributária".

A política monetário-cambial implementada a partir da Instrução 204 haveria de revelar-se totalmente inadequada para fazer face aos objetivos perseguidos.

A elevação da taxa de câmbio de custo (e sua posterior eliminação) provocou fortes impactos sobre o nível in

terno de preços. Após uma desaceleração em 1960, a taxa de inflação re tomava sua escalada ascendente, atingindo os mesmos níveis do período do Plano de Estabilização Monetária (tabela 34).

No que se refere à política monetária, em função do maior controle sobre os empréstimos do Banco do Brasil (principalmente para as atividades urbanas privadas), entre maio e junho, os bancos comerciais iriam sofrer uma forte crise de liquidez. Em vista disto, viram-se as Autoridades Monetárias compelidas a reduzir as taxas de depósito compulsório sobre os bancos comerciais (Instrução 207/Junho de 1961) e a aumentar as margens de redesconto (Instrução 208/Julho de 1961).

Simultaneamente, as operações vinculadas a câmbio tendiam a se apresentar fortemente negativas, não sendo os depósitos prévios sobre as importações e a cota de retenção de 22 dólares por saca de café suficientes para cobrir as transações efetuadas anteriormente à Instrução 204. Em vista disto e do elevado crescimento do déficit de caixa do Tesouro, as contas das Autoridades Monetárias iriam se apresentar fortemente desequilibradas, acarretando emissões maciças de papel-moeda.

Por outro lado, o expressivo crescimento dos gastos de pessoal, o maior desembolso de recursos do Tesouro para as empresas de transporte e as perspectivas bastante pessimistas quanto à aprovação da reforma tributária pelo Congresso terminaram por acarretar cortes significativos nos gastos de investimento do Governo e o acúmulo recorde de resíduos passivos.

Em suma: a partir de 1959, as dificuldades e pressões crescentes enfrentadas no front externo e o agravamento do processo inflacionário conduziram a um encurtamento crescente do raio de manobra do Estado. Por outro lado, como veremos adiante, a incapacidade de promover-se alterações na estrutura tributária e o não enfrentamento das reformas de ordem fiscal e financeira haveriam de impedir qualquer possibilidade de amortecer o descenso cíclico. A crise econômica era iminente.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

1. Note-se que, enquanto a participação da demanda por bens e serviços correntes sobre o PNB permanece praticamente constante, entre 1956 e 1960, a relação investimentos do Governo / PNB cresce significativamente.

Tal fato se deve, em primeiro lugar, à criação da Rede Ferroviária Federal em 1957, retirando-se da série de dados da União os valores referentes àquela atividade.

Em segundo lugar, deve-se ter em conta que os investimentos em infraestrutura não implicam crescimento significativo das despesas correntes.

2. Com exceção dos DER'S, os dados referentes a formação bruta de capital fixo da administração descentralizada (autarquias e empresas) dos governos estaduais e municipais foram alocados no setor privado, que é residual. Em vista disso, a participação dos investimentos do setor público, entre 1956 e 1966, se encontra subestimada.

3. Foram responsáveis pelo crescimento da receita tributária:

a) o forte crescimento das Contribuições de Previdência e Assistência, o que decorreu principalmente do aumento do número de contribuintes e da fixação de novas alíquotas;

b) no Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, a transformação da incidência de específica para "ad valorem", em 1956, proporcionando um crescimento de 187% entre 1956/57; e a modificação da taxa cambial em 1959, contribuindo para um crescimento de 62,7% entre 1958 e 1959;

c) modificações introduzidas em 1957 no Imposto de Importação, implicando um crescimento na sua arrecadação, entre 1957/58, de 360%;

d) a reforma cambial de 1957, contribuindo para um crescimento do "Saldo de Ágios e Bonificações" de cerca de 185%;

e) criação, em 1958, da taxa de Renovação de Marinha Mercante, em substituição à taxa instituída em 1941;

f) as modificações introduzidas nos impostos de Consumo e do Selo em 1958;

g) alterações de alíquotas no Imposto de Vendas e Consignações;

h) criação e revisão de uma série de taxas vinculadas à administração descentralizada.

4. A "poupança em conta corrente" é obtida como resíduo, representando a parcela dos recursos disponíveis para aplicação de capital na esfera considerada. As despesas de capital, por sua vez, incluem a formação bruta de capital do Governo (aquisição de capital fixo e variação dos estoques), as participações financeiras e as aquisições de ativos existentes.

5. O "Saldo de Ágios e Bonificações" correspondia à diferença entre o total dos ágios arrecadados e as bonificações pagas aos exportadores.

6. No período em que vigorou o sistema de taxas múltiplas de câmbio (1953 / 61), o Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas atribuiu ao "Saldo de Ágios e Bonificações" o efeito de imposto indireto.

Entretanto, devido a ajustamentos efetuados, os valores publicados pelo Centro de Contas Nacionais ficam aquém do "Saldo de Ágios e Bonificações" calculado pela SUMOC.

7. Para ilustrar, segundo a revista Conjuntura Econômica (Dezembro/1962), 62% do total das despesas realizadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para atender aos encargos provenientes das obras públicas de Brasília foram financiados por empréstimos bancários.

A quase totalidade destes, por sua vez, referia-se a operações de crédito realizadas junto ao Banco do Brasil, mediante depósito em custódia neste Banco de títulos emitidos pela NOVACAP e avalizados pelo Tesouro.

8. Como afirmamos, o "Saldo de Ágios e Bonificações" era utilizado para financiar a aquisição dos excedentes da safra cafeeira e uma série de outras operações menos expressivas. O resultado aí obtido - "Saldo Líquido de Ágios e Bonificações" -, quando positivo, constituiu-se numa importante fonte de recursos das Autoridades Monetárias.

9. Ao contrário do Fundo de Reparcelamento, estes recursos não poderiam ser livremente movimentados pelo BNDE.

Segundo Ricardo B.G. Valle ("A Ação Financiadora do BNDE e o Processo de Industrialização", IBMEC/DEP, 1980), do total de recursos obtidos através do primeiro e

segundo acordos do trigo, parcela (24% e 15%, respectivamente) foi utilizada para fins específicos (educação, cultura etc.). O restante (respectivamente, 76% e 85%), seria convertido em empréstimo do EXIMBANK ao Brasil - sendo o prazo de liquidação de 40 anos a juros de 3% a 5% ao ano.

10. Sobre o papel desempenhado pelo BNDE no período do Plano de Metas, veja-se Carlos Lessa, Op. cit., 1982.
11. Sobre a política cambial e de comércio exterior recorremos, principalmente, a A. C. Sochaczewski, "Financial and Economic Development of Brazil, 1952-1958". Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, The London School of Economic and Political Science, 1980, pp 87 a 104. Veja-se, ainda, Carlos Lessa, Op. cit., 1982.
12. De início, o critério estabelecido foi a taxa de câmbio oficial (Cr\$18,50/US\$) mais um bônus de Cr\$5,00 para as exportações de café e de Cr\$10,00 para os demais produtos de exportação.
13. Incluam-se, também, como aplicações vinculadas: Fundo de Pavimentação de Estradas de Rodagem, Fundo para Eventuais Diferenças de Câmbio, Fundo da Lavoura Cafeeira e o financiamento para aquisição de ágios.
14. Cf Carlos Lessa, Op. cit., 1982, p. 107.
15. A Lei 1711 estabeleceu dois anos para a entrada em vigor do "Plano de Classificação de Cargos e Funções". Entretanto, foi somente em dezembro de 1960 que o Plano foi colocado em execução, sendo retroativo a julho de 1960.
16. Segundo a revista "Conjuntura Econômica", "cerca de 1/3 da folha global de salários (correspondia) a gastos efetuados pelo poder público com salários e ordenados de seus servidores". (Conjuntura Econômica, novembro 1961, p. 73).
17. Plano de Estabilização Monetária, apud "Desenvolvimento e Conjuntura", fevereiro de 1959.

18. Idem nota 17.

19. Idem nota 17.

20. Idem nota 17.

21. Idem nota 17.

22. Sobre este ponto apoiamo-nos na tese de doutoramento de Lourdes Sola: "The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil, 1945-1963". Tese de Doutoramento, University of Oxford, 1982, mimeo.

SECRET

1. O IMOBILISMO DA POLÍTICA ECONÔMICA: O PERÍODO PARLAMENTARISTA.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia. E, num quadro de crescimento inflacionário e problemas de curto prazo no Balanço de Pagamentos, o Vice-Presidente eleito, João Goulart, para tomar posse é obrigado a aceitar a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo.

Durante o curto período do parlamentarismo, contrastando com o discurso em prol das reformas de base - que vinham ganhando peso crescente desde 1959 - a política econômica manteve-se praticamente inalterada.

Além disso, inconformado com a perda de poderes do Executivo para o Congresso, João Goulart tratava de desestabilizar o regime parlamentarista. Em menos de um ano e meio de Governo três Primeiros Ministros renunciavam.

Isto, logicamente, contribuiu para que as incertezas econômicas aumentassem, abrindo margem para uma exacerbação da especulação mercantil e financeira. Via-se portanto, o Governo obrigado a intervir e alterar frequentemente as regras do jogo.

Com efeito, a crise política aberta pela renúncia de Jânio Quadros e o impasse criado em torno da posse de João Goulart provocaram fortes oscilações no mercado cambial. Simultaneamente, ocorreram maciças emissões de papel-moeda.

Portanto, tendo em vista o forte crescimento dos meios de pagamento e as pressões crescentes sobre o mercado de câmbio, as Instruções 218 e 219 trataram de aumentar o depósito prévio sobre as importações para 150% e de dissociar os mercados de câmbio em dois: um, puramente mercantil, outro, financeiro - sendo que para este ficava estabelecido um recolhimento de 50% sobre o valor das remessas financeiras.

Já em fins de dezembro, com o mercado de câmbio estabilizado, anunciava-se a retomada de liberação gradual da política cambial: promoveu-se a reunificação do mercado de câmbio e a extinção gradativa (10% ao mês) das letras de importação e do recolhimento compulsório para as remessas financeiras. Além disso, numa tentativa de melhor remunerar as exportações de café e cacau, permitia-se que as divisas geradas por estes produtos fossem parcialmente negociadas com os bancos particulares.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se manifestava a intenção de estimular as exportações, sustentava-se o valor do dólar (mediante interferência oficial no mercado) num nível inferior ao observado nos mercados paralelo e financeiro (Cr\$320,00 contra Cr\$390,00).

Em 1962, visando arrefecer o crescimento dos preços, e dado o resultado positivo das contas vinculadas ao câmbio, abandonou-se completamente a política de realidade cambial: à exceção do curto período maio/setembro de 1962, enquanto a taxa de câmbio fixada pelo Banco do Brasil mantinha-se praticamente estável, os níveis de preços internos ascendiam progressivamente (tabela 35).

Esta defasagem entre a evolução da taxa de câmbio e o nível interno de preços reforçava a prática irregular do chamado "boneco" - mecanismo, pelo qual os importadores adquiriam as cambiais diretamente dos exportadores, pagando a estes um valor acima da taxa fixada pelo Banco do Brasil.

No que se refere à política monetária e creditícia, o Governo estabeleceu um plano de estabilização que continha os seguintes pontos: contenção dos gastos do Governo (março), através da redução do déficit potencial estimado; aumento do depósito compulsório sobre os bancos comerciais (maio) - sendo de 14% para 22%, para os depósitos à vista, e de 7% para 14%, para os depósitos a prazo.

Ainda em maio, baixou-se a Instrução 226, a qual suspendia a redução mensal que vinha se processando nos depósitos compulsórios sobre as importações e, ao mesmo tempo, determinava-se que apenas 30% destes depósitos teriam contrapartida em Letras do Banco do Brasil.

Finalmente, para completar o quadro, as Instruções de outubro e novembro determinavam que o depósito compulsório sobre as importações passaria a 80% e a restituição deveria ser ou em dinheiro, sem juros e no prazo de 5 anos; ou em letras de tesouro, vencíveis em 1 ano e com juros de 6% ao ano.

As medidas econômicas implementadas haviam de revelar-se, mais uma vez, inadequadas.

Primeiro, em virtude do crescimento do ní

vel de preços e da realização de gastos imprevisíveis e inadiáveis, o déficit alcançado no fim do exercício ultrapassou de 80% o teto estabelecido pelo plano de contenção.

Segundo, a expansão dos meios de pagamento foi de 63% para uma inflação de 51%. Pelo lado do Banco do Brasil, a despeito do saldo positivo obtido nas transações com os setores externo e bancário, não foram estes suficientes para cobrir as operações de empréstimo com o Tesouro e o setor privado. Além disto, a tentativa de ampliar o prazo de resgate para os depósitos compulsórios sobre importações fracassou: entre a alternativa de manter-se por 150 dias o dinheiro e adquirir letras do tesouro, optou-se pela primeira, negociando-se estes depósitos junto aos bancos comerciais e pagando-se altas taxas de juros.

Pelo lado dos bancos comerciais, a despeito do aumento do compulsório, puderam eles expandir o crédito em cerca de 54%. Além disso, procurando minimizar os efeitos do aumento do depósito compulsório, os bancos comerciais reduziram a caixa em moeda corrente e os depósitos voluntários junto ao Banco do Brasil.

Finalmente, o Balanço de Pagamentos apresentou-se fortemente deficitário, tendo contribuído para tal resultado o baixo desempenho das exportações vis-a-vis a manutenção do nível de importações e a entrada de apenas US\$70 milhões de novos investimentos (contra US\$108 milhões para o exercício anterior).

E tendo em vista as dificuldades encontradas junto ao governo americano e ao FMI para negociar o financiamento do déficit, foi o Governo obrigado a recorrer a expedientes de curto prazo e a reduzir suas reservas.

2. DEMANDA POR BENS DE INVESTIMENTO E ACUMULAÇÃO EFETIVA DE CAPITAL

À medida em que os investimentos programados à época do Plano de Metas fossem implantados, seria de se esperar que o ritmo de crescimento dos investimentos se desacelerasse.

Com efeito, se tomarmos o conceito de formação bruta de capital fixo (tabela 36), poderemos constatar o seguinte:

19) Enquanto no período 1956-1959, seu ritmo de crescimento real foi, em média, superior a 10% ao ano; entre 1959 e 1962 esta taxa caiu para menos da metade.

20) Da mesma forma, no que se refere à participação da FBCF no PIB, poderemos observar que, após crescer ininterruptamente de 1956 a 1959, em 1960 sua participação se retrai significativamente. A partir daí, ela voltou a crescer lentamente até 1962, sem contudo atingir o nível de 1959.

Em 1963, entretanto, o crescimento da FBCF iria apresentar-se negativo. E se procedermos a uma desagregação dos seus dados (tabela 37), poderemos observar que sua queda se deveu exclusivamente à contração dos investimentos do setor público.

2.1 OS INVESTIMENTOS CONVENCIONAIS DO GOVERNO

Se considerarmos os investimentos do Governo em seus três níveis (União, Estados e Municípios), poderemos notar que, após crescerem acelerada e ininterruptamente entre 1956-1958, em 1959 eles se desaceleram. Durante o período 1959-1963, seu comportamento apresentou-se fortemente oscilante; e, à exceção de 1963, sua participação sobre o PIB manteve-se um pouco abaixo do pico alcançado em 1960.

O extraordinário crescimento observado para o período 1956-1958 deveu-se ao esforço inicial do Plano de Metas e à revisão e instituição de uma série de tributos que tinha sua receita vinculada a gastos em investimento.

No que tange ao período de 1959-1962, contrastando com as oscilações bruscas dos investimentos estaduais e municipais, a performance dos investimentos da União caracterizou-se pela desaceleração lenta e contínua do ritmo de crescimento (tabela 38).

A explicação para este comportamento dos investimentos da União reside na política de controle da expansão dos meios de pagamento, que iria vigorar entre fins de 1958 e 1959 e intensificar-se no período de 1961-1963. De um lado, visando atenuar o crescimento do déficit do Tesouro - que, ao longo do exercício, tendia a ser pressionado pelo crescimento relativo das despesas correntes - tratava o Governo de estabelecer cortes definitivos nas dotações orçamentárias

destinadas a investimentos.

Por outro lado, uma vez que o corte de verbas revelava-se insuficiente para conter o déficit do Tesouro, o Governo tentava reduzir o volume de emissão de moeda através do acúmulo de resíduos passivos e do atraso na liberação de verbas¹. E como parcela destes recursos se referia a investimentos, este procedimento acabava por se traduzir numa desaceleração do ritmo das obras públicas em andamento.

Não fosse a adoção desta política de desembolso, o ritmo desenfreado de crescimento das despesas correntes (tabela 39) e a retração na contratação de novas obras públicas teriam conduzido, já em 1961, a uma forte contração do nível de investimentos da União.

No entanto, em 1963, os investimentos da União iriam sofrer uma queda vertiginosa. Tal fato deveu-se, principalmente, ao crescimento contínuo e acelerado das despesas correntes e ao acúmulo excessivo de resíduos passivos, acarretando uma contração significativa das disponibilidades de recursos para investimentos (tabela 40) e pressionando o déficit de caixa do Tesouro (tabela 41). Além disso, o pequeno superavit das operações vinculadas a câmbio tendia a restringir a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro. (tabela 42).

No que se refere à composição dos investimentos da União (tabela 43), é importante ressaltar que, enquanto no período 1956/61, a demanda por bens de investimento das autarquias federais concentrou-se na construção de rodovias (DNER), a partir de 1962 ela passou a ser fortemente influenciada pelos vultosos recursos do Fundo de Marinha Mercante - que era administrado pela Comissão da Marinha Mercante e tinha por finalidade ampliar a tonelagem da frota mercante e consolidar a recém-instalada indústria de construção naval.

Quanto às empresas não-industriais de âmbito federal, é de se destacar a importância dos investimentos da Rede Ferroviária: após apresentar um comportamento discreto entre 1958/60, a criação do programa de reaparelhamento ferroviário, a partir de 1961, e a posterior instituição do Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários possibilitaram um elevado crescimento dos seus investimentos. Contudo, estes lograram, no máximo, aliviar a situação da indústria nacional de material ferroviário, a qual encontrava-se operando com elevadas margens de capacidade ciosa.

Em síntese: entre 1956 e 1959, a aceleração dos investimentos convencionais do Governo, ao mesmo tempo em que se refletia na dinamização da indústria de construção civil, gerava poderosos efeitos sobre as indústrias metalúrgica e de minerais não-metálicos.

A partir de 1959, em virtude de seu comportamento oscilante e das modificações na composição de sua demanda em favor de determinadas atividades industriais, os investimentos convencionais deixaram de atuar como um fator de aceleração do ciclo.

2.2. O SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Inicialmente, a demanda por bens de investimento das empresas industriais do governo federal (tabela 44) restringiu-se, quase que exclusivamente, às necessidades da Petrobrás: fosse para a manutenção de unidades existentes, fosse para a expansão de sua produção de derivados de petróleo.

A partir de 1959 - quando, além da continuidade dos investimentos em refino, se intensificam também os projetos energético, petroquímico e, principalmente, siderúrgico - os investimentos do setor produtivo estatal se aceleram de forma extraordinária, crescendo ininterruptamente e a taxas excessivamente elevadas até 1961.

Em virtude da diminuição no ritmo dos investimentos siderúrgicos e da maturação de uma série de projetos de montagem e ampliação da capacidade produtiva em refino e petroquímica, os investimentos do setor produtivo estatal se desaceleram em 1962 e têm um crescimento negativo em 1963.

Esta desaceleração e posterior queda da taxa de incremento dos investimentos das empresas do setor produtivo estatal tem sido creditada ou à inexistência de novos pacotes de investimento e/ou à criação de margens de capacidade ociosa, em decorrência da maturação de uma série de projetos de grande porte.

No que se refere ao primeiro ponto, expandir a capacidade produtiva daqueles segmentos já constituídos ou abrir novas frentes de expansão pressupunha, logicamente, uma capacidade significativa de mobilização de recursos por parte do Estado.

O recurso ao endividamento externo estava totalmente fora de cogitação: primeiro, o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e as dificuldades frequentes na renegociação da dívida externa limitavam sobremaneira a obtenção de empréstimos junto às instituições internacionais de crédito.² Segundo, admitindo-se que tal alternativa fosse viável, o mais provável de ocorrer seria a obtenção de financiamentos para aquisição de capital fixo no exterior - o que significaria eliminar parcialmente os efeitos positivos daí decorrentes³.

Em termos internos, a única alternativa viável, a curto prazo, seria a de se recorrer ao BNDE. Isto, entretanto, exigiria uma capacidade de mobilização de recursos que mesmo no seu período mais dinâmico e atuante este esteve longe de alcançar.

Pelo contrário, com o agravamento do processo inflacionário, a partir de 1959, a capacidade de financiamento do BNDE tendia a se tornar insuficiente até para atender às necessidades daqueles projetos por ele financiados: de um lado, as constantes elevações nos custos dos projetos em andamento exigiam frequentes suplementações de crédito e/ou antecipações no desembolso de recursos. Por outro lado, dentre os recursos com que contava o Banco, o de maior volume era aquele proveniente da cobrança dos adicionais sobre o imposto de renda.⁴ Além disso, qualquer tentativa de se aumentar a capacidade de autogeração de recursos (lucros líquidos e amortizações dos financiamentos concedidos), através de modificações nas condições de financiamento, não só esbarraria em impedimentos legais, mas também implicaria inviabilizar sua ação enquanto banco de investimento.

E, para agravar ainda mais a situação do Banco, a administração do Fundo Federal de Eletrificação ampliava o seu campo de atuação no setor de energia elétrica. Entretanto, a receita proveniente desse fundo se revelava insignificante para cobrir os compromissos já assumidos.

Assim, no relatório do BNDE referente ao ano de 1960, apontava-se como principal preocupação para o triênio 1961-1963 a obtenção de novos recursos para atender às necessidades de alguns grandes empreendimentos nos setores siderúrgico e de energia elétrica - os quais haviam sido iniciados à época do Plano de Metas e se encontravam retardados no andamento das obras.

Com efeito, em 1961 e 1962, em virtude da incapacidade de obtenção de novas fontes (permanentes) de recursos, da diminuição real dos recursos fiscais (Fundo de Reparcelamento Econômico e Fundo Federal de Eletrificação) e da estagnação dos recursos especiais, sofreu o BNDE uma perda relativa de capacidade de financiamento - que não só o impediu de atender às novas demandas de crédito⁵, mas também acabou por comprometer aqueles projetos já iniciados e por ele financiados.

Além disso, a mudança de orientação na política cambial (a partir da Instrução 204) gerou, indiretamente, problemas adicionais para o BNDE: uma vez reajustada a taxa de câmbio para remessas financeiras, o valor em cruzeiros das operações de financiamento externo era aumentado acentuadamente; e como grande parte dos beneficiários de avais concedidos não possuía capacidade de pagamento, via-se o banco obrigado a honrar os compromissos, recorrendo a suas disponibilidades.

Em 1963, o BNDE passou a contar com condições mais favoráveis: primeiro, a transformação do Imposto de Energia Elétrica de específico para "ad-valorem", aliada à criação da Eletrobrás, permitiu que a pressão por parte do setor de energia elétrica diminuisse; segundo, a instituição do Fundo Nacional de Investimentos (FUNAI), com recursos oriundos de um empréstimo compulsório - arrecadado com base nos rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda - e sob administração do BNDE, possibilitou a este banco uma maior capacidade de financiamento.

Entretanto, mesmo assim, o orçamento de investimentos do BNDE se revelou insuficiente para fazer frente à demanda de financiamentos: o grosso da demanda de seus recursos no biênio 1963/64 restringiu-se ao apoio de quatro grandes empreendimentos. Dois deles referiam-se ao setor siderúrgico (COSIPA e USIMINAS) e correspondiam a obras em implantação, que se encontravam retardadas; os outros dois (FNM e CIA. NACIONAL DE ÁLCALIS), diziam respeito a empreendimentos já implantados, que não conseguiam obter, em seus exercícios, recursos suficientes para cobrir suas despesas operacionais. Além disso, em que pese a revisão do Imposto de Energia Elétrica, as obras em andamento requeriam, também, uma colaboração significativa por parte do BNDE.

Em suma, entre 1961 e 1964, defrontou-se o BNDE com uma escassez relativa de recursos, insuficientes até para fazer frente a um pequeno número de projetos que, ao sofrerem atrasos na conclusão de suas obras, ampliavam cada vez mais sua demanda por recursos em função da inflação desenfreada. Com isso, agravava-se a pressão sobre as disponibilidades do banco e eliminava-se qualquer possibilidade de diversificação das suas aplicações.

No que se refere ao setor siderúrgico, o acréscimo nos seus investimentos se revelou particularmente acentuado no período de 1959/1961. Entre 1962 e 1964, o crescimento foi bem mais moderado, principalmente nos dois últimos anos, quando as taxas de incremento se apresentaram fortemente negativas. Como mais de 70% dos investimentos ocorridos no período diziam respeito à implantação de duas grandes usinas (USIMINAS e COSIPA), é natural que a diminuição relativa na capacidade de financiamento do BNDE e as dificuldades crescentes de obtenção de empréstimos externos (através de operações de avais) tenham contribuído para que o ritmo dos investimentos se desacelerasse, acarretando um atraso no andamento das obras.

No entanto, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor siderúrgico não se restringiram apenas aos dois grandes projetos estatais, tendo sido notáveis para os projetos de ampliação de capacidade das empresas públicas e privadas já instaladas.

Como se afirmou num diagnóstico sobre o setor: "Entre 1951 e 1956, surgiram três projetos importantes de usinas siderúrgicas integradas - MANNESMAN, COSIPA e USIMINAS - os quais, juntamente com projetos de expansão das demais usinas existentes, foram incorporados ao Programa de Metas, que tinha por objetivo no setor uma produção de 2.279.000 toneladas, em 1960, e 3.496.000 toneladas, em 1964. A fim de assegurar a consecução destes objetivos, o Governo promoveu ajuda financeira e isenção de impostos de importação, bem como concedeu taxas de câmbio fixas para as necessárias importações de equipamentos e assegurou prioridade de câmbio para o pagamento das dívidas externas contraídas.

Na segunda metade de 1961, quando a inflação se tornou mais aguda e o custo dos investimentos subiu rapida

mente, muitas empresas estavam ainda em fase de construção ou expansão de suas usinas. Conseqüentemente, os investimentos foram retardados, inclusive os das companhias apoiadas pelo Governo Federal.

Na segunda metade de 1964, quando começaram a se fazer sentir os efeitos de uma recessão no mercado interno, muitas empresas começaram a tentar colocar seus produtos no mercado mundial⁶.

É, pois, somente em 1965 - quando o BNDE pôde direcionar a quase totalidade de seus recursos para o setor siderúrgico e tornou-se possível a obtenção de maiores recursos externos através de operações de avais - que o nível de investimentos voltou a apresentar-se significativamente alto, permitindo a materialização de um grande projeto (COSIPA) e a aceleração dos projetos de expansão das usinas já implantadas.

No caso do setor de energia, a questão era bem mais delicada: o final dos anos cinquenta e o início da década de sessenta foram marcados por uma escassez relativa de capacidade geradora de energia.

Isto deveu-se, de um lado, à retração dos investimentos das concessionárias estrangeiras, as quais, tendo em vista a ameaça de nacionalização, passaram a direcionar seus investimentos para fora do setor.

Por outro lado, a estagnação e mesmo retrocesso dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação e de outros fundos estaduais; a escassez relativa de recursos por parte do BNDE; as dificuldades crescentes para obtenção de empréstimos exteriores - agravadas pela incompatibilidade entre a política econômica do Governo Goulart e os interesses imediatos norte-americanos no país - e as pressões antiestatizantes obstruindo a criação da Eletrobrás, limitaram a ação do Governo Federal ao apoio de um pequeno número de grandes projetos (principalmente Furnas e Três Marias) iniciados a partir da segunda metade da década de cinquenta.

Uma análise do comportamento dos investimentos das empresas federais⁷, permite comprovar as observações acima:

durante o período 1956/59 os investimentos evidenciavam acréscimos significativos. Entre 1960 e 1962 o nível de investimento se manteve praticamente estagnado, voltando a crescer de maneira acentuada apenas em 1963.

Esta ligeira recuperação dos investimentos no ano de 1963 deveu-se ao crescimento dos recursos oriundos do Fundo Federal de Eletrificação, decorrente das modificações efetuadas no Imposto de Energia Elétrica e no Imposto de Consumo.

Finalmente, a Petrobrás apresentou acréscimos significativos nos investimentos até 1960. A partir de 1961, as taxas de incremento foram negativas ou bastante reduzidas.

Esta queda na taxa de investimento real deveu-se, principalmente, às dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa entre 1960 e 1964.

Em seu relatório referente ao exercício de 1960, acusava-se uma aguda crise financeira. E, para justificar esta situação, apontava-se três razões. A principal dizia respeito à defasagem entre o reajuste de preços dos derivados de petróleo cobrados pelas refinarias às distribuidoras e o nível de crescimento dos custos: entre janeiro de 1959 e dezembro de 1960, "enquanto os índices de preços refletem um acentuado aumento no custo das utilidades e dos serviços, os preços fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo para os derivados mantiveram-se estagnados, havendo mesmo sofrido decréscimo de 3 a 8% no decorrer do período" 8. Isto, logicamente, refletiu-se sobre a capacidade real de autofinanciamento da empresa, a qual manteve-se praticamente constante entre 1959 e 1960. Além disso, o não reajustamento dos preços dos derivados de petróleo significou uma receita fiscal menor, a qual representava aproximadamente 20% dos recursos internos da Petrobrás.

Uma segunda razão se devia à transferência para o mercado interno das aquisições de equipamentos anteriormente realizadas através de importações. Isto porque a substituição dos similares comprados no exterior pelo produtos nacionais não vinha acompanhada de benefícios e/ou mecanismos que compensassem aqueles decorrentes da taxa de câmbio favorecida. Assim, "essa política, embora estimulan

do a instalação no País da produção de equipamentos de petróleo, importa, necessariamente, em maior dispêndio para a Companhia, face ao maior preço da maquinária e materiais nacionais" ⁹.

Finalmente, os "atrasos verificados na entrada em atividade das unidades de lubrificantes da Refinaria Landulpho Alves e das primeiras unidades da Refinaria Duque de Caxias (...) influíram negativamente no ritmo de expansão dos (...) resultados (da empresa)" ¹⁰.

Assim, a aparente contradição entre a escassez de recursos internos e a taxa de crescimento em nível recorde no ano de 1960 só encontra explicação na utilização maciça de créditos na sua maioria a curto prazo, no exterior e de fornecedores, bem como através de uma política de manutenção do disponível em níveis reduzidos.

O baixo índice de liquidez e o crescimento do grau de endividamento por parte da Petrobrás no ano de 1960 explicam por que o reajuste do preço do petróleo, bem como a maior receita fiscal, decorrentes da Instrução 204 não foram suficientes para que a Petrobrás mantivesse o ritmo de crescimento dos investimentos no ano de 1961.

No período 1962/1964, retoma-se a política de concessão de subsídios dos derivados de petróleo. Além disso, a receita fiscal da Petrobrás, que em 1961 representava 14% do total de seus recursos internos, cai acentuadamente a partir de 1962 com a extinção de sua participação (15%) no produto arrecadado pelo imposto único sobre combustíveis e lubrificantes.

Portanto, a partir de 1962, a diminuição da capacidade de autofinanciamento (tabela 45), aliada a uma baixa capacidade de endividamento interno e externo, implicou não só numa diminuição no ritmo de expansão da capacidade produtiva, mas também em dificuldades de obtenção de recursos para reposição de equipamentos.

Quanto ao segundo ponto, ele se evidencia através da comparação entre o consumo nacional de petróleo bruto e a produção interna: sua participação passou de 34% em 1961 para 26,5% em 1964 o que se deveu, particularmente, às dificuldades de "obtenção da parcela em moeda estrangeira necessária aos investimentos em equipamentos de lipeza de poços e outros destinados ao andamento dos programas de recupera

ção secundária do petróleo" ¹¹.

Finalmente, e para concluir, tratemos de examinar os efeitos dos investimentos do setor produtivo estatal sobre a dinâmica cíclica.

De certa forma, sua importância para a expansão cíclica tem sido subestimada. Não nos referimos apenas à sua forte influência sobre a expansão corrente das indústrias de construção civil e mecânica pesada, a qual pode ser avaliada através da sua participação na formação bruta de capital fixo da economia e no total de investimentos da atividade industrial.

Estamos a nos referir, também, e sobretudo, ao caráter de liderança que desempenhou este setor ao estimular o desenvolvimento e ampliação do já existente parque nacional de máquinas e equipamentos e a entrada das grandes empresas estrangeiras produtoras de equipamentos industriais.

Sob este aspecto, os investimentos nacionais e estrangeiros foram atraídos mais pelos programas de fomento à indústria de base, do que pelos estímulos diretos e indiretos concedidos pelo Governo.

Inicialmente, a partir de 1955/1956, "os produtores nacionais de equipamentos, prevendo o surto industrial que se aproximava, aliciaram recursos financeiros próprios e procuraram (...) antecipar-se ao programa governamental, promovendo a venda de equipamentos brasileiros, num esforço para iniciar a substituição das importações de bens de capital" ¹².

Posteriormente, em decorrência da intensificação no ritmo dos investimentos estatais e privados via-a-vis a lógica de concorrência internacional, iniciaram-se os grandes investimentos estrangeiros na indústria mecânica pesada (principalmente de equipamentos elétricos) e ampliaram-se consideravelmente as instalações já existertes.

Neste contexto, e ao reverso, entre 1961 e 1962, a contração das encomendas de bens de capital do setor produtivo estatal - quando os projetos de montagem e ampliação de capacidade produtiva da indústria de máquinas e equipamentos não haviam ainda entrado em "plena" operação - foi suficiente para desestimular novos investimentos.

2.3. O SETOR PRIVADO

Vejamos, agora, o comportamento dos investimentos do setor privado: entre 1959/1960, eles sofreram uma forte queda, o que se explicaria principalmente pela maturação simultânea de parcela substancial dos projetos iniciados entre 1956/1957. Ou seja, uma vez implantados os projetos originalmente programados, e dada a ampliação da capacidade produtiva muito à frente da demanda, é natural que o nível de investimentos caísse para um patamar menos elevado.

Entretanto, se examinarmos o período imediatamente seguinte, é interessante notar que os investimentos privados não só se mantêm num nível relativamente elevado, como também sua desaceleração será mais lenta que a do setor público, crescendo ininterruptamente (a taxas reduzidas) até 1963 e caindo, de forma abrupta, apenas em 1964.

O quê explicaria este comportamento dos investimentos privados para o período 1960/1964? Ou seja, uma vez que, entre 1959/1960, a maior parte dos investimentos já havia sido concluída e dado que os projetos de montagem e ampliação de capacidade produtiva tendiam a se apresentar superdimensionados, não seria de se esperar um forte declínio para os investimentos privados a partir de 1960? Mais ainda: na medida em que o processo de industrialização não foi acompanhado da criação simultânea de mecanismos de financiamento interno para aquisição de capital fixo, e dado que em 1961 se extingue o subsídio cambial, como a atividade urbana e, em particular, o setor industrial resolveu seus problemas de financiamento para acumulação de capital fixo?

No que se refere a este último ponto, o que se argumenta é que a estrutura fortemente oligopólica conferia à indústria uma capacidade de autoacumulação significativamente alta¹³. Isto sob dois aspectos: de um lado, a partir de fins da década de cinquenta, as margens de lucro industriais devem ter se ampliado de forma significativa. Isto porque, o forte incremento da produtividade, aliado ao ritmo de expansão das atividades correntes, em virtude da estrutura oligopólica, não se transferia nem aos preços, nem aos salários.

Por outro lado, à medida em que a estrutu

ra oligopólica se apresentava fortemente desigual, as empresas com maior poder de monopólio tendiam a sustentar ou ampliar suas margens de lucro reajustando seus preços à frente da aceleração inflacionária. Ou seja, ao moverem seus preços para cima, ao mesmo tempo em que se desvalorizavam as dívidas contraídas, elevavam-se as margens de lucro monetário.

Neste contexto, e ao reverso, o processo inflacionário - realimentado continuamente pelo comportamento oligopolístico - tendia a reproduzir uma estrutura de fontes e usos, em que, as empresas, para se protegerem da erosão inflacionária, eram levadas a imobilizar continuamente seus recursos próprios e a recorrer às fontes externas para financiar suas necessidades de capital circulante¹⁴.

Portanto, a capacidade de autoacumulação da indústria vis-a-vis a aceleração inflacionária permitiria explicar não apenas como as empresas resolveram seus problemas de financiamento para acumulação de capital fixo, mas também porque, apesar das elevadas margens de capacidade ociosa, o nível de investimentos da indústria se manteve particularmente alto entre 1960/1963.

Pelo lado da dinâmica cíclica, entretanto, um processo de acumulação, como o acima descrito, nos coloca diante do seguinte impasse: por que os investimentos privados foram insuficientes não só para sustentar o auge cíclico, como também para evitar que a crise se instalasse ainda em 1962?

Para que se possa responder a estas questões, há que se ter em conta que, do ponto de vista do setor privado, o que prevalece, em última instância, são as expectativas de rentabilidade dos seus investimentos vis-a-vis o nível de capacidade ociosa desejada.

E como entre 1960/1961 o ritmo de expansão da demanda para a maior parte dos ramos industriais dos três setores (bens de capital, bens de consumo duráveis e não duráveis) manifestava-se francamente desfavorável, é de se admitir o seguinte comportamento para os investimentos privados, entre 1960/1962: primeiro, que o crescimento da demanda por bens de capital, durante este período, tenha ficado muito mais por conta de investimentos de reposição/modernização do que por ampliação de capacidade produtiva.

Com efeito, se compararmos a composição dos investimentos industriais para os anos de 1959 e 1962 (tabela 46), poderemos notar que a participação das indústrias tradicionais cresceu significativamente, passando de 34,0% do total de investimentos da indústria de transformação em 1959, para 43,0% em 1962. Este fato, por si só, já seria suficiente para explicar porque os investimentos privados não acarretaram maiores efeitos realimentadores sobre o setor de bens de capital: como se sabe, a demanda de bens de capital para as indústrias tradicionais tende a rebater para o exterior sob a forma de importação de equipamentos.

Quanto aos investimentos produtivos dos novos ramos industriais, seu crescimento ficou restrito ou à instalação de novas plantas (indústria de tratores, de equipamentos elétricos, construção naval etc), ou àquelas indústrias que durante todo o período mantiveram um ritmo de expansão corrente acentuadamente elevado. No caso das indústrias recém-instaladas, seria ingênuo supor que seus investimentos continuassem a crescer em decorrência do crescimento inicial da demanda; no segundo caso, em que se incluem principalmente os produtores de veículos leves ¹⁵, a manutenção de investimentos em níveis elevados era suficiente apenas para manter a produção corrente de determinados equipamentos (principalmente máquinas-ferramenta) em patamares "razoáveis".

Em segundo lugar, o fato de se estar continuamente immobilizando os recursos próprios não significa, necessariamente, que se esteja ampliando os investimentos produtivos. Pelo contrário, dada a tendência à desaceleração do crescimento vis-a-vis a inflação ascendente, o processo de acumulação tendeu a assumir um caráter crescentemente especulativo, fazendo com que as immobilizações de capital se traduzissem cada vez menos numa ampliação de capacidade produtiva: de um lado, a aceleração inflacionária, ao mesmo tempo em que deprimia a rentabilidade das aplicações financeiras, estimulava a formação de estoques especulativos (principalmente de bens de consumo duráveis) em mãos do comércio e de outras entidades superavitárias. Por outro lado, as empresas industriais visando evitar a deterioração do seu capital, tendiam a elevar seus estoques de matérias-primas, peças e componentes.

No que se refere ao período 1962/1963, em que as taxas de crescimento da produção corrente se apresentaram praticamente nulas ou negativas para a maior parte dos ramos industriais, seria de se esperar que os investimentos produtivos sofressem uma queda sensível. Com efeito, os dados das tabelas 47 e 48, indicam que, entre 1962/1963, a retração dos investimentos privados na indústria de transformação foi quase que generalizada.

O que isto sugere? Primeiro, que os investimentos privados se encontrem superestimados; segundo, que o crescimento das inversões entre 1962/1963 se deva a fatores alheios às atividades industriais e, em menor medida, ao setor urbano em geral.

No primeiro caso, na medida em que os investimentos privados são obtidos por resíduo, estão aí incluídas as empresas e autarquias estaduais de energia elétrica. E, embora não tenhamos informações de caráter conclusivo, tanto os dados físicos¹⁶ quanto a aqueles referentes à alocação de recursos¹⁷ estariam a indicar que, entre 1960/1964, elas foram responsáveis por uma parcela significativa dos investimentos privados.

Por outro lado, embora essas entidades também enfrentassem dificuldades para cumprir o cronograma de obras, a maior facilidade de obtenção de financiamentos externos junto a organismos oficiais¹⁸, a revisão do IUEE e a crise de fornecimento de energia elétrica ocorrida na região sul lhes permitiram, a partir de 1962, acelerar o ritmo dos projetos em andamento.

Quanto à segunda alternativa, se examinarmos as estatísticas oficiais referentes aos "investimentos em construções" (tabela 49), poderemos notar que, entre 1959 e 1964, a participação das construções rurais em relação ao total das inversões em construções cresce quase que ininterruptamente, passando de 10,3%, em 1958, para 20,3%, em 1959; 25,7%, em 1962; e 33,8%, em 1964. Nesse sentido, mesmo que se questione as estimativas para as construções rurais, elas estão, pelo menos, a indicar que no período 1962/64 o nível de "investimentos em construções urbanas" encontrava-se estagnado, ou até mesmo em regressão¹⁹.

Os dados referentes à aquisição de máquinas e equipamentos são, também, bastante significativos: coincidindo

com a entrada em operação da indústria de tratores, entre 1962/1964 o setor agrícola - e , em menor escala, a construção civil - absorveu u ma parcela significativa e crescente dos investimentos em equipamentos (tabela 50).

A explicação para isto reside muito me nos na existência de uma demanda reprimida do que nas condições de cré dito extremamente favoráveis: entre 1959/1964, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor rural cresceram continuamente. Isto, aliado às ta xas de juros subsidiados²⁰ e à aceleração inflacionária, estimulava as entidades a destinarem uma parcela significativa de recursos para aqui sição de bens de capital.

2.4. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E ACUMULAÇÃO EFETIVA DE CAPITAL

O processo de industrialização pesada no Brasil tem como uma de suas características marcantes o fato de que o ritmo de expansão dos investimentos global e da indústria dependia, principalmente, do comportamento dos investimentos produtivos das in dústrias de insumos básicos e automobilística e dos investimentos con vencionais do Governo.

Ao contrário das indústrias de insumos básicos (principalmente as empresas estatais), as empresas automobilísticas não enfrentavam maiores problemas pelo lado da capacidade de acu mulação interna. Entretanto, a forte queda da demanda por veículos pe sados em 1961 foi suficiente para provocar a desaceleração do ritmo de investimentos da indústria automobilística.

Assim, a partir de 1961 o ritmo de cres cimento dos investimentos ficava subordinado, principalmente, ao com portamento dos investimentos do Governo e do setor produtivo estatal.

Ocorre que, entre 1961/62, os investimentos do setor público estiveram longe de amortecer a desaceleração do crescimento dos investimentos.

Em primeiro lugar, a retração na contra tação de obras por parte das empresas públicas industriais e as modi ficações na composição dos investimentos convencionais do Governo, ao provocarem uma contra ção do crescimento da construção civil pesada, aca

baram por amplificar a desaceleração dos investimentos industriais.

Em segundo lugar, tendo em vista as dificuldades de financiamento enfrentadas pelo setor público e dado que as encomendas para equipamentos pesados são plurianuais, os atrasos no cronograma dos projetos e a impossibilidade de surgimento de novos projetos de grande porte levaram a que, já em início da década de sessenta, os investimentos das indústrias de material elétrico e mecânica pesada se retraíssem.

Por outro lado, a retração na demanda por bens de investimento vis-a-vis o tamanho mínimo de planta requerido para a produção de equipamentos de grande porte desencorajava a entrada de novos recursos externos sob a forma de investimentos diretos - inviabilizando a continuidade do processo de diversificação da produção de bens de capital fixo .

Neste contexto, não seria lícito afirmar que, entre 1961/62, a taxa de investimento produtivo teria sofrido uma forte retração? E, em decorrência disto, que a queda da taxa de investimento global fosse irreversível?

Com efeito, se observarmos a evolução e estrutura da formação bruta de capital fixo (tabelas 51 e 52), poderemos constatar que seu crescimento em 1962 se deveu a fatores exógenos ao investimento produtivo.

Primeiro, no que se refere ao total da formação bruta de capital fixo, podemos observar o seguinte:

- 1) a importação líquida de bens de produção apresentou um crescimento nominal de 98%, elevando sua participação sobre o total da FBCF de 14,1% em 1961 para 16,5% em 1962.
- 2) os "investimentos em construção" tiveram crescimento de apenas 50%, tendo sua participação caído de 48,1% em 1961 para 43,4% em 1962.
- 3) a "produção nacional de equipamentos" apresentou um crescimento nominal de 80%, tendo sua participação crescido de 37,7% para 40,1%.

Segundo, se analisarmos o comportamento dos quatro subgrupos da "produção nacional de equipamentos", poderemos notar que:

- 1) seu crescimento deveu-se quase que exclusivamente ao subgrupo "Mate-

rial de Transporte Rodoviário"²¹, o qual cresceu a uma taxa nominal de 107%, elevando sua participação em relação ao total da FBCF de 17,2% para 21%.

- 2) os subgrupos "material de transporte ferroviário", "navios e embarcações", tiveram, respectivamente, um crescimento nominal de 57% e 83%, tendo sua participação conjunta permanecido praticamente constante.
- 3) o subgrupo "máquinas e equipamentos", por sua vez, apresentou um crescimento nominal bastante modesto (56%), caindo sua participação de 18,1% para 16,7%.

Se acrescentarmos a isto o fato de que este item inclui parcela dos bens de consumo duráveis²² e a totalidade da produção de tratores - e dado que, no ano de 1962, a produção destes bens apresentou um crescimento extraordinário -, é de admitir-se que a participação da produção de máquinas e equipamentos industriais encontrava-se em declínio entre 1961 e 1962.

3. O PERÍODO DO PLANO TRIENAL

Anunciado em dezembro de 1962, o Plano Trienal propunha diretrizes para o período 1963/1965 e medidas detalhadas para 1963.

Suas diretrizes centrais consistiam em dar continuidade ao processo de industrialização simultaneamente a uma política gradual de controle da inflação e de solução do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Para conciliar o crescimento com os desequilíbrios interno e externo, propunha-se:

1. aliviar o balanço de pagamentos do enorme peso das amortizações, através da renegociação da dívida externa. Simultaneamente, pretendia-se obter um aumento nas exportações e a manutenção dos níveis de importação;
2. conter o processo inflacionário, através da redução do déficit orçamentário. Tal redução deveria ser obtida através de cortes nas despesas correntes - e, por conseguinte, sem prejuízo dos investimentos - e da obtenção de recursos não-inflacionários.

Por outro lado, para não comprometer o se tor privado, tratava-se de garantir que os empréstimos das Autoridades Monetárias e dos bancos comerciais crescessem na proporção do PIB mais a elevação de preços;

3. manter o ritmo dos investimentos a uma taxa histórica, através de um maior esforço inicial por parte do setor público.

Levando em conta as diretrizes acima, estabelecia o Plano as seguinte metas quantitativas: 1. crescimento de 7% ao ano para o PIB; 2. investimento anual de cerca de 18% do PIB; 3. elevação dos preços de 25% para o ano de 1963.

No que se refere às medidas iniciais a se rem postas em prática, o Plano concentrava-se nos problemas de curto prazo, deixando as metas de longo prazo em segundo plano.

E, na falta de reformas instrumentais e institucionais - as quais eram consideradas dependentes da aprovação do Legislativo - ficavam os responsáveis pelo Plano restritos a um elenco de medidas que não se diferenciavam, em sua essência, daquelas adotadas nos anos anteriores.

Primeiro, estabelecia-se que os meios de pagamento deveriam crescer a uma taxa de 34% ao ano. E para obter este resultado, estabelecia-se que o Governo deveria reduzir o déficit potencial do exercício de Cr\$775 bilhões para Cr\$300 bilhões.

Quanto à redução do déficit, propunha-se uma transferência de despesas e restos a pagar de Cr\$215 bilhões e plano de economia de Cr\$260 bilhões. Este, por sua vez, deveria concentrar-se na redução dos gastos de custeio e do nível de desembolso com subsídios.

Neste caso, tornava-se necessário aumentar as tarifas referentes aos serviços públicos de transporte e cortar os subsídios ao trigo.

Finalmente, visando aumentar a arrecadação tributária e a capacidade de autofinanciamento da Petrobrás, previa-se a elevação dos preços dos derivados de petróleo. Além disso, as reformas dos impostos sobre o consumo, a renda e energia elétrica permitiriam, simultaneamente, maior arrecadação tributária para o Governo e um aumento de recursos para o setor de energia elétrica.

Segundo, o controle dos meios de pagamento deveria concentrar-se nas operações das Autoridades Monetárias, através de um esquema trimestral para a expansão do crédito ao Tesouro e ao setor privado (tabela 53).

Quanto ao Tesouro, do déficit de Cr\$300 bilhões, apenas Cr\$60 a Cr\$100 bilhões seriam financiados através de emissões de moeda; o restante ficaria sujeito a recursos provenientes de depósitos vinculados a câmbio (Cr\$140 bilhões) e depósitos compulsórios à ordem da SUMOC (Cr\$100 bilhões).

No que se refere ao setor privado, ao mesmo tempo em que se estimava uma ampliação do crédito da ordem de 32%, pretendia-se restringir o crédito dos bancos comerciais através dos mecanismos clássicos de operações de redesconto e depósito compulsório.

Finalmente, no front externo, esperava-se que as medidas de controle do déficit público e da inflação, acompanhadas de uma política cambial mais realista, facilitariam as negociações junto aos credores externos - seja no que se refere à renegociação da dívida, seja quanto à obtenção de recursos suficientes para se manter a capacidade de importação.

Na prática, este elenco de medidas, aparentemente coerentes, revelar-se-ia totalmente inadequado.

Vejamos:

Em janeiro, o Governo concede um reajuste de 70% para os derivados de petróleo e corta o subsídio ao trigo, aumentando em 100% seu preço.

Ainda no que se refere à política de preços, em início de fevereiro as tarifas de transporte urbano são reajustadas, sendo de 50% para os trens suburbanos e 22% a 29% para os ônibus urbanos. E, em fins do mesmo mês, são liberados os preços de uma série de bens que vinham sendo controlados (arroz, açúcar etc.).

Refletindo esta série de reajustes ocorridos a partir de janeiro, a alta do custo de vida foi excepcionalmente elevada: 5,1%, em fevereiro, e 9,6%, em março (tabela 54).

Em vista disso, e dado que o decreto que estabelecia critérios para os dispêncios públicos (tabela 55) só

deveria ser aprovado em março, o déficit de caixa acumulado até fevereiro era da ordem de Cr\$40 bilhões, ultrapassando em muito o previsto para o primeiro trimestre (Cr\$26,6 bilhões).

Da mesma forma, pelo lado das Autoridades Monetárias, as operações de empréstimo aos setores público e privado apresentavam-se bem acima do previsto para todo o primeiro trimestre: quanto ao Tesouro Nacional essa expansão atingia um nível recorde de adiantamentos no valor de Cr\$70 bilhões contra apenas Cr\$9,9 bilhões em 1962; no que se refere às carteiras de Crédito Geral e de Crédito Agrícola e Industrial, elas acusavam uma expansão de Cr\$15,4 bilhões (contra Cr\$3,5 bilhões previstos para o primeiro trimestre).

Mesmo assim, não foi necessária uma emissão de papel-moeda, pois as operações ligadas ao setor externo e os recursos obtidos através do depósito compulsório dos bancos comerciais foram mais do que suficientes para cobrir o desequilíbrio.

Finalmente, os bancos comerciais - tendo em vista uma retenção maior de papel-moeda em poder do público e o recolhimento à ordem da SUMOC de 40% do acréscimo dos depósitos captados em novembro e dezembro - foram compelidos a expandir o crédito através da redução de seu encaixe livre e da expansão de operações de redesconto com o Banco do Brasil.

No mês de março, a situação começou a dar alguns "sinais de melhoria": o decreto que dispunha sobre a limitação de verbas para as unidades orçamentárias entrava em vigor; o Congresso aprovava um aumento para o depósito compulsório dos bancos comerciais (de 22% para 28%); e uma série de "acordos de cavalheiros" para não reajustar os preços era celebrada entre o Ministério da Fazenda e as principais empresas de alguns setores industriais (têxtil, em 8 de março; vestuário, veículos e autopeças, em 17 de março; e cimento, em 9 de abril).

Por outro lado, as operações de crédito das Autoridades Monetárias com o Governo e o setor privado urbano começaram a acusar um declínio significativo. Assim, o crescimento dos depósitos do setor privado não-bancário à frente da expansão de crédito, as cotas de retenção de café mais os depósitos compulsórios dos bancos comerciais foram não só suficientes para cobrir o déficit do Tesouro, como também para reduzir o montante de papel-moeda em circulação.

Quanto aos bancos comerciais, sem as emissões adicionais de papel-moeda e com o encaixe livre reduzido a níveis baixíssimos, viram-se forçados a reduzir a taxa de expansão do crédito.

Em abril, o déficit de caixa do Tesouro permitia atingir um acumulado para os quatro primeiros meses compatível com o previsto pelo Plano para o primeiro semestre. E como as despesas extra-orçamentárias ultrapassavam o previsto para todo o semestre (em virtude de financiamentos e subsídios às empresas de transporte e de economia mista), o baixo déficit apresentado em abril deu-se às custas de cortes e postergação de desembolso de despesas de custeio e investimentos.

Por outro lado, o volume de papel-moeda em circulação voltava a atingir o mesmo nível apresentado em fins de dezembro, tendo contribuído para essa expansão: a cobertura do déficit do Tesouro; as operações de empréstimo da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; os depósitos compulsórios dos bancos comerciais; e, principalmente, os depósitos compulsórios sobre as importações, que desde março vinham se apresentando crescentemente deficitários.

Assim, visando ampliar o volume de recursos externos a cargo das Autoridades Monetárias, ainda em abril era baixada a Instrução 239 - que elevava a taxa oficial de câmbio de Cr\$460/475 para Cr\$600/620 por dólar. Paralelamente, o depósito sobre as importações era reduzido de 80% para 60%, desde que o importador aceitasse sua devolução em letras do Tesouro; e as cotas cambiais de café e cacau eram aumentadas.

Quanto aos bancos comerciais, refletindo essa pequena expansão dos meios de pagamento, puderam ampliar lentamente o crédito e retomar o mesmo nível de liquidez (relação encaixe/depósitos) observado para janeiro.

Simultaneamente, o índice de preços por atacado, que vinha apresentando-se em alta desde o último trimestre de 1962, desacelerava-se, passando de 6,1%, em média, no semestre outubro de 1962 a março de 1963 para 2,4%, em média, no bimestre abril-maio de 1963.

Entretanto, esta situação (aparentemente sob controle) haveria de ser quebrada por acontecimentos que se desenvolveram entre os meses de abril e maio.

No front interno, principalmente a partir de meados de abril, várias entidades patronais começaram a protestar contra a política de controle do crédito. Em fins de abril, em editorial na revista "Desenvolvimento e Conjuntura", alertava-se que "nas últimas semanas as classes produtoras vêm se queixando de fortes restrições ao crédito (...)", o que se comprovava "através de uma clara propensão a reduzir suas atividades (...)"²³. Em vista disto, solicitava-se uma revisão das previsões do plano, para evitar uma "crise de estabilização".

Os trabalhadores, por seu turno, começaram a protestar contra o crescimento do custo de vida - o qual, em virtude da série de reajustes, havia apresentado em março uma taxa recorde de crescimento de 9,6%.

No front externo, tudo indicava que a missão San Tiago Dantas havia fracassado²⁴.

Além de negociações, envolvendo a compra da American and Foreign Power Company, pretendia o Governo Brasileiro solicitar ao Governo Americano o seguinte:

- 1) desbloqueio de US\$84 milhões, negociados à época da Missão Mariani;
- 2) liberação de US\$44 milhões pelo EXIMBANK, para refinanciamento de pagamento ao próprio;
- 3) novo empréstimo de US\$100 milhões para atender a financiamento a importações;
- 4) liberação de US\$25 milhões, já negociados com a AID;
- 5) novo empréstimo de US\$200 milhões, a ser efetuado pela AID, para atender a financiamentos de projetos;
- 6) novos contratos de compra de excedentes agrícolas, no valor de US\$140 milhões, sendo US\$70 milhões em 1963 e a outra metade em 1964;
- 7) reescalonamento dos compromissos referentes a 1964 e 1965.

Pretendia-se com isto, simultaneamente, melhorar a situação do Balanço de Pagamentos; aliviar as pressões sobre a taxa de câmbio e o nível interno de preços; dar continuidade a projetos em andamento (ou a se iniciarem) a cargo do BNDE; e diminuir as pressões sobre o orçamento de câmbio, a cargo das Autoridades Monetárias.

Entretanto, do total de US\$593 milhões so

licitados, apenas US\$84 milhões foram efetivamente desembolsados - sendo que estes recursos serviram para saldar compromissos em atraso. Por outro lado, ficou acertado que fundos no valor de US\$314,5 milhões seriam liberados gradualmente - não se fixando, porém, nenhum prazo específico. Além disso, San Tiago Dantas havia concordado com a fórmula apresentada pelo Governo Americano para a compra da AMFORP, desgastando o Governo perante os setores à esquerda.

Em maio, outra série de acontecimentos traria de desgastar ainda mais o Plano Trienal: contrariando as previsões, João Goulart havia sancionado um aumento de 70% para o funcionalismo público; e a missão do FMI - que já havia declarado que as medidas adotadas pelo Governo eram bastante tímidas - concordou em liberar apenas US\$60 milhões dos US\$100 milhões que haviam sido solicitados.

Além disso, o déficit público, que parecia estar sob controle, voltava a acusar uma expansão significativa - tendo contribuído para isto gastos imprevisíveis referentes a financiamentos e subsídios a empresas e demais entidades públicas.

O crescimento do déficit de caixa do Tesouro (tabela 56) e o resgate líquido do depósito compulsório sobre as importações, conjugados à maior expansão do crédito ao setor privado, obrigaram o Banco do Brasil a recorrer à Carteira de Redescontos, elevando o saldo de papel-moeda em circulação de 2,4% em maio e 4,8% em junho. Em vista disto e do crescimento dos depósitos à vista nos bancos comerciais, o volume dos meios de pagamento acusava uma expansão de 12,2% para o primeiro semestre de 1963.

No entanto, a despeito do crescimento do déficit público e dos meios de pagamento, no primeiro semestre, ter sido superior ao projetado pelo Plano Trienal, sua taxa de expansão iria ficar muito abaixo do crescimento dos preços (tabelas 57 e 58).

Por outro lado, uma vez que a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor público e às atividades agrícolas eram menos susceptíveis de controle, os efeitos da política de contenção dos meios de pagamento iriam ser absorvidos, mais acentuadamente, pelo setor privado urbano.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o Banco do Brasil contraía seus empréstimos às atividades urbanas, a não ocorrência de maciças emissões de papel-moeda e o aumento do recolhimento compulsório junto à SUMOC acarretaram uma forte diminuição relativa do crédito dos bancos comerciais ao setor privado.

Em suma: a despeito do enorme esforço de contenção da expansão dos meios de pagamento e do déficit de caixa do Tesouro, mais uma vez fracassavam as tentativas de controlar o processo inflacionário e aliviar as pressões do Balanço de Pagamento⁵. As razões para o fracasso eram as mesmas de períodos anteriores: ineficácia dos instrumentos vis-a-vis ausência de reformas e pressões internas e externas. Como agravante, defrontávamo-nos com uma economia estagnada.

Portanto, diante do fracasso do Plano Trienal e sofrendo pressões à esquerda e à direita, San Tiago Dantas demitia-se em junho.

4. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, ESCASSEZ DE CRÉDITO E ACELERAÇÃO INFLACIONÁRIA

A coincidência entre as medidas adotadas no primeiro semestre de 1963 e, por outro lado, a forte retração dos investimentos e a estagnação das atividades econômicas, tem suscitado interpretações de que a política de contenção dos meios de pagamento teria precipitado ou aprofundado a desaceleração do crescimento.

A interpretação mais radical é, sem dúvida, a de John Wells²⁵. Para este autor a política de controle dos meios de pagamento à época do Plano Trienal teria sido responsável não apenas pela desaceleração econômica, mas também pela crise que se abateu sobre a economia durante o período 1963/66.

Sua argumentação, de forma bastante sintética, é a seguinte:

- 19) não haveria qualquer indicação de desaceleração econômica entre 1961/62; pelo contrário, as estimativas oficiais teriam superestimado o crescimento da indústria em 1961 e subestimado o seu comportamento em 1962.
- 29) pelo lado dos investimentos, após rejeitar os dados oficiais referentes à "formação bruta de capital fixo" e o deflator implícito

utilizado, Wells constrói uma nova série para o período 1959/64, a partir da qual ele conclui que a taxa de investimento teria se desacelerado apenas em 1963^{26 e 27}.

- 39) a partir do segundo trimestre de 1963, a economia brasileira teria entrado num período recessivo, e isto poderia ser constatado principalmente através da performance do setor de bens de consumo duráveis: sua produção teria crescido de forma praticamente ininterrupta entre 1962 e início de 1963 e, coincidindo com o início do plano de contenção dos meios de pagamento, teria caído abruptamente. Quanto aos demais ramos industriais, embora os dados disponíveis não permitissem uma análise detalhada, haveria "evidências qualitativas"²⁸ de que seu comportamento teria sido afetado pela política de contenção do crédito.
- 40) finalmente, para completar o quadro, a retração dos investimentos decorrente da "súbita" queda da produção, aliada à forte contração dos investimentos do setor público e daqueles setores (principalmente a agricultura) que dependiam diretamente de financiamento para aquisição de bens de capital, acabariam por arrastar o setor de bens de capital.

Já autores como José Serra²⁹, embora não contestem o fato de que a desaceleração econômica teria se iniciado em 1962, e argumentem que esta teria decorrido "em grande parte dos fatores de natureza cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso "pacote" de investimentos públicos e privados iniciado em 1956/57"³⁰; concluem afirmando que a "política de estabilização de preços do início de 1963 (teria se superposto) às tendências citadas, precipitando (...) o declínio do crescimento pelo lado da demanda"³¹.

Ora, o Plano Trienal em nada alterou a performance cíclica.

Em primeiro lugar, creio já havermos demonstrado que, do ponto de vista do mecanismo do ciclo, a crise já se desencadeara desde 1962. Ou seja, o ritmo de acumulação efetiva de capital e a estrutura da demanda por bens de investimento permitem demonstrar que os efeitos dos investimentos públicos e privados sobre a dinâmica inter e intrasetorial não só haviam se esgotado, como teriam

deixado de atuar enquanto fator capaz de frear a desaceleração do ritmo de crescimento da renda e do emprego.

Por outro lado, a forma abrupta com que a taxa de investimentos produtivos se reverteu, deveu-se às crescentes dificuldades de financiamento do setor público e aos problemas de "realização dinâmica" enfrentados pelas grandes empresas produtoras de bens de uso final (bens de capital, bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis).

Segundo, se examinarmos a tabela 59 e o gráfico I, poderemos constatar que, a partir de 1959, a expansão do crédito bancário se revelou não só insuficiente para atender à expansão das atividades urbanas, como até mesmo de acompanhar o ritmo inflacionário.

Tal fato decorre, principalmente, da tentativa de controle dos meios de pagamento, a qual ao mesmo tempo em que limitava as possibilidades de expansão de crédito dos bancos comerciais (gráficos II e III), acabava por restringir os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado em favor do setor público (gráfico IV).

Entretanto, as dificuldades de acesso ao crédito bancário não haveriam de ser homogêneas para o conjunto do setor privado (tabela 59 e gráficos V, VI e VII).

De um lado, tendo em vista o papel desempenhado pelo Banco do Brasil junto ao setor agrícola, qualquer política de controle de seus empréstimos ao setor privado iria recair sobre as atividades urbanas - diminuindo sua participação no total de empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado (tabela 60).

Por outro lado, no que se refere aos empréstimos bancários às atividades urbanas, em virtude da maior fragilidade do comércio, eles se revelaram menos desfavoráveis às atividades industriais.

É certo que, a partir de 1959, com o desenvolvimento das sociedades de financiamento, uma parcela crescente das transações comerciais (principalmente para bens de consumo duráveis) passou a ser financiada por meio de letras de câmbio. Entretanto, o total de empréstimos com aceites cambiais, quando comparado com o volume de em

préstimos dos bancos comerciais ao setor privado, se revelou bastante modesto. Além disso, à medida em que o processo inflacionário se intensificava, a rentabilidade real deste tipo de aplicação tendia a tornar-se negativa (tabela 61), afugentando os investidores para outros negócios mais rentáveis.

É de se crer, portanto, que a expansão corrente das atividades urbanas prescindia (ainda que relativamente) do crédito bancário:

19) que parcela dos recursos requeridos pelo setor privado fosse atendida através de adiantamentos do Governo às empresas prestadoras de serviços (principalmente empreiteiras de obras públicas). Assim, o que a princípio se constituiria em empréstimos ao Tesouro, acabaria por funcionar como um mecanismo de financiamento do setor privado ³².

Entretanto, o mais provável é que o crescimento inflacionário tenha anulado, ainda que parcialmente, os efeitos deste mecanismo de repasse de recursos. Isto porque ao tentar controlar o déficit de caixa, o Governo iria atrasar seus pagamentos às empresas, o que significaria reverter o mecanismo a favor do primeiro.

20) que as necessidades de recursos para as empresas que enfrentavam dificuldades financeiras fossem atendidas através do surgimento e desenvolvimento de mercados semi-legais. Este é o caso do mercado paralelo - o qual operava com títulos de natureza igual às letras de câmbio, mas que eram emitidas sem coobrigação de uma terceira entidade. Embora as taxas oferecidas neste mercado fossem superiores às do mercado regular (letras de câmbio), o investidor assumia por conta própria o risco de não receber a quantia acertada. É por este motivo que, ao menos até 1964, o volume de operações no mercado paralelo se manteve em níveis bastante reduzidos ³³.

30) que entre 1959/63 as dificuldades de acesso ao crédito bancário tenham sido "compensadas" de forma crescente através do endividamento interempresarial ³⁴.

Em suma: a política de contenção dos meios de pagamento não logrou influenciar a performance cíclica. A escassez relativa de crédito para as atividades urbanas iria contribuir,

sim, para o agravamento das tensões inflacionárias, sob dois aspectos:

- 1º) as tentativas de controle da expansão dos meios de pagamento iriam traduzir-se numa elevação da taxa nominal de juros ³⁵;
- 2º) uma vez que as dificuldades de acesso ao crédito bancário foram compensadas pelo endividamento interempresarial, o conflito distributivo intercapitalista tendeu a se acirrar.

Tratemos, agora, de recuperar a dinâmica de acumulação do setor privado para o período 1961/63.

Como vimos, o mecanismo inflacionário não só conferia, às grandes empresas, uma capacidade de acumulação suficiente para atender seus projetos de ampliação de capacidade produtiva, como reforçava a tendência ao superinvestimento.

Entretanto, à medida em que a defasagem entre o ritmo de crescimento da demanda e a ampliação de capacidade produtiva se aprofundasse, o nível das inversões produtivas se retrairia, deixando o processo de acumulação inflacionária de atuar enquanto fator de freio à desaceleração do ritmo de acumulação efetiva de capital.

A reversão da taxa de acumulação efetiva de capital não iria traduzir-se, simultaneamente, na retração da demanda corrente interindustrial. Ou seja, uma vez que não se logrou desenvolver instrumentos de valorização financeira do capital, parcela significativa dos lucros correntes das grandes empresas industriais era continuamente reaplicada em suas atividades correntes - seja elevando-se os níveis de estoques de matérias-primas e semimanufaturados; seja financiando-se a aquisição dos seus produtos.

Com a intensificação do processo inflacionário, principalmente a partir do segundo semestre de 1962, o mecanismo especulativo generalizou-se, reforçando, de forma amplificada, as práticas de reajuste de preços e de elevação dos estoques.

De um lado, na tentativa de proteger-se contra a erosão inflacionária, as empresas e as famílias passaram a deslocar seus saldos (ou excedentes financeiros) para a aquisição de determinados bens (principalmente duráveis). Por outro lado, a instituição do 13º salário em 1962 ³⁶ e o reajuste do salário mínimo em janeiro de 1963 ³⁷ iriam acarretar um aquecimento da demanda por bens de consumo

não-duráveis. Simultaneamente, a manutenção (ou aquecimento) da demanda pelos respectivos produtos em níveis particularmente elevados estimulava a formação de estoques especulativos em mãos do comércio e de entidades superavitárias.

Como conciliar o quadro acima descrito com a idéia de que a política de contenção dos meios de pagamento teria sido a principal responsável pela estagnação das atividades econômicas em 1963?

Pelo lado do setor público, uma política de expansão dos seus gastos via emissão de moeda se revelaria totalmente inócua: de um lado, tendo em vista que a rentabilidade esperada de novos investimentos privados já se encontrava fortemente reduzida, a emissão de moeda e a conseqüente expansão do crédito bancário lograriam intensificar o circuito especulativo; por outro lado, a aceleração inflacionária daí decorrente anularia parcialmente o esforço de ampliação dos gastos por parte do setor público.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta que, em decorrência do baixo grau de mobilidade financeira do capital, o mecanismo especulativo se apresentou predominantemente sob a forma mercantil. Neste sentido, a explicação para o fato de alguns ramos industriais (automobilístico e autopeças, vestuário e calçados, têxtil, eletrodomésticos e metalurgia) terem se defrontado com uma retração brusca de suas atividades, residiria não apenas na política de compressão de crédito, mas também, e sobretudo, na reversão das expectativas inflacionárias.

Como se afirmou no número retrospectivo do 1º semestre de 1963 da revista Conjuntura Econômica:

"Os aumentos de preços eram anunciados nos jornais, como que para provocar uma verdadeira corrida sobre as mercadorias.

Foi neste momento que se iniciou o plano de contenção do Governo. Sua eficácia, porém, parece ter sido maior nos "acordos de cavalheiros" entre as autoridades financeiras e alguns setores industriais, especialmente, a têxtil e a automobilística. A mera interrupção dos seguintes aumentos de preços que vinham levando con

sumidores a apressarem suas compras ou mesmo estocarem artigos para revenda a preços mais altos, parece ter determinado a retração da procura, que se observou em abril e maio últimos" 38 .

"As estimativas de que já dispomos e os dados efetivos de consumo industrial de energia elétrica nos 2 principais centros do país permitem inferir sensível quebra na tendência de expansão industrial no 1º semestre do ano, em confronto com iguais períodos de anos anteriores. Numerosas são as causas apontadas (...). Em primeiro lugar, assinalou-se como fundamental o fato de que, diante dos estoques excessivos em mãos de vários setores industriais e do respectivo comércio de atacado (produtos siderúrgicos, têxteis, autopeças e veiculos etc), houve uma corrida à liquidez, forçando a venda daqueles estoques a preços menores do que as expectativas ao fim do ano passado e princípio deste faziam supor" 39 .

Em síntese: entre fins do primeiro e início do segundo trimestre de 1963, a demanda por certos bens de consumo e determinados produtos semimanufaturados - que, para fins especulativos, vinha se mantendo em níveis particularmente elevados desde 1962 - sofreu uma forte retração.

Em primeiro lugar, a adoção de uma série de medidas econômicas (reajuste de preços e tarifas, desvalorização cambial etc.) que vinham sendo anunciadas desde o último trimestre de 1962 e os "acordos de cavalheiros" celebrados entre o Governo e as principais empresas de vários ramos industriais contribuíram para a reversão das expectativas inflacionárias.

Em segundo lugar, a elevação do custo de vida verificada a partir de fevereiro de 1963 acarretou uma forte redução dos salários de base (tabela 62).

Finalmente, a política de compressão do crédito haveria de agravar ainda mais a situação: de um lado, as atividades comerciais e as empresas industriais mais débeis financeiramente, diante das dificuldades de saldar seus compromissos - e dada a impossibilidade de reciclar suas dívidas - viram-se compelidas a liquidar seus estoques e a contrair suas encomendas.

Por outro lado, isto acabou por contribuir

para que as grandes empresas revissem seus planos de produção e sua política de comercialização.

No caso da indústria, entretanto, o setor que enfrentaria maiores dificuldades seria o têxtil:

"Onde a persistência da crise tem sido mais duradoura, é na indústria têxtil, seja porque o comércio a varejo respectivo e o setor de confecções restringiram de maneira comprovada as suas compras, seja porque o atacado praticamente deixou, em quase 3 meses, de renovar seus estoques.

Em decorrência, vêm se agravando substancialmente os índices de liquidez e solvência das empresas do ramo, o que ocasionou não apenas algumas concordatas, como a venda de fábricas de uns a outros grupos. É, sobretudo, no Rio e em São Paulo onde mais graves parecem estar sendo tais fenômenos, o que se traduz em sério impacto na própria evolução conjuntural do subsetor, eis que nesta região se encontram 3/4 de toda a indústria têxtil brasileira" ⁴⁰.

De qualquer forma, a partir do segundo semestre de 1963, uma vez abandonada a política de controle dos meios de pagamento e retomados os índices de liquidez, a demanda para a maioria das indústrias atingidas não voltou a crescer; e, em alguns casos, continuou a cair de forma dramática.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO III

1. Para a estimativa da formação bruta de capital fixo no setor público, leva-se em conta os valores escriturados no exercício, e não o que foi efetivamente pago. Assim, a disponibilidade de recursos para despesas de capital se encontra superestimada em alguns exercícios.
2. A partir de 1959, as operações em moeda estrangeira a cargo do BNDE sofreram forte redução, passando de US\$583,9 milhões (valores constantes de 1981), em média, nos anos de 1957 e 1958, para US\$182,5 milhões, em média, no período 1959/62. Em 1963, o total de prestação de garantia em moeda estrangeira foi de apenas US\$31,9 milhões. Veja-se "Trinta Anos de BNDES - Avaliação e Rumos", 1982.
3. Como observou João Paulo de Almeida Magalhães (Desenvolvimento e Conjuntura, abril 1963, p. 43): "(...) parece-nos de grande interesse o financiamento das vendas da indústria brasileira de equipamentos, através de um fundo criado, por exemplo, junto ao BNDE. Essa medida atenderia à objeção, segundo a qual os financiamentos da Aliança para o Progresso, concedidos exclusivamente a equipamentos de origem americana (grifo nosso), representam danosa concorrência para o similar brasileiro, que não pode oferecer igual vantagem".

Sobre as condições desiguais de concorrência derivadas da inexistência de fontes internas de financiamento das vendas de bens de capital, veja-se: CEPAL/ABDIB, "Alguns Problemas de Fabricação de Equipamentos Industriais de Base" in Desenvolvimento e Conjuntura, Julho 1961; Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica, 1966; "Financiamento de Venda de Fabricação Industrial" in Desenvolvimento e Conjuntura, Junho 1962.
4. Convém ainda lembrar que, coincidindo com as dificuldades enfrentadas no "front" externo, a partir de 1960, os recursos oriundos dos "Acordos Sobre Excedentes Agrícolas" sofreram forte redução (vide tabela 30).
5. A tentativa do BNDE de financiar a venda de equipamentos de fabricação nacional (CONFIVE, 1962), através da emissão de aceites cambiais, redundou em enorme fracasso.
6. Diagnóstico Preliminar da Siderurgia e Metais Não-Ferrosos, EPEA, 1967, pp 15 e 16.

7. Os investimentos em "construção de barragens" estão incluídos na formação bruta de capital fixo do Governo Federal, e não nas empresas de energia elétrica.
8. "Relatório Anual da Petrobrás - 1960", apud "A Situação Financeira da Petrobrás em 1960" in Desenvolvimento e Conjuntura, Abril 1961, p. 6.
9. Idem nota 8, pp. 6 e 7.
10. Idem nota 8, p. 6.
11. "Diagnóstico Preliminar do Petróleo", Julho 1966, pp. 45 e 46.
12. "Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica", Julho 1966, p. 34.
13. Veja-se Maria da Conceição Tavares, "Notas sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento - O Caso do Brasil" in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, 1977, pp. 148 a 152.
14. Este argumento foi originalmente sustentado por Ignácio Rangel (A Inflação Brasileira, Brasiliense, 1978).
15. Enquanto em 1961 os recursos destinados ao aumento de imobilizado das indústrias automobilísticas elevaram-se de 42%; em 1962, sua taxa de crescimento nominal foi de apenas 20% (veja-se "Resultado das Sociedades Anônimas" in Conjuntura Econômica, Fevereiro de 1963 e Fevereiro de 1964).

Tal fato deveu-se à retração dos investimentos da indústria de veículos pesados, a qual, como vimos, já encontrava-se estagnada.
16. Veja-se, por exemplo, Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e a seção "Serviços Públicos", nos números retrospectivos da revista Conjuntura Econômica, onde é possível constatar um crescimento acentuado da capacidade instalada das empresas estaduais de energia elétrica no período 1962/64.
17. Veja-se a seção "Resultado das Sociedades Anônimas", nos números retrospectivos da revista Conjuntura Econômica: enquanto entre 1960 e 1962, os recursos destinados ao aumento do imobilizado das empresas de energia elétrica representaram, em média, 18% do total de acréscimo de "novo imobilizado" das sociedades anônimas pesquisadas; em 1963, a participação das empresas de energia elétrica foi de 25,6%.

Além disso, os relatórios anuais da CEMIG evidenciam uma estagnação dos investimentos da empresa, entre 1960 e 1962; e uma taxa de crescimento real (DI/PIB) de 17%, entre 1962/63. Esta recuperação do nível de investimentos da CEMIG deveu-se à concessão de avais internos pelos bancos regionais e, principalmente, à obtenção de financiamento externo junto ao BID (junho de 1962) e à AID (outubro de 1963) - os quais destinavam-se à aquisição de materiais e equipamentos no exterior.

18. Como observou Ricardo B.G. Valle ("A Ação Financiadora do BNDE e o Processo de Industrialização", 1980, pp 52 e 53): "Era objetivo do Governo jogar com a carta da reunião de Punta del Este para conseguir recursos da Aliança para o Progresso. O BNDE (...) seria (...) a instituição ideal para receber a soma global da ajuda externa, executando todos os projetos financiados pelos fundos da Aliança".

Embora o esquema proposto pelo governo federal tenha sido aprovado pelas autoridades americanas, "os empréstimos provenientes da Aliança para o Progresso foram distribuídos diretamente aos governos estaduais que os solicitavam até que (...) o Governo Federal baixou um decreto, em fins de 1962, submetendo a obtenção dos referidos empréstimos à sua prévia aprovação".

19. Convém mencionar que, em 1962 e 1963, o volume de transações imobiliárias registrou uma forte retração, o que pode ser constatado através do movimento de compra e venda de imóveis no Rio de Janeiro:

(MILHÕES DE Cr\$)

CATEGORIA	1 9 6 3		1 9 6 2		1 9 6 1	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
APARTAMENTOS	2700	4006	3286	3503	3679	3148
PRÉDIOS	1181	1707	1479	1509	2070	1598
TERRENOS	184	259	233	65	1408	231
T O T A L	4065	5972	4998	5078	7157	4977

FONTE: Promessas de Compra e Venda registradas em Cartório in Conjuntura Econômica, fevereiro 1964

Esta retração do mercado imobiliário deveu-se, principalmente, à aceleração inflacionária, afugentando os investidores para aplicações de maior liquidez e rentabilidade a curto prazo.

VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- em % e nominal

PERIODO (ANOS)	TAXA MÉDIA ANUAL DE VALORIZAÇÃO (%)		
	ATÉ 1961	ATÉ 1962	ATÉ 1963
1	31	27	39
2	14	12	32
3	13	12	23
4	14	12	24
5	13	12	21

FONTE: Conjuntura Econômica, fevereiro de 1963 e fevereiro de 1964.

20. Veja-se Tabela 33 deste trabalho.
21. O item "Material de Transporte Rodoviário" inclui o valor total da produção de caminhões e 25% do valor da produção dos automóveis de passageiros (Contas Nacionais - Conceitos e Metodologia, 1972, pp. 14,15,55 e 56).
22. Para efeito de contas nacionais, considera-se bem de capital "todo bem utilizado no processo produtivo (no sentido amplo) com vida útil superior a um ano" (Contas Nacionais - Conceitos e Metodologia, 1972, p. 54).

Assim, itens como material elétrico, aparelhos elétricos, material de comunicações, móveis de madeira para escritório, móveis de metal foram classificados como bens de capital (Contas Nacionais - Conceitos e Metodologia, 1972, pp. 54 e 55).
23. Desenvolvimento e Conjuntura, abril de 1963, pp. 3 a 5.
24. Veja-se Desenvolvimento e Conjuntura, Maio de 1963.
25. John Wells, "Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960's and Early 1970's", 1977, mimeo.
26. John Wells, Op. cit, pp. 282 a 297. Wells constrói uma série para a produção nacional de bens de capital no período 1959/70, adotando o seguinte procedimento: para os anos censitários de 1959 e 1970 ele soma o valor da produção daqueles bens considerados (pela metodologia das Contas Nacionais) como bens de capital; uma vez estimada a produção nacional de bens de capital nos anos censitários, a complementação da série é obtida por extrapolação.

27. Tendo em vista que Wells considera como bens de capital os mesmos itens coletados pela metodologia das Contas Nacionais, sua tentativa em demonstrar que a demanda por bens de investimento teria se acelerado entre 1961/1962 é totalmente inócua. Como demonstramos nas páginas 64 e 65, entre 1961/1962, a "produção nacional de bens de capital" foi influenciada pelo crescimento acentuado da produção de veículos e de outros bens de consumo duráveis.
28. As "evidências qualitativas" resumem-se em uma série de citações de jornais e periódicos, onde aponta-se a política de contenção do crédito como a principal responsável pela queda da produção de vários ramos industriais.
29. José Serra, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs), op. cit., 1982.
30. José Serra, op. cit., p. 80.
31. José Serra, op. cit., p. 84.
32. Cf. A. C. Sochaczewsky, op. cit., 1980, p. 72.
33. Estimava-se que, em 1963, o movimento do mercado paralelo era 200% superior ao mercado regular de letras de câmbio, o que se devia à maior rentabilidade oferecida aos aplicadores.
34. Veja-se A. C. Sochaczewsky, op. cit., pp. 61 a 79 e Maria da Conceição Tavares, op. cit., 1977, pp. 148 e 149.
35. Uma vez que a taxa de juros era limitada a um máximo de 12% ao ano pela Lei da Usura, torna-se bastante difícil conhecer a taxa de juros efetivamente cobrada pelos bancos comerciais.
Entretanto, os dados apresentados por A. C. Sochaczewsky (op. cit., 1980, p. 40) evidenciam um crescimento ininterrupto da taxa nominal de juros no período 1959/64, sendo que entre 1961 e 1963 sua aceleração foi mais intensa.
36. Lei 4090 de junho de 1962.
37. Os reajustes concedidos para o Rio de Janeiro e para São Paulo foram, respectivamente, de 56,25% e 58,90% em relação ao salário mínimo de outubro de 1961 (data do último reajuste).
38. Conjuntura Econômica, agosto de 1963, pp. 46 e 47.

39. Conjuntura Econômica, agosto de 1963, p.23

40. Conjuntura Econômica, fevereiro de 1964.

TABELAS

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS RAMOS INDUSTRIAIS NO
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(1952/1962)

em %

RAMOS	ANOS						
	1952/54 ¹	1955	1956	1957	1958	1959	1962
TRADICIONAIS:							
Madeira	3,75	3,70	3,40	3,10	3,10	3,30	2,50
Mobiliário	2,45	2,60	2,50	2,40	2,30	2,20	2,00
Couros, Peles e Produtos Similares	1,35	1,20	1,20	1,20	1,20	1,10	1,00
Têxtil	17,40	17,20	16,80	14,10	13,40	12,00	13,80
Vestuário, calçados e artefatos de tec ⁱ do	4,55	4,40	4,40	4,30	4,00	3,60	3,40
Produtos alimenta- res	16,90	16,70	17,50	16,50	15,80	16,60	13,30
Bebidas	3,50	3,50	3,00	2,90	2,80	2,90	2,60
Fumo	1,90	1,50	1,60	1,80	1,60	1,30	1,90
Editorial e Gráfica	3,35	3,40	3,10	3,40	3,30	3,00	2,50
Diversas	2,45	2,30	2,40	2,40	2,60	1,60	1,80
INTERMEDIÁRIAS:							
Minerais não metáli- cos	8,10	6,00	6,10	6,90	6,70	6,70	5,00
Papel e papelão	2,65	2,80	2,40	2,20	2,40	3,10	2,90
Borracha	2,15	2,50	2,10	2,40	1,90	2,30	2,00
DINÂMICAS:							
Metalúrgica	10,10	10,50	11,70	11,10	11,50	11,90	12,40
Mecânica	2,45	2,70	2,90	2,80	3,00	3,50	3,20
Material elétrico e de Comunicações	2,95	3,80	3,90	4,10	4,30	3,90	5,50
Material de Transpor- te	2,80	2,90	2,90	5,20	7,00	7,60	10,20
Química	11,20	12,30	12,10	13,20	13,10	13,40	14,00
TOTAL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CONTAS NACIONAIS DO BRASIL, CCN-IBRE/FGV, 1972

NOTA: 1) média do período

TABELA 2

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADES
(1955/64)

- em % -

RAMOS ANOS	P I B			
	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	SERVIÇOS	TOTAL
1955	10,63	7,72	3,46	6,86
1956	6,90	- 2,39	4,66	3,18
1957	5,70	9,31	8,97	8,06
1958	16,19	2,02	5,41	7,70
1959	11,87	5,31	1,20	5,57
1960	9,60	4,91	13,01	9,71
1961	10,64	7,56	11,94	10,31
1962	7,81	5,48	3,28	5,24
1963	0,19	1,02	2,85	1,55
1964	5,15	1,34	2,05	2,93

FONTE: Contas Nacionais do Brasil, IBRE - CCN/FGV - Vol. II (Quadros Estatísticos, 1972).

TABELA 3

TAXA REAL¹ DE CRESCIMENTO ANUAL DA INDÚSTRIA POR SETORES E RAMOS

(1955/1964)

- em % -

SETORES E RAMOS	ANOS									
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Extrativa Mineral	7,1	11,1	3,4	18,0	25,2	17,4	5,9	1,5	18,4	12,0
De Transformação	10,9	5,5	5,6	16,7	12,8	10,6	11,1	8,2	-0,3	5,1
Minerais não Metálicos	7,7	10,0	-0,4	2,2	2,5	14,5	6,8	4,0	-0,1	5,7
Metalúrgica	0,6	16,3	-7,8	19,6	18,1	11,3	9,3	20,4	3,4	6,0
Mecânica	-	15,0	-4,1	8,1	13,2	27,3	24,2	10,7	2,6	1,4
Material Elétrico e de Comunicação	-	58,9	-1,9	67,6	13,2	27,3	24,2	10,7	-3,8	9,4
Material de Transporte	-	12,4	121,1	46,0	35,7	28,4	2,7	24,9	-10,7	3,4
Madeira	21,2	15,3	-2,1	7,4	7,6	11,6	11,1	18,3	2,5	2,9
Mobiliário	-	3,5	-8,4	17,0	-	-	-	-	-	-
Papel e Papelão	6,0	14,2	-5,9	16,2	5,6	7,8	5,7	11,6	7,8	6,5
Borracha	2,3	-5,4	4,7	13,0	20,0	22,4	4,8	16,0	0,9	6,6
Couros, Peles e Similares	-1,8	11,0	3,2	10,3	-1,3	-6,4	1,7	-0,6	-7,2	10,0
Química	134,3	34,0	1,9	16,6	7,5	15,5	21,3	23,1	3,6	9,9
Têxtil	4,8	0,1	-12,0	17,9	7,3	7,8	7,4	4,3	-2,7	4,4
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	-	5,1	1,0	21,8	-	-	-	-	0,8	12,1
Produtos Alimentares	19,6	-11,5	21,7	9,7	9,6	5,6	7,0	5,6	-0,8	1,4
Bebidas	6,0	-12,0	7,4	8,9	0,0	-1,0	16,2	-2,6	2,0	-10,5
Fumo	9,3	-7,5	-1,4	2,7	7,0	2,8	11,2	9,6	0,5	-1,3
Editorial e Gráfica	4,0	4,9	26,5	-8,2	-	-	-	-	-	-
Diversas	-	6,6	-8,7	-0,8	-	-	-	-	-	-
Serviços Industriais	14,4	13,1	11,0	11,3	7,0	9,2	6,8	11,3	2,6	7,2
Construção Civil	5,7	13,5	4,0	13,1	0,6	-4,0	9,7	0,6	1,3	2,3
Indústria Total	10,6	6,9	5,7	16,2	11,9	9,6	10,6	7,8	0,2	5,1

FONTE: "Contas Nacionais" - CCN/IBRE - FGV

NOTA: 1) Taxas obtidas de números índices reais elaborados pelo CCN.

TABELA 4

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO/PIB

- em % -

ANOS	SETOR PÚBLICO				SETOR PRIVADO	TOTAL
	GOVERNO ¹	SETOR PRODUTIVO ESTATAL ²	EMPRESAS NÃO-INDUSTRIAIS ²	TOTAL		
1955	2,85	0,45	0,20	3,50	10,08	13,58
1956	2,68	0,35	0,06	3,09	11,04	14,13
1957	3,90	0,47	0,40	4,77	9,43	14,20
1958	4,70	0,51	0,67	5,88	10,37	16,25
1959	4,30	0,94	0,83	6,07	12,42	18,49
1960	4,74	1,30	0,65	6,69	10,24	16,93
1961	4,27	1,69	0,79	6,75	10,45	17,20
1962	4,51	1,78	0,63	6,92	10,96	17,88
1963	4,09	1,37	0,63	6,09	11,50	17,59
1964	4,16	1,13	0,42	5,71	10,79	16,50

FONTE: "Metodologia das Contas Nacionais", IBRE-CCN/FGV, 1972; "O Setor Público do Brasil", CEF-IBRE/FGV; Arnaldo O. Werneck, RBE, Vol. 23, nº 3 - Julho/Setembro 1969.

NOTAS: 1) inclui: União, Estados e Municípios.

2) inclui, apenas, as empresas estatais da União.

TABELA 5 - A
VALORES DA PRODUÇÃO DOS DIVERSOS RAMOS DO SETOR MECÂNICO
(1960/1964)

RAMOS	ANOS	PRODUÇÃO				VALOR AGREGADO		ÍNDICE AGREGATIVO Produção Física
		Física (t)	Valores Correntes Cr\$ 10 ⁶	Valores Reais		Nominal Cr\$ 10 ⁶	Real Cr\$ 10 ⁶ (1)	
				Cr\$ 10 ⁶ (1)	Cr\$ 10 ⁶ (2)			
IA Fundição e Forja de Produtos Siderúrgicos	1960	49.500	4.514	4.514	4.514	2.076	2.076	100
	1961	51.600	6.419	4.552	4.585	2.956	2.097	104
	1962	54.000	10.562	5.281	5.006	4.964	2.482	109
	1963	61.500	20.024	5.516	5.397	9.411	2.635	124
	1964	70.500	44.189	6.407	5.566	20.769	3.012	142
IB Fundição e Forja de Produtos Siderúrgicos	1960	43.055	4.908	4.908	4.908	2.945	2.945	100
	1961	40.930	6.365	5.514	4.546	3.755	2.666	95
	1962	52.620	12.866	6.433	6.098	7.334	3.667	122
	1963	50.820	20.684	5.698	5.575	11.790	3.301	118
	1964	52.865	41.421	6.006	6.155	23.610	3.423	123
II Maquinaria Mecânica	1960	41.800	4.956	4.956	4.956	3.122	3.122	100
	1961	44.800	7.524	5.335	5.372	4.740	3.365	107
	1962	46.500	13.643	6.822	6.467	8.595	4.298	112
	1963	46.500	22.711	6.246	6.132	14.308	4.006	112
	1964	52.200	49.078	7.116	7.313	30.919	4.483	125
III Maquinaria Elétrica	1960	67.400	12.908	12.908	12.908	7.228	7.228	100
	1961	84.400	22.311	15.818	15.930	12.717	9.029	125
	1962	97.800	41.129	20.565	19.495	23.855	11.928	145
	1963	101.200	71.668	19.709	19.350	41.567	11.639	150
	1964	86.800	115.613	16.764	17.226	67.056	9.723	129
IV Equipamentos Industriais	1960	60.500	4.690	4.690	4.690	2.814	2.814	100
	1961	64.500	7.021	4.978	5.013	4.213	2.991	107
	1962	47.600	8.147	4.074	3.862	4.970	2.485	79
	1963	101.000	28.775	7.913	7.769	17.553	4.915	167
	1964	114.600	62.852	9.114	9.365	38.340	5.559	189
V Material Ferroviário	1960	46.300	4.434	4.434	4.434	2.350	2.350	100
	1961	5.700	745	528	532	395	280	-
	1962	22.500	5.391	2.696	2.555	2.911	1.456	49
	1963	34.400	13.721	3.773	3.705	7.409	2.075	74
	1964	49.700	38.161	5.833	5.686	20.607	2.988	107
VI Construção Naval	1960	14.100	2.863	2.267	2.267	1.546	1.546	-
	1961	25.300	6.373	4.518	4.550	3.378	2.398	100
	1962	33.950	14.194	7.091	6.728	7.381	3.691	134
	1963	39.700	28.115	7.732	7.591	13.776	3.857	157
	1964	40.700	55.486	8.045	8.267	27.188	3.942	161
VII Autopeças para Automóveis, Caminhões, Tratores e Máquinas Rodoviárias	1960	97.060	3.566	3.566	3.566	2.425	2.425	100
	1961	83.500	4.150	2.942	2.963	2.739	1.945	86
	1962	108.000	6.463	4.232	4.011	5.501	2.751	111
	1963	99.100	12.853	3.535	3.470	7.969	2.231	102
	1964	85.560	21.435	3.708	3.194	13.290	1.927	88
VIII Máquinas Rodoviárias, etc.	1960	2.240	807	807	807	460	460	-
	1961	1.950	963	683	688	539	383	-
	1962	7.000	5.545	2.773	2.628	2.939	1.470	-
	1963	23.200	37.354	10.272	10.086	18.677	5.230	100
	1964	18.150	56.171	8.145	8.369	28.086	4.072	78
IX Veículos, Automóveis, Caminhões e Ônibus	1960	225.600	102.874	102.874	102.874	77.156	77.156	100
	1961	213.900	145.685	103.291	104.019	104.893	74.474	95
	1962	279.100	269.138	134.568	127.571	185.705	92.853	124
	1963	224.900	481.470	132.404	129.992	308.141	86.279	100
	1964	233.700	935.661	135.671	139.413	598.823	86.829	104
X Tratores e Implementos Agrícolas	1960	2.800	836	836	836	493	493	-
	1961	6.900	2.854	2.023	2.038	1.684	1.196	-
	1962	27.000	27.462	13.731	13.017	14.829	7.415	100
	1963	35.600	63.173	17.373	17.057	31.587	8.844	132
	1964	44.600	153.754	22.294	22.909	76.877	11.147	166
XI Utilidades Domésticas e Móveis de Aço	1960	100.000	54.720	54.720	54.720	41.587	41.587	100
	1961	102.890	76.790	54.444	54.828	58.360	41.436	103
	1962	119.660	140.433	70.217	66.565	105.324	52.662	120
	1963	104.730	204.601	56.265	55.242	155.497	43.539	105
	1964	111.230	418.577	60.694	62.368	318.119	46.127	111
XII Máquinas e Aparelhos di- versos não classificados	1960	395.180	45.051	45.051	45.051	24.778	24.778	100
	1961	500.275	77.793	55.155	55.544	42.786	30.378	127
	1962	499.775	122.195	61.098	57.920	67.207	33.604	126
	1963	577.750	235.144	64.665	63.489	129.329	36.212	146
	1964	399.065	312.668	45.337	46.588	171.967	24.935	101
TOTAL SETOR MECÂNICO	1960	1.056.495	247.127	246.531	246.531	168.980	168.980	100
	1961	1.149.995	364.993	259.782	260.608	243.152	172.638	109
	1962	1.296.435	679.258	339.584	321.925	441.515	220.758	123
	1963	1.409.460	1.240.293	341.100	334.860	767.044	214.772	134
	1964	1.281.190	2.305.066	334.235	342.420	1.435.651	208.169	122

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica - EPEA, Maio, 1966.

NOTAS: (1) Valores deflacionados pelo deflator implícito.

(2) Valores deflacionados pelo deflator de preços por Atacado da FGV.

TABELA 5-B

ÍNDICE DE QUANTIDADE DE LASPEYRES, VALOR CORRENTE E VALOR AGREGADO DO SETOR MECÂNICO, EXCETO RAMO XII (1960/64)

ANOS	ÍNDICE DE QUANTIDADE DE LASPEYRES ¹	VALOR CORRENTE (Cr\$10 ⁶)	VALOR AGREGADO (Cr\$10 ⁶)
1960	100	202.076	144.202
1961	100	287.200	200.366
1962	126	557.063	374.308
1963	118	1.005.149	637.715
1964	123	1.992.398	1.263.684

FONTE: "Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica" - EPEA, maio/1966.

NOTA: 1) base 1960 = 100

TABELA 6 - A

VALOR AGREGADO REAL ⁽¹⁾ DOS GRUPAMENTOS DE BENS DE CAPITAL E SEUS
RESPECTIVOS RAMOS (1960/64)

ANOS	MAQUINARIA MECÂNICA II		MAQUINARIA ELÉTRICA III		EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS IV		TOTAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (II+III+IV)		MATERIAL FERROVIÁRIO		CONSTRUÇÃO NAVAL		MÁQUINAS RODOVIÁRIAS		TRATORES		TOTAL DO GRUPO	
	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
1960	3.122	-	7.228	-	2.814	-	13.164	-	2.350	-	1.546	-	460	-	493	-	18.013	-
1961	3.426	9,7	9.192	27,2	3.045	8,2	15.663	19,0	286	-87,8	2.442	58,0	390	-15,2	1.217	146,9	19.997	11,0
1962	4.053	18,3	11.250	22,4	2.344	-23,0	17.647	12,7	1.373	380,1	3.481	42,5	1.386	255,4	6.993	474,6	30.880	54,4
1963	3.889	-4,0	11.298	0,4	4.771	103,5	19.958	13,1	2.014	46,7	3.744	7,6	5.076	266,2	8.585	22,8	39.378	27,5
1964	4.384	12,7	9.508	-15,8	5.437	14,0	19.329	-3,1	2.922	45,1	3.855	3,0	3.983	-21,5	10.901	27,0	40.990	4,1

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica - EPEA - Maio/1966.

NOTA : (1) Utilizado como deflator o Índice de Preços por Atacado (IPA/FGV).

TABELA 6 - B

VALOR AGREGADO REAL⁽¹⁾ DOS GRUPAMENTOS DE BENS DE CONSUMO
DURÁVEL E SEUS RESPECTIVOS RAMOS (1960/64)

-em Cr\$milhões de 60 e %-

ANOS	AUTO-PEÇAS		VEÍCULOS		UTILIDADES DOMÉSTICAS		TOTAL DO GRUPO	
	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%	Valor	Δ%
1960	2.425	-	77.156	-	41.587	-	121.168	-
1961	1.980	-18,3	75.817	-1,7	42.183	1,4	119.979	1,4
1962	2.594	31,0	87.578	15,5	49.671	17,7	139.844	16,6
1963	2.166	-16,5	83.753	-4,4	42.264	-14,9	128.183	-8,3
1964	1.884	-13,0	84.913	1,4	45.109	6,7	131.907	2,9

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica - EPEA - Maio /1966.

NOTA : Utilizado como deflator o Índice de Preços por Atacado (IPA/FGV).

TABELA 7

PRODUÇÃO FÍSICA E UNITÁRIA E TAXAS DE CRESCIMENTO DE VEÍCULOS (1957-1964)

- em toneladas e unidades -

ANOS	AUTOMÓVEIS PARA PASSAGEIROS				CAMIONETAS DE USO MISTO				CAMIONETAS DE CARGA				UTILITÁRIOS				CAMINHÕES E ÔNIBUS				TOTAL			
	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%	PRODUÇÃO FÍSICA	△%	PRODUÇÃO UNITÁRIA	△%
1957	-	-	-	-	-	-	1656	-	-	-	1217	-	-	-	9164	-	-	-	18505	-	-	-	30542	-
1958	-	-	2189	-	-	-	9165	453,4	-	-	4684	284,9	-	-	14273	55,7	-	-	20672	65,7	-	-	60983	99,7
1959	-	446,4	11963	446,5	-	-	18508	101,9	-	-	7900	68,7	-	-	18083	26,7	-	-	39660	29,3	-	-	96114	57,6
1960	32200 ⁽¹⁾	216,7	37818	216,1	41000 ¹	-	24446	32,1	41000 ¹	-	9576	21,2	27400	-	19514	7,9	125000	-	41687	7,1	225600	-	133041	38,4
1961	46800	45,3	54978	45,4	51050 ¹	24,5	30153	23,3	51050 ¹	24,5	12339	28,8	24700	-9,8	17621	-9,7	91300	-27,0	30493	-26,8	213850	-5,2	145584	9,4
1962	63800	36,3	74887	36,2	64900 ¹	27,1	35455	17,6	64900 ¹	27,1	18935	53,5	31000	25,5	22247	26,2	119400	30,8	39670	30,1	279100	30,5	191194	31,3
1963	73100	14,6	86024	14,9	60000 ¹	-7,5	36638	3,3	60000 ¹	-7,5	14067	-25,7	19500	-37,1	13432	-39,6	72300	-39,4	24030	39,4	224900	-19,4	174191	-8,9
1964	83100	13,7	97768	13,6	58200 ¹	-3,0	34917	-4,7	58200 ¹	-3,0	14675	4,3	18150	-6,9	11583	-13,8	74200	2,6	24494	1,9	233650	3,9	183707	5,5

FONTES: "Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica" - EPEA - maio/1966 e Conjuntura Econômica - FGV - março/76

NOTAS: 1) a distinção feita para o grupo de CAMIONETAS não é disponível para dados de Produção Física. O valor apresentado em ambas as colunas é o do total do Grupo.

TABELA B-

ELETRODOMÉSTICOS: PRODUÇÃO FÍSICA E UNITÁRIA

(1956-1964)

- em toneladas e mil unidades -

ANOS	ÍTEM	REFRIGERADORES DOMÉSTICOS	AR CONDICIONADO	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA	ENCERADEIRAS	ASPIRADORES DE PÓ	LIQUIDIFICADORES	VENTILADORES DOMÉSTICOS	EXAUSTORES DOMÉSTICOS	FERROS	BATE-DEIRAS	POSTA-DEIRAS	GRILLS	SECADORES DE CABELO	TOTAL PRODUÇÃO FÍSICA
1956 ¹	PRODUÇÃO UNITÁRIA	164,2	-	26,8	151,9	28,0	217,9	113,3	-	474,7	38,6	-	-	-	-
	△ x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1957 ¹	PRODUÇÃO UNITÁRIA	178,5	-	29,7	125,4	23,7	229,0	115,6	-	448,2	42,8	-	-	-	-
	△ x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1958 ¹	PRODUÇÃO UNITÁRIA	291,9	-	46,4	175,1	33,4	317,6	119,2	-	571,5	50,1	-	-	-	-
	△ x	63,5	-	56,3	39,5	41,1	38,7	3,1	-	27,5	17,2	-	-	-	-
1960	PRODUÇÃO FÍSICA	31.000	1.495	10.165	2.100	330	1.050	390	90	133	18	9	-	-	46.780
	△ x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960	PRODUÇÃO UNITÁRIA	310,0	23,0	95,0	210,0	55,00	350,0	195,0	30,0	133,0	60,0	18,0	-	-	1.479,0
	△ x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1961	PRODUÇÃO FÍSICA	31.500	1.300	10.200	2.200	330	1.100	400	80	135	18	10	-	-	48.673
	△ x	1,6	- 13,0	0,3	4,8	0,0	4,8	2,6	- 11,1	1,5	0,0	11,1	-	-	4,0
1961	PRODUÇÃO UNITÁRIA	315,0	20,0	95,0	200,0	55,0	360,0	200,0	24,0	135,0	60,0	20,0	-	-	1.484,0
	△ x	1,6	- 13,0	0,0	4,8	0,0	2,9	2,6	- 20,0	1,5	0,0	11,1	-	-	0,3
1962	PRODUÇÃO FÍSICA	37.500	1.330	12.300	2.200	390	1.160	440	100	150	20	12	-	-	57.362
	△ x	19,0	2,3	20,6	0,0	18,2	5,4	10,0	25,0	11,1	11,1	20,0	-	-	17,8
1962	PRODUÇÃO UNITÁRIA	375,0	20,5	115,0	220,0	65,0	385,0	220,0	35,0	150,0	70,0	25,0	-	-	1.680,5
	△ x	19,0	2,5	21,0	10,0	18,2	6,9	10,0	45,8	11,1	16,7	25,0	-	-	13,2
1963	PRODUÇÃO FÍSICA	32.000	1.620	10.700	2.000	360	1.000	400	90	135	190	11	-	-	48.500
	△ x	14,7	21,8	- 13,0	9,1	- 7,7	- 13,8	- 9,1	- 10,0	- 10,0	850,0	- 8,3	-	-	- 15,4
1963	PRODUÇÃO UNITÁRIA	320,0	25,0	100,0	200,0	60,0	350,0	200,0	30,0	135,0	62,0	23,0	-	-	1.505,0
	△ x	14,7	21,9	- 13,0	9,1	- 7,7	- 9,1	- 9,1	- 14,3	- 10,0	11,4	- 8,0	-	-	- 40,4
1964	PRODUÇÃO FÍSICA	34.500	1.430	9.420	2.200	390	1.200	330	80	160	285	10	40	35	50.080
	△ x	7,8	- 11,7	- 12,0	10,0	8,3	20,0	- 17,5	- 11,1	18,5	50,0	- 9,1	-	-	3,3
1964	PRODUÇÃO UNITÁRIA	345,0	22,0	88,0	220,0	65,0	400,0	165,0	26,0	160,0	95,0	20,0	25,0	70,0	1.701,0
	△ x	7,8	- 12,0	- 12,0	10,0	8,3	14,3	- 17,5	- 13,3	18,5	53,2	- 13,0	-	-	13,0

FONTE: "Anuário Estatístico do Brasil", IBGE, 1961 e "Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica", EPEA, março/1966.

NOTA: 1) Dados de PRODUÇÃO FÍSICA não disponíveis para os anos assinalados.

TABELA 9

UNIDADE E PESO DOS VEÍCULOS

(1960-1964)

- em unidades, % e Kg -

ÍTEMS	GRUPOS	CAMINHÕES E ÔNIBUS	CAMIONETAS	UTILITÁRIOS	AUTOMÓVEIS	TOTAL
	ANOS					
PRODUÇÃO UNITÁRIA (unidades)	1960	41687	34022	19514	37818	133041
	1961	30493	42492	17621	54978	145584
	1962	39670	54390	22247	74887	191194
	1963	24030	50705	13432	86024	174191
	1964	24494	49592	11583	97768	183437
PARTICIPAÇÃO (%)	1960	31,3	25,6	14,7	28,4	100,0
	1961	20,9	29,2	12,1	37,8	100,0
	1962	20,8	28,4	11,6	39,2	100,0
	1963	13,8	29,1	7,7	49,4	100,0
	1964	13,4	27,0	6,3	53,3	100,0
PESO MÉDIO (Kg)		3.000	1.200	1.400	850	-

FONTE: "Conjuntura Econômica", IBRE/FGV, março/76

TABELA 10

VOLUME MÉDIO DIÁRIO DE TRANSAÇÕES COM
LETRAS DE IMPORTAÇÃO E LETRAS DE CÂMBIO

(em milhões de cruzeiros)

1 9 6 2	BOLSA DO RIO		BOLSA DE SÃO PAULO	
	Câmbio	Letras de Importação	Câmbio	Letras de Importação
JANEIRO	1,9	30,6	95,8	130,7
FEVEREIRO	9,5	81,8	98,7	152,1
MARÇO	14,9	65,9	92,6	152,2
ABRIL	19,1	9,6	74,3	144,3
MAIO	25,8	10,7	104,7	121,5
JUNHO	38,8	6,4	145,2	61,7
JULHO	51,9	7,6	137,4	59,2
AGOSTO	55,8	7,1	170,1	25,5
SETEMBRO	103,6	0,1	254,2	11,5
OUTUBRO	88,7	0,2	201,8	14,4
NOVEMBRO	83,8	----	-----	-----
DEZEMBRO	80,4	----	-----	-----

FONTE: "Serviço Nacional de Investimentos" in Conjuntura
Econômica, Fevereiro/1962, nº 2, p. 96.

TABELA 11

MERCADO NACIONAL DE PETRÓLEO E DERIVADOS

(1955 - 1964)

- em 1.000 barris e % -

ANOS	P E T R Ó L E O								D E R I V A D O S							
	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(B) / (C) PARTICI- PAÇÃO %	(A) / (C) PARTICI- PAÇÃO %	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(B) / (C) PARTICIPAÇÃO %	(A) / (C) PARTICIPAÇÃO %
	valor	Δ %	valor	Δ %	valor	Δ %			valor	Δ %	valor	Δ %	valor	Δ %		
1955	2023	-	25933	-	69416	-	37,4	2,9	24456	-	38391	-	66034	-	58,1	37,0
1956	4059	100,6	36255	39,8	76674	10,5	47,3	5,3	38592	57,8	33526	-12,7	73470	11,3	45,7	52,5
1957	10108	149,0	35954	- 0,8	71310	- 7,0	50,4	14,2	43726	13,3	27602	-17,7	68700	- 6,5	40,2	63,6
1958	18924	87,2	41934	16,6	82169	15,2	51,0	23,0	47656	9,0	31849	15,4	79647	15,9	40,0	59,8
1959	23591	24,7	42600	1,6	86038	4,7	49,5	27,4	52742	10,7	27517	-13,6	83476	4,8	33,0	63,2
1960	29616	25,5	42169	- 1,0	97450	13,3	43,3	30,4	62882	19,2	32071	16,5	95465	14,4	33,6	65,9
1961	34811	17,5	56045	32,9	102472	5,1	54,7	34,0	75967	20,8	23672	-26,2	100262	5,0	23,6	75,8
1962	33404	- 4,0	73901	31,9	113226	10,5	65,3	29,5	98963	30,3	10947	-53,8	111304	11,0	9,8	88,9
1963	35713	6,9	76968	4,1	118205	4,4	65,1	30,2	106347	7,5	11518	5,2	116872	5,0	9,9	91,0
1964	33313	- 6,7	78765	2,3	125480	6,1	62,8	26,5	109244	2,7	9075	-21,2	124108	6,2	7,3	88,0

FONTE: Petróleo - "Diagnóstico Preliminar" - EPEA, julho/66.

NOTAS: 1) Consumo real de derivados de petróleo, inclusive o consumo das refinarias, em termos de petróleo bruto (exceto asfalto).

2) Dados referentes a gás liquefeito, gasolina de aviação, gasolina automotiva, querosene, combustível para jato, óleo diesel, óleo combustível, óleos lubrificantes e asfalto. Incluído o consumo próprio das refinarias.

TABELA 12

SODA CÁUSTICA E BARRILHA
(1956/64)

- em 1.000 tons e % -

ANOS	SODA CÁUSTICA									BARRILHA						
	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(A) / (C)	(B) / (C)	PRODUÇÃO (A)	IMPORTAÇÃO (B)	CONSUMO (C)	(A) / (C)	(B) / (C)			
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	%	%				t	Δ%	t	Δ%	%
1956	47	-	128	-	175	-	26,9	73,1	-	-	87	-	87	-	-	100,0
1957	57	21,3	91	-28,9	148	-15,4	38,5	61,5	-	-	75	-13,8	75	13,8	-	100,0
1958	60	5,3	88	-3,3	148	0,0	40,5	59,5	-	-	75	0,0	75	0,0	-	100,0
1959	64	6,7	102	15,9	166	12,2	38,5	61,5	-	-	84	12,0	84	12,0	-	100,0
1960	69	7,8	101	-1,0	170	2,4	40,6	59,4	-	-	79	-5,9	79	-5,9	-	100,0
1961	78	13,0	102	1,0	180	5,9	43,3	56,7	44	-	61	-22,8	105	32,9	41,9	58,1
1962	85	9,0	147	44,1	232	28,9	36,6	63,4	70	59,1	46	-24,6	116	10,5	60,3	39,7
1963	86	1,2	159	8,2	245	5,6	35,1	64,9	53	-24,3	62	34,8	115	-0,9	46,1	53,9
1964	90	4,6	117	-26,4	207	-15,5	43,5	56,5	73	37,7	6	-90,3	79	-31,3	92,4	7,6

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1961/63/65.

TABELA 13
CELULOSE QUÍMICA
(1956/64)

- em tons. e % -

ITENS ANOS	PRODUÇÃO		IMPORTAÇÃO		CONSUMO		(A) / (C)	(B) / (C)
	(A)		(B)		(C)		%	%
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%		
1956	73.800	-	116.193	-	189.993	-	38,8	61,2
1957	100.000	35,5	103.809	-10,7	203.809	7,3	49,1	50,9
1958	120.000	20,0	95.029	-8,5	215.029	5,5	55,8	44,2
1959	161.500	34,6	88.109	-7,3	249.609	16,1	64,7	35,3
1960	210.300	30,2	81.131	-7,9	291.431	16,8	72,2	27,8
1961	271.200	29,0	47.382	-41,6	318.582	9,3	85,1	14,9
1962	302.500	11,5	43.283	-8,6	345.783	8,5	87,5	12,5
1963	321.500	6,3	32.089	-25,9	353.589	2,3	90,9	9,1
1964	356.655	10,9	13.090	-59,2	369.745	4,6	96,5	3,5

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1961/64/65.

TABELA 14
 CONSUMO APARENTE DE PAPEL
 (1956/60)

- em tons. e % -

ITENS ANOS	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(A) / (C)	(B) / (C)
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	%	%
	1956	380537	-	165304	-	545841	-	69,7
1957	362646	-4,7	210331	27,2	572977	5,0	63,3	36,7
1958	416471	14,8	174707	-16,9	591178	3,2	70,4	29,6
1959	439900	5,6	169692	-2,9	609592	3,1	72,2	27,8
1960	474383	7,8	190374	12,2	664757	9,0	71,4	28,6
1961	501669	5,7	167.738	-11,9	669407	0,7	74,9	25,1
1962	559574	11,5	140235	-16,4	699809	4,5	80,0	20,0
1963	594.722	6,3	132042	-5,8	726764	3,8	81,8	18,2
1964	650320	9,3	79735	-39,6	730055	0,4	89,1	10,9

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil; IBGE, 1961.

TABELA 15 - A
 CONSUMO APARENTE DE LAMINADOS DE AÇO
 (1955/196)

- em tons e % -

ANOS	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(A)	(B)
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	/ (C)	/ (C)
1955	932.283	-	345.227	-	1.265.659	-	73,66	27,28
1956	1.073.661	15,16	253.571	-26,55	1.324.508	4,65	81,06	19,14
1957	1.130.189	5,26	394.242	55,48	1.521.321	14,86	74,29	25,91
1958	1.303.633	15,35	214.513	-45,59	1.518.146	-0,21	85,87	14,13
1959	1.492.009	14,45	506.817	136,26	1.998.826	31,66	74,64	25,36
1960	1.712.289	14,76	434.591	-14,25	2.128.331	6,48	80,45	20,42
1961	1.931.785	12,82	333.936	-23,16	2.257.701	6,08	85,56	14,79
1962	1.998.913	3,47	282.311	-15,46	2.275.654	0,80	87,84	12,41

Fonte: Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, EPEA, Abril/1966.

TABELA 15 - B

AÇO EM LINGOTES, FERRO GUSA, LAMINADOS: INDICADORES

(1955/64)

ITENS ANOS	AÇO EM LINGOTES			FERRO GUSA			LAMINADOS		
	Valor Corrente (tons)	Índice (base 50=100)	Taxa de Crescimento (%)	Valor Corrente (1.000 tons)	Índice (base 50=100)	Taxa de Crescimento (%)	Valor Corrente (1.000 tons)	Índice (base 50=100)	Taxa de Crescimento (%)
1955	1162	151,2	1,2	1068	146,6	-1,9	982	157,6	1,2
1956	1375	178,9	18,3	1152	158,1	7,8	1142	183,2	16,3
1957	1299	169,0	-5,5	1252	171,7	8,6	973	156,1	-14,8
1958	1359	176,9	4,6	1386	190,1	10,7	1054	169,1	8,4
1959	1608	209,2	18,3	1560	213,9	12,5	1256	201,5	19,1
1960	1843	239,8	14,6	1750	240,0	12,2	1358	217,9	8,2
1961	2243	291,9	21,7	1976	271,1	12,9	1807	290,0	33,1
1962	2565	333,8	14,3	2009	275,6	1,7	1983	318,2	9,7
1963	2824	367,4	10,1	2375	325,8	18,2	2101	337,1	5,9
1964	3016	392,4	6,8	2449	335,9	3,1	2236	358,7	6,4

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA - IBRE/FGV, Mar, 1976.

TABELA 16 - A
 CONSUMO APARENTE DE METAIS NÃO-FERROSOS
 (1955/64)

-em tons. e %-

ANOS	ALUMÍNIO								CHUMBO							
	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(A) / (C)	(B) / (C)	PRODUÇÃO (A)		IMPORTAÇÃO (B)		CONSUMO (C)		(A) / (C)	(B) / (C)
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%			t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%		
	1955	1.664	-	19.707	-	21.371	-	7,8	92,2	4.027	-	14.160	-	18.187	-	22,1
1956	6.278	277,3	17.577	-10,8	23.855	11,6	26,3	73,7	4.543	12,8	10.650	-24,8	15.193	-16,5	29,9	70,1
1957	8.837	40,8	18.858	7,3	27.695	16,1	31,9	68,1	7.046	55,1	21.242	99,5	28.288	86,2	24,9	75,1
1958	9.190	4,0	19.538	3,6	28.728	3,7	32,0	68,0	4.635	-34,2	12.503	-41,1	17.138	-39,4	27,1	72,9
1959	15.749	71,4	16.659	-14,7	32.408	12,8	48,6	51,4	5.588	20,6	12.797	2,3	18.385	7,3	30,4	69,6
1960	17.000	7,9	19.053	14,4	36.053	11,2	47,2	52,8	6.500	16,3	9.212	-28,0	15.712	-14,5	41,4	58,6
1961	18.467	8,6	24.004	26,0	42.471	17,8	43,5	56,5	12.578	93,5	16.985	84,4	29.563	88,2	42,5	57,5
1962	21.700	17,5	24.447	1,8	44.400	4,5	48,9	55,1	13.346	6,1	11.449	-32,6	24.795	-16,1	53,8	46,2
1963	23.000	6,0	27.374	12,0	50.600	14,0	45,4	54,1	16.970	27,1	20.113	75,7	37.083	49,6	45,8	54,2
1964	25.000	8,7	20.000	-26,9	45.000	-11,1	55,6	44,4	17.000	0,2	4.630	-77,0	21.630	-41,7	78,6	21,4

FONTI: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1961/64/65.

TABELA 16 - B
 CONSUMO APARENTE DE METAIS NÃO-FERROSOS
 (1955/64)

-em tons. e %-

ANOS	C O B R E								O U T R O S (1)							
	PRODUÇÃO		IMPORTAÇÃO		CONSUMO		(A) / (C)	(B) / (C)	PRODUÇÃO		IMPORTAÇÃO		CONSUMO		(A) / (C)	(B) / (C)
	(A)		(B)		(C)				(A)		(B)		(C)			
	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%	t	Δ%		
1955	339	-	16.840	-	17.179	-	2,0	98,0	1.241	-	24.709	-	25.950	-	4,8	95,2
1956	1.349	297,9	22.064	31,0	23.413	36,3	5,8	94,2	1.626	31,0	28.458	15,2	30.084	15,9	5,4	94,6
1957	1.960	45,3	30.364	37,6	32.324	38,1	6,1	93,9	1.491	-8,3	25.330	-11,0	26.821	-10,8	5,6	94,4
1958	1.500	-23,5	28.524	-6,1	30.024	-7,1	5,0	95,0	712	-52,2	28.356	11,9	29.068	8,4	2,4	97,6
1959	1.800	20,0	21.209	-25,6	23.009	-23,4	7,8	92,8	1.336	87,6	25.497	-10,1	26.833	-7,7	5,0	95,0
1960	1.300	-27,8	30.926	45,8	32.226	40,1	4,0	96,0	1.595	19,4	34.475	35,2	36.070	34,4	4,4	95,6
1961	1.659	27,6	37.335	20,7	38.994	21,0	4,2	95,8	1.639	2,8	42.967	24,6	44.606	23,7	3,7	96,3
1962	2.000	20,5	44.299	18,6	46.299	18,7	4,3	95,7	2.360	44,0	56.197	30,8	58.557	31,3	4,0	96,0
1963	2.000	0,0	50.165	13,2	52.165	12,7	3,8	96,2	2.856	21,0	50.856	-9,5	53.712	-8,3	5,3	94,7
1964	3.000	50,0	29.468	-41,3	32.468	-37,8	9,2	90,8	2.560	-10,4	41.284	-18,8	43.844	-18,4	5,8	94,2

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1961/64/65.

NOTA : (1) Inclui Estanho, Níquel e Zinco.

TABELA 17

DEMANDA POR BENS E SERVIÇOS DO GOVERNO/PNB

(1955-1960)

- em % -

ESFERAS ANOS	GOVERNO					
	UNIÃO			(2)		
	GOVERNO FEDERAL	AUTARQUIAS FEDERAIS	TOTAL	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL
1950/55 ⁽¹⁾	6,5	2,2	8,7	7,1	1,4	17,2
1955	6,4	2,3	8,7	6,8	1,4	16,9
1956	7,6	2,4	10,0	6,4	1,4	17,8
1957	6,7	2,9	9,6	7,7	1,7	19,0
1958	6,0	3,1	9,1	8,3	1,8	19,1
1959	6,0	3,2	9,2	8,0	1,5	18,7
1960	6,6	3,5	10,1	9,2	1,4	20,7

FONTE: "O Setor Público Brasileiro", CEF-IBRE/FGV

NOTAS: (1) média do período

(2) inclui Autarquias Estaduais

TABELA 18

DECOMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

(1955/64)

- em % -

ANOS	SETOR PÚBLICO			SETOR PRIVADO	TOTAL
	Governo	Empresas Federais	Total		
1955	21,0	4,8	25,8	74,2	100,0
1956	19,0	2,9	21,9	78,1	100,0
1957	27,5	6,1	33,6	66,4	100,0
1958	28,9	7,3	36,2	63,8	100,0
1959	23,2	9,6	32,8	67,2	100,0
1960	27,1	11,6	38,7	61,3	100,0
1961	24,8	14,4	39,2	60,8	100,0
1962	25,2	13,5	38,7	61,3	100,0
1963	23,2	11,4	34,6	65,4	100,0
1964	25,3	9,4	34,7	65,3	100,0

FONTE: METODOLOGIA DAS CONTAS NACIONAIS, IBRE-CCN/FGV, 1972; "O Setor Público do Brasil", CEF-IBRE/FGV; WERNECK, Arnaldo O., RBE, Vol. 23, nº 3 -jul/set 1969.

TABELA 19

PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS NO TOTAL ARRECADADO POR ESFERA E A
ARRECADADAÇÃO POR ESFERAS NO TOTAL GERAL

(1955/64)

- em % -

Anos	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
UNIAO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
GOVERNO FEDERAL	75,0	74,9	66,4	71,7	70,1	71,1	60,6	63,0	64,7	64,6
Consumo	23,2	21,5	23,4	20,6	19,8	23,6	25,9	28,3	30,9	32,9
Renda	24,8	22,9	21,5	17,1	17,7	18,1	18,4	16,8	18,4	18,0
Importação	2,9	1,9	2,1	6,7	7,0	6,2	7,5	8,1	6,6	4,7
Selo	8,5	7,7	7,3	6,3	6,6	7,2	7,6	8,8	8,1	7,0
Saldo de Ágios	9,5	17,3	9,7	18,7	17,5	14,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	5,1	3,6	2,4	2,3	1,5	1,2	1,2	1,0	0,7	2,0
AUTARQUIAS FEDERAIS	25,0	25,1	33,6	28,3	29,9	28,9	39,4	37,0	35,3	35,4
Previdência Social	15,8	16,6	19,5	16,3	16,1	16,2	22,1	22,1	21,0	21,6
Demais Autarquias	9,2	8,5	14,1	12,0	13,8	12,7	17,3	14,9	14,3	13,8
IUCLL	4,1	3,8	8,7	7,2	8,5	7,8	11,4	9,3	9,1	9,0
Outros	4,1	5,7	5,4	4,8	5,3	4,9	5,9	5,6	5,2	4,8
ESTADO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Imp. s/Vendas e Consig ^{CS}	66,3	68,2	68,0	68,2	74,6	75,3	76,9	82,0	82,3	84,4
Outros	33,7	31,8	32,0	31,8	25,4	24,7	23,1	18,0	17,7	15,6
MUNICÍPIO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Predial	38,2	37,9	36,5	35,2	38,6	38,3	36,3	29,6	29,7	21,8
Ind ³ e Profissões	38,2	35,7	31,8	34,0	33,0	34,2	36,9	37,9	37,9	48,7
Territorial Urbano	8,8	9,2	8,7	8,8	8,5	8,1	7,9	9,0	8,8	7,4
Licença	13,2	6,9	8,7	10,1	9,7	9,0	8,2	6,7	6,8	3,8
Outros	1,6	10,3	14,3	11,9	10,2	10,4	10,7	16,8	16,8	18,3
ARRECADADAÇÃO TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
UNIAO	61,1	63,3	62,6	66,1	65,5	64,0	62,3	61,4	61,6	60,0
ESTADO	33,4	31,5	31,4	28,4	30,2	32,0	34,3	34,3	32,9	35,3
MUNICÍPIO	5,5	5,2	6,0	5,5	4,3	4,0	4,1	4,3	5,5	4,7

FONTE: "O Setor Público Brasileiro". IBRE-CEF/FGV.

TABELA 20

PRINCIPAIS IMPOSTOS POR ESFERA ⁽¹⁾ E ARRECADAÇÃO REAL ⁽²⁾ POR ESFERA TOTAL
(1955/1964)

- em % Cr\$10⁶ constantes de 60 -

Itens	Anos									
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
UNIÃO										
GOVERNO FEDERAL	45,8	47,4	41,5	47,4	45,9	45,5	37,7	38,7	39,8	38,7
Consumo	14,2	13,6	14,6	13,6	13,0	14,0	16,1	17,4	19,0	19,7
Renda	15,7	14,5	13,4	11,3	11,6	11,6	11,5	10,3	11,3	10,8
Importação	1,8	1,2	1,3	4,4	4,6	4,0	4,7	5,0	4,0	2,8
Sêlo	5,2	4,9	4,6	4,2	4,3	4,6	4,7	5,4	5,0	4,2
Saldo de Ágios	5,8	10,9	6,1	12,4	11,4	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	3,1	2,3	1,5	1,5	1,0	0,8	0,7	0,6	0,5	1,2
AUTARQUIAS FEDERAIS	15,3	15,9	21,1	18,7	19,6	18,5	24,6	22,7	21,8	21,3
Previdência Social	9,7	10,5	12,2	10,8	10,5	10,4	13,8	13,5	13,0	13,0
Demais Autarquias	5,6	5,4	8,9	7,9	9,1	8,1	10,8	9,2	8,8	8,3
IUCLL	3,1	2,4	5,5	4,7	5,6	5,0	7,1	5,7	5,6	5,4
Outros	2,5	3,0	3,4	3,2	3,5	3,1	3,7	3,5	3,2	2,9
ESTADO	33,4	31,5	31,4	28,4	30,2	32,0	33,6	34,3	32,9	35,3
Imp. sobre Vendas e Consig. ^{CS}	22,1	21,5	21,4	19,4	22,5	24,1	25,8	28,1	27,1	29,8
Outros	11,3	10,0	10,0	9,0	7,7	7,9	7,8	6,2	5,8	5,5
MUNICÍPIO	5,5	5,2	6,0	5,5	4,3	4,0	4,1	4,3	5,5	4,7
Predial	2,1	2,0	2,2	1,9	1,7	1,5	1,5	1,3	1,6	1,0
Indústrias e Profissões	2,1	1,8	1,9	1,9	1,4	1,4	1,5	1,6	2,1	2,3
Territorial Urbano	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4
Licença	0,7	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2
Outros	0,1	0,5	0,9	0,7	0,4	0,4	0,5	0,7	0,9	0,8
ARRECADAÇÃO REAL TOTAL	55,5	64,0	69,1	85,1	87,9	91,4	91,7	93,1	97,1	105,9
UNIÃO	33,9	40,5	43,2	56,2	57,6	58,4	57,1	57,2	59,8	63,5
ESTADO	18,5	20,2	21,7	24,2	26,6	29,3	30,8	31,9	32,0	37,4
MUNICÍPIO	3,1	3,3	4,2	4,7	3,7	3,7	3,8	4,0	5,3	5,0
ARRECADAÇÃO TOTAL/PNB ⁽³⁾	15,8	17,1	17,2	20,1	21,0	20,3	18,9	19,0	18,1	19,5

FONTE: "O Setor Público Brasileiro", IBRE-CEF/FGV.

NOTAS:

- (1) Dados Percentuais, sendo Arrecadação Total = 100
- (2) Utilizado como Deflator o IGP-DI/base 50=100.
- (3) Dado Percentual. PNB das Contas Nacionais - IBRE/FGV.

TABELA 21

ÍNDICES DE SALÁRIO NOMINAL E REAL¹
DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL
(BASE: OUTUBRO DE 1936 = 100)

(1955/1960)

CATEGORIAS	1955		1956		1959		1960/JULHO		1960/DEZEMBRO	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL
A	1.400	219	1.800	205	2.340	162	3.000	132	4.800	184
B	996	156	1.600	183	2.080	144	2.666	117	-	-
C	790	124	1.300	148	1.690	117	2.125	94	-	-
D	676	106	1.200	137	1.560	108	1.800	79	3.000	115
E	587	92	1.083	124	1.408	98	1.667	73	2.667	103
F	557	87	1.000	114	1.300	90	1.571	69	2.428	93
G	463	73	883	95	1.083	75	-	-	-	-
H	416	65	755	86	981	68	-	-	-	-
I	384	60	700	80	910	63	-	-	-	-
J	375	59	667	76	867	60	-	-	-	-
K	358	56	605	69	787	55	-	-	-	-
L	333	52	565	65	735	51	-	-	-	-
M	296	46	537	61	698	48	-	-	-	-
N	290	45	500	57	650	45	-	-	-	-
O	286	45	486	55	631	44	714	31	1.029	40

FONTE: leis referentes às alterações de salários in Conjuntura Econômica, janeiro de 1962, nº 1, p. 64.

NOTA: deflacionado pelo Índice do Custo de Vida

TABELA 22

PARTICIPAÇÃO DA DESPESA CORRENTE DESAGREGADA NA RECEITA TRIBUTÁRIA
POR ESFERAS DO SETOR PÚBLICO (1955/64)

-em 8-

Itens	Anos										
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	
DESPESAS CORRENTES											
UNIÃO	91,99	100,93	91,71	76,73	72,41	78,84	97,15	105,74	104,74	102,45	
Consumo Pessoal	30,17	39,44	31,47	25,09	26,63	26,02	38,95	37,69	43,73	41,83	
Consumo Outros Bens e Serviços	34,18	29,72	27,01	18,27	15,43	22,57	16,52	17,60	14,69	14,77	
Transferências Correntes	26,30	27,66	29,47	24,26	23,20	23,39	31,38	38,43	30,84	30,48	
Subsídios	1,34	4,11	3,76	9,11	7,15	6,86	10,31	12,02	15,47	14,38	
GOVERNO FEDERAL	82,38	97,00	89,60	73,06	65,53	75,63	107,44	112,87	110,47	104,15	
Consumo Pessoal	32,03	42,45	37,11	27,16	30,64	29,58	53,77	47,38	53,83	49,03	
Consumo Outros Bens e Serviços	33,45	29,84	26,94	16,56	11,30	22,03	17,88	16,74	14,22	15,43	
Transferências Correntes	15,12	19,23	19,88	16,63	13,40	14,37	18,78	29,67	18,49	17,42	
Subsídios	1,78	5,49	5,66	12,71	10,19	9,65	17,01	19,07	23,93	22,27	
AUTARQUIA FEDERAL	120,86	112,64	91,78	86,03	88,55	86,73	81,34	93,59	94,24	99,36	
Consumo Pessoal	24,60	30,48	20,32	19,85	17,24	17,27	16,15	21,18	25,25	28,70	
Consumo Outros Bens e Serviços	36,36	29,37	27,17	22,61	25,12	23,90	14,44	19,08	15,56	16,38	
Transferências Correntes	59,89	52,79	48,40	43,57	46,17	45,56	50,75	53,34	53,43	54,28	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESTADO	121,76	115,98	122,51	116,06	109,98	113,85	109,33	108,63	112,84	87,76	
Consumo Pessoal	53,30	48,31	58,65	51,81	46,88	45,61	41,35	51,36	51,29	45,19	
Consumo Outros Bens e Serviços	40,83	38,91	37,37	44,20	43,93	51,07	51,31	42,00	47,11	28,44	
Transferências Correntes	27,63	28,76	26,49	20,05	19,17	17,17	16,67	15,27	14,44	14,12	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MUNICÍPIO	133,82	142,53	135,71	136,48	144,32	148,20	146,06	142,49	126,39	126,16	
Consumo Pessoal	36,76	39,08	35,71	33,33	40,34	45,95	44,48	50,40	43,93	43,89	
Consumo Outros Bens e Serviços	70,59	75,86	73,81	77,99	79,55	75,23	73,50	70,16	61,05	60,90	
Transferências Correntes	26,47	27,59	26,19	25,16	24,43	27,03	28,08	21,94	20,57	20,56	
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	104,24	107,82	104,03	91,20	86,82	92,84	103,28	108,31	108,60	98,37	
Consumo Pessoal	38,25	42,21	40,25	33,15	33,33	33,09	39,98	42,92	46,23	43,11	
Consumo Outros Bens e Serviços	38,42	34,99	33,09	28,92	26,77	33,81	30,58	28,23	27,92	22,36	
Transferências Correntes	26,75	28,00	28,34	23,11	22,04	21,54	26,30	29,78	25,11	24,24	
Subsídios	0,82	2,61	2,35	6,02	4,68	4,38	6,41	7,38	9,57	8,67	

FONTE: "O Setor Público Brasileiro", CEP-IBRE/FGV.

TABELA 23
CÁLCULO DA RECEITA DISPONÍVEL E POUANÇA EM CONTA CORRENTE DO SETOR PÚBLICO,
POR ESFERAS (1955/1964)

Itens	Anos										
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	
TRIBUTAÇÃO INDIRETA-SUBSÍDIOS	79,2	106,9	132,1	185,7	274,9	373,1	470,9	741,9	1274,7	2749,0	
União	39,8	56,0	66,9	103,4	151,6	197,6	214,6	327,3	550,6	1139,9	
Estados	35,5	45,8	57,8	73,3	113,4	162,7	237,5	386,9	688,2	1545,9	
Municípios	3,9	5,1	7,4	9,0	9,9	12,8	18,8	27,7	35,9	63,2	
TRIBUTAÇÃO DIRETA-TRANSFERÊNCIAS	9,6	10,3	12,2	20,4	28,7	37,4	42,0	-4,2	132,9	243,8	
União	14,4	17,0	20,1	24,6	37,5	49,6	62,1	30,2	159,0	335,6	
Estados	-5,9	-7,9	-9,8	-7,1	-12,2	-15,6	-24,1	-46,2	-83,4	-192,7	
Municípios	1,1	1,2	1,9	2,9	3,4	3,4	4,0	11,8	57,3	100,9	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17,0	18,0	20,2	26,9	20,4	86,4	79,6	81,2	221,3	-116,1	
União	4,8	1,0	-6,4	-1,9	-14,6	6,9	-29,4	-92,3	-44,6	-386,3	
Estados	8,2	12,5	19,0	18,4	22,3	62,8	87,0	139,9	211,7	174,7	
Municípios	4,0	5,3	7,6	10,4	12,7	16,7	22,0	33,6	54,2	95,5	
=RECEITA DISPONÍVEL	105,8	136,0	164,5	233,0	324,0	496,9	592,5	818,9	1628,9	2876,7	
União	59,0	74,0	80,6	126,1	174,5	254,1	247,3	265,2	665,0	1089,2	
Estados	37,8	50,0	67,0	84,6	123,5	209,9	300,4	480,6	816,5	1527,9	
Municípios	9,0	11,6	16,9	22,3	26,0	32,9	44,8	73,1	147,4	259,6	
-DESPESAS DE CONSUMO	94,0	130,0	152,7	180,5	249,0	370,8	537,9	835,3	1592,3	2920,1	
União	48,2	74,0	76,2	83,3	114,2	172,2	263,2	398,9	772,2	1541,1	
Estados	38,5	46,4	62,7	79,5	113,7	171,7	237,3	375,4	695,6	1160,3	
Municípios	7,3	10,0	13,8	17,7	21,1	26,9	37,4	61,0	124,5	218,7	
=POUPANÇA EM CONTA CORRENTE	11,8	5,6	11,8	52,5	75,0	126,1	54,6	-16,4	36,6	-43,4	
União	10,8	0,0	4,4	42,8	60,3	81,9	-15,9	-133,7	-107,2	-451,9	
Estados	-0,7	4,0	4,3	5,1	9,8	38,2	63,1	105,2	120,9	367,6	
Municípios	1,7	1,6	3,1	4,6	4,9	6,0	7,4	12,1	22,9	40,9	
FCRF/POC (em %)	52,9	21,0	24,8	76,6	87,7	99,7	31,6	(-)	7,5	(-)	
União	90,0	(-)	17,3	122,6	119,4	116,5	(-)	(-)	(-)	(-)	
Estados	(-)	40,0	24,0	18,0	33,8	77,8	99,7	88,4	61,2	83,1	
Municípios	80,9	53,3	73,8	88,5	81,7	84,5	66,7	57,9	29,4	29,9	

Fonte: "O Setor Público Brasileiro", IBRE-CEF/FGV.

TABELA 24

DESPESAS DA UNIÃO

- em bilhões de Cr\$ -

ANOS	DESPESAS EM POTENCIAL (a)	RESÍDUOS PASSIVOS				DESPESAS EFETIVAMENTE REALIZADAS (f)	EFETIVAMENTE REALIZADAS + RESÍDUOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO (g)	(f) / (a) %	(f) / (g) %
		EXERCÍCIOS ANTERIORES (b)	INSCRITOS NO EXERCÍCIO (c)	LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO (d)	SALDOS A LIQUIDAR NO FIM DO EXERCÍCIO (e) = (b+c-d)				
1955	77,5	9,9	8,5	4,3	14,1	61,4	69,9	79,2	87,8
1956	124,4	14,1	12,8	4,7	22,2	93,1	105,9	74,8	87,9
1957	149,7	22,2	13,5	7,1	28,6	126,6	140,1	84,6	90,4
1958	170,8	28,6	21,1	6,3	43,4	143,4	167,3	83,9	85,7
1959	240,0	43,4	23,8	13,9	53,3	198,3	222,1	82,6	89,3
1960	361,4	53,3	31,2	16,0	68,5	296,4	327,6	82,0	90,5

FONTE: "Relatório da SUMOC"; "Conjuntura Econômica", maio/61, nº 5; "Conjuntura Econômica", julho/63, nº 7.

TABELA 25

EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

- em Cr\$ bilhões correntes -

ANOS	RECEITA (a)	DESPESA EFETIVAMENTE REALIZADA			DÉFICIT DE CAIXA (a) - (b) = (c)	(c) / (a) %
		ORÇAMENTÁRIA + CRÉDITOS ADICIONAIS	EXTRA ORÇAMENTÁRIA	TOTAL (b)		
1955	55,7	56,1	5,3	61,4	5,7	10,2
1956	74,1	102,6	6,7	109,3	35,2	47,5
1957	85,5	104,0	22,6	126,6	41,1	48,1
1958	117,8	127,2	16,2	143,4	25,6	21,7
1959	157,8	160,0	38,3	198,3	40,5	25,7
1960	219,8	220,0	76,4	296,4	76,6	34,8

FONTE: "Relatório da SUMOC"; "Conjuntura Econômica", julho/63, nº 7.

TABELA 26-A
 AUTORIDADES MONETÁRIAS: OPERAÇÕES COM O SETOR NÃO-BANCÁRIO DA ECONOMIA
 (Variações Anuais - 1956/60)

- em Cr\$ milhões correntes -

Anos	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS			OPERAÇÕES RELACIONADAS COM AS TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR		DEMAIS CONTAS	SALDO LÍQUIDO TOTAL DAS OPERAÇÕES
	Tesouro	Demais Entidades Públicas	Setor Privado	Saldo Líquido de Ágios e Bonificações	Demais Operações		
1956	24.348	- 1.381	7.940	-16.836	3.490	- 2.787	14.774
1957	38.869	6.766	11.838	- 4.812	1.162	- 5.921	34.370
1958	20.942	- 4.586	21.744	-10.661	- 3.478	-10.408	13.553
1959	31.863	- 3.701	8.761	14.174	14.679	- 4.468	61.308
1960	75.402	-14.334	35.318	-23.385	4.776	-18.915	58.862

Fonte: Boletim da SUMOC, março 1957; Relatório da SUMOC, 1957 a 1960.

TABELA 26-B

FINANCIAMENTO DO SALDO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES COM O SETOR NÃO-BANCÁRIO DA ECONOMIA
(Variações Anuais - 1956/60)

- em Cr\$ milhões correntes -

Itens Anos	PAPEL/MOEDA EM CIRCULAÇÃO	OPERAÇÕES DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS COM OS BANCOS COMERCIAIS		SALDO LÍQUIDO TOTAL
		Depósitos dos Ban- cos Comerciais nas Autoridades Monetárias	Assistência Finan- ceira Prestada aos Bancos. Comerciais	
1956	11.977	2.841	44	14.774
1957	15.517	18.121	-732	34.370
1958	22.113	507	9.067	13.553
1959	33.169	25.072	-3.067	61.308
1960	49.061	25.893	16.092	58.862

Fonte: Boletim da SUMOC, março 1957; Relatório da SUMOC, 1957 a 1960.

TABELA 27

COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE

(1956 - 1964)

- em Cr\$1.000 -

ANOS	RECEITA DE OPERAÇÃO	RECEITA PATRIMONIAL				RECEITAS DIVERSAS	AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES	TOTAL
		Aluguéis	Juros	Outras	Total			
1956	3.434.327	1.550	1.079	5.520	8.149	373.467	2.582.295	6.398.238
1957	6.859.238	2.772	1.701	41.089	45.562	402.250	4.779.674	12.086.724
1958	15.130.839	21.142	1.648	213.522	236.312	874.432	14.876.392	31.117.975
1959	19.796.021	35.647	1.782	183.927	221.356	1.727.585	18.317.053	40.062.015
1960	26.530.002	42.250	5.875	164.469	212.594	2.435.103	21.554.781	50.732.480
1961	38.642.028	48.924	13.165	246.213	308.302	3.965.881	52.914.286	95.830.497
1962	60.564.541	90.003	15.916	393.638	499.557	4.420.237	105.257.727	170.742.062
1963	109.731.588	125.801	34.303	720.807	880.911	4.622.013	233.144.455	348.378.967
1964	197.941.889	95.329	43.245	1.205.748	1.344.322	13.528.048	336.028.195	548.842.454

FONTE: "Setor Transporte" - IBRE/CEF/FGV

TABELA 28

B N D E

VALOR CORRENTE DA COLABORAÇÃO APROVADA E
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

(1955 - 1964)

- em Cr\$10³ correntes e % -

SETOR ANOS	PÚBLICO (1)		PRIVADO (2)		TOTAL VALOR CORRENTE
	VALOR CORRENTE	PARTICIPAÇÃO % (3)	VALOR CORRENTE	PARTICIPAÇÃO % (3)	
1955	2.000	77,1	593	22,9	2.593
1956	6.410	95,3	313	4,7	6.723
1957	6.854	78,8	1.847	21,2	8.701
1958	10.676	86,6	1.647	13,4	12.323
1959	7.135	66,0	3.681	34,0	10.816
1960	13.683	91,7	1.230	8,3	14.913
1961	23.048	90,5	2.425	9,5	25.473
1962	25.042	95,6	1.154	4,4	26.196
1963	39.766	90,9	3.956	9,1	43.722
1964	97.600	94,2	6.041	5,8	103.641

FONTE: Revista do BNDE, jan-jun/78, 25 anos de BNDE (in ZONINSEIN, Jonas - Texto para discussão IEI, nº 63, dez/1984).

- NOTAS:
- Inclui órgãos da administração Direta e Indireta, bem como empresas com participação majoritária do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outros serviços de transportes, energia elétrica, armazenagem etc.).
 - Inclui os totais das operações diretas e de repasses a agentes oficiais e privados dos diversos programas do BNDE, bem como o valor global das operações das subsidiárias.
 - Participação percentual de cada setor no total da colaboração (=100,0).

TABELA 29

BNDES: OPERAÇÕES SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1955/1964)

- em % -

Setores	INSUMOS BÁSICOS (1)						EQUIPAMENTOS			OUTRAS INDÚSTRIAS			INFRA-ESTRUTURA			OUTRAS ATIVIDADES			TOTAL	
	Sid.	Metal.	Quím. e Fert.	Célul. e Papel	Prod. ^S Min.não Met. (2)	Total	Mec. e Elet.	Mat. de Transp.	Total	Prod. ^S Alim.	Outras	Total	Energ. Elét.	Transportes		Total	Ens.: Pesq. Desenv. Técn.	Distr.		Total
														Ferrov.	Hidrov.					
Anos																				
1955	0,9	1,4	2,7	2,6	-	7,6	-	-	-	-	-	-	51,4	39,2	-	90,6	-	1,8	1,8	100,0
1956	0,6	0,2	10,6	-	-	11,4	1,8	-	1,8	-	-	-	9,8	72,2	0,5	82,5	-	4,3	4,3	100,0
1957	6,8	5,4	5,9	1,7	-	19,8	2,4	2,5	4,9	-	-	-	53,4	17,7	1,0	72,1	-	3,2	3,2	100,0
1958	32,8	2,7	8,3	2,9	-	46,7	1,8	3,7	5,5	-	-	-	45,0	-	-	45,0	-	2,8	2,8	100,0
1959	6,6	0,6	14,6	2,6	0,3	24,7	0,7	22,4	23,1	-	-	-	33,1	15,3	2,5	50,9	-	1,3	1,3	100,0
1960	74,0	-	9,4	-	-	83,4	0,9	1,4	2,3	-	0,4	0,4	9,2	4,2	0,1	13,5	-	0,4	0,4	100,0
1961	21,5	1,0	3,8	0,3	-	26,6	0,3	8,2	8,5	0,1	0,1	0,2	60,9	0,9	-	61,8	-	2,9	2,9	100,0
1962	61,4	-	9,5	-	-	70,9	-	1,3	1,3	0,2	0,3	0,5	23,3	-	-	23,3	-	4,0	4,0	100,0
1963	85,0	-	5,3	-	-	90,3	0,6	-	0,6	0,9	0,7	1,6	5,1	1,4	-	6,5	-	1,0	1,0	100,0
1964	71,2	3,2	2,4	0,1	0,6	77,5	1,1	0,3	1,4	0,7	0,1	0,8	20,2	-	-	20,2	0,1	-	0,1	100,0

FONTE: 30 anos de BNDES/Avaliação e Rumos - 1982.

NOTAS:

(1) Apenas em 1966 temos valores para o setor de Mineração.

(2) Inclusive cimento.

TABELA 30
TOTAL DE RECURSOS MOBILIZADOS PELO BNDES (1955/64)

Anos	Recursos de Capital			Fundo de Reparelhamento Econômico					Acordos Sobre Excedentes Agrícolas					Retorno de Capital Aplicado	Funai	Recursos Extraordinários	Total	Total a Preços de 50 (1)
	Capital e Reserv	Outros	Total	Rec. de Imposto de Renda	Reserv. Tecn. das Cias Sege. Capitais			Total	1º Acordo	2º Acordo	3º Acordo	4º Acordo	Total					
					Recolh. Direto	Aplic. Diretas	Total											
1955	9,63	-	9,63	71,62	13,67	-	13,67	85,29	-	-	-	-	-	5,08	-	-	100,00	751,98
1956	2,30	-	2,30	-	3,99	10,85	14,84	14,84	77,44	-	-	-	77,44	5,42	-	-	100,00	673,86
1957	9,61	1,64	11,25	52,16	2,12	2,69	4,81	56,97	2,18	26,49	-	-	28,67	3,11	-	-	100,00	2034,21
1958	14,76	-	14,76	53,56	0,20	2,51	2,71	56,27	-	23,37	-	-	23,37	5,60	-	-	100,00	2426,73
1959	18,19	0,37	18,56	51,60	0,25	3,20	3,45	55,05	-	23,94	-	-	23,94	2,45	-	-	100,00	2679,03
1960	20,90	2,10	23,00	55,36	0,27	2,50	2,77	58,13	-	16,97	-	-	16,97	1,90	-	-	100,00	3035,31
1961	20,77	2,05	22,82	60,17	0,24	1,46	1,70	61,87	-	11,03	-	-	11,03	4,28	-	-	100,00	3938,14
1962	25,22	0,60	25,82	45,08	0,33	1,66	1,99	47,07	-	4,18	-	-	4,18	3,64	-	19,29	100,00	3540,82
1963	23,12	0,44	23,56	43,74	0,81	0,72	1,53	45,27	-	-	2,94	-	2,94	4,23	11,05	12,95	100,00	3073,83
1964	17,84	-	17,84	29,09	0,63	0,96	1,59	30,68	-	-	4,13	0,38	4,51	3,70	33,13	10,14	100,00	3852,46

FONTE: Relatório do BNDE, 1968, in Ricardo B.G.Valle, "A Ação Financiadora do BNDE e o Processo de Industrialização", IBMEC/DEP, 1980.

NOTA : (1) Utilizado como deflator o IGP-DI. Em Cr\$ milhões constantes de 1950.

TABELA 31

OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA - BNDE

PARTICIPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1955-1964)

- em % -

SETORES ANOS	INSUMOS BÁSICOS						EQUIPAMENTOS			OUTRAS INDUSTRIAS		INFRA-ESTRUTURA					OUTRAS ATIVIDADES	TOTAL	
	MINE- RAÇÃO	SIDE- RURGIA	META- LURGIA	QUÍMICA e FERTI- LIZANTE	CELU- LOSE E PAPEL	TOTAL	EQUIPA- MENTOS ELÉTRICOS	MATERIAL DE TRANS- PORTE	TOTAL	TÊXTIL E CAL- ÇADOS	TOTAL	ENER- GIA ELÉ- TRICA	TRANSPORTES			OU- TROS SETO- RES			TOTAL
													FERRO- VIÁRIO	RODO- VIÁRIO	HIDRO- VIÁRIO				
1955	-	-	-	-	15,6	15,6	-	-	-	-	-	65,5	18,9	-	-	-	84,4	-	100,0
1956	-	-	-	-	-	-	-	5,6	5,6	-	-	46,1	39,9	-	-	-	86,0	8,4	100,0
1957	-	7,2	5,6	1,1	-	13,9	0,2	11,6	11,8	-	-	43,5	-	4,8	4,8	15,0	68,1	6,2	100,0
1958	0,3	74,2	-	-	-	74,5	0,1	4,8	4,9	-	-	1,1	-	2,3	13,6	3,1	20,1	0,5	100,0
1959	-	76,6	-	0,4	-	77,0	3,6	3,5	7,1	-	-	14,7	-	-	1,2	-	15,9	-	100,0
1960	-	7,7	8,9	-	-	16,6	2,2	3,6	5,8	1,0	1,0	9,0	-	0,0	-	67,6	76,6	-	100,0
1961	-	45,1	-	-	-	45,1	-	0,5	0,5	-	-	54,4	-	-	-	-	54,4	-	100,0
1962	-	-	-	22,5	-	22,5	-	7,7	7,7	-	-	4,9	-	2,2	-	62,7	69,8	1,0	100,0
1963	-	41,2	-	18,6	-	59,8	-	-	-	-	-	40,0	-	-	-	-	40,0	0,2	100,0
1964	-	-	-	-	-	13,0	-	-	-	-	-	83,7	-	-	-	-	83,7	3,3	100,0

FONTE: BNDE - AP/AEST - 30 ANOS DE BNDE - AVALIAÇÃO E RUMOS/1982

TABELA 32-A

SALDO DE BALANÇO DE PAGAMENTOS (1956/64)

- em US\$ milhões -

Anos	(a) Balanço Comercial			(b) Balanço Serviços					Transf. Liq. (c)	Trans. Cor. (a)+(b) +(c)	Capitais Líquidos								Erros e Omissões	Saldo do Bal. do Pgtos
	Exp. (fob)	Imp. (fob)	Total	Juros	Lucros e Divid.	Transp.	Outros	Total			Invest. (líq.)	Amort. gões	Empréstimos e Financiamentos			Outros (Liq.)	Total			
													Equip.	Trigo PL(480)	Moeda			Total		
1956	1483	(1046)	437	(67)	(24)	(119)	(159)	(369)	(11)	57	89	(187)	158	-	73	231	18	151	(14)	194
1957	1392	(1285)	107	(67)	(26)	(115)	(150)	(358)	(13)	(264)	143	(242)	223	24	72	319	35	255	(171)	(180)
1958	1244	(1179)	65	(58)	(31)	(102)	(118)	(309)	(4)	(248)	110	(324)	268	22	83	373	25	184	(189)	(253)
1959	1282	(1210)	72	(91)	(25)	(87)	(170)	(373)	(10)	(311)	124	(377)	290	23	126	439	(4)	182	(25)	(154)
1960	1270	(1293)	(23)	(115)	(40)	(78)	(226)	(459)	4	(478)	99	(417)	224	-	123	346 ⁽¹⁾	85	58	10	(410)
1961	1405	(1292)	113	(114)	(31)	(77)	(128)	(350)	15	(222)	108	(327)	274	60	195	579 ⁽¹⁾	(46)	288	49	115
1962	1215	(1304)	(89)	(118)	(18)	(79)	(124)	(339)	39	(389)	69	(310)	233	35	75	325 ⁽¹⁾	117	181	(138)	(346)
1963	1406	(1294)	112	(87)	-	(87)	(95)	(269)	43	(114)	30	(364)	188	32	68	250 ⁽¹⁾	45	(54)	(76)	(244)
1964	1430	(1086)	344	(131)	-	(62)	(66)	(259)	55	140	28	(277)	115	62	83	221 ⁽¹⁾	130	82	(218)	4

FONTE: Conjuntura Econômica, IBRE/FGV, novembro/1972 para todas as rubricas da tabela exceto equipamentos, trigo e moeda. Para estas ver Conjuntura Econômica, IBRE/FGV, novembro/1977. in (DAVIDOFF, Paulo - 1980)

NOTA:

(1) O saldo de empréstimos e financiamentos, nos anos assinalados, não corresponde à soma das rubricas, equipamentos, trigo e moeda, pois as fontes de informações dos dados citados são diferentes.

TABELA 32-B

CONTRAPARTIDA DO SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (1956/1964)

- em US\$ milhões -

Itens	ATRASADOS COMERCIAIS	OPERAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO								HAVERES	OBRIGAÇÕES	OURO MONETÁRIO	TOTAL
		F.M.I.	EXIMBANK	Dept? Tesouro U.S.A.	A.I.D. Dept? Tesouro	Banqueiros	Credores Europeus	Outros	Total	A CURTO PRAZO (aumento -)	A CURTO PRAZO (redução -)		
1956	-	(28)	-	-	-	-	-	-	(28)	(182)	17	(1)	(194)
1957	-	37	-	-	-	-	-	-	37	161	(18)	-	180
1958	-	37	100	-	-	58	-	-	195	31	28	(1)	253
1959	-	(21)	-	-	-	-	-	-	(21)	26	150	(1)	154
1960	68	48	3	-	-	10	-	-	61	(26)	267	40	410
1961	(68)	40	101	35	50	48	36	-	(260) ⁽¹⁾	(180)	(429)	2	(115)
1962	163	(18)	81	10	25	-	22	-	120	58	(55)	60	346
1963	14	5	80	30	25	-	31	17	187 ⁽¹⁾	(39)	6	76	244
1964	57	(28)	9	-	50	-	29	-	52 ⁽¹⁾	(56)	(115)	58	(4)

FONTE: Conjuntura Econômica - IBRE/FGV, novembro/1972 para todos os dados da tabela exceto as rubricas componentes de Operações de Regularização. Para estas ver Conjuntura Econômica, IBRE/FGV, novembro/1977 in (DAVIDOFF, Paulo - Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1980).

NOTA:

(1) O Total das Operações de Regularização, nos anos assinalados, não corresponde à soma de suas rubricas componentes pois as fontes de informações dos dados citados são diferentes.

TABELA 33

SUBSÍDIO IMPLÍCITO NOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL AO SETOR PRIVADO

SEMESTRE	TAXA DE JUROS SEMESTRAL		SUBSÍDIO IMPLÍCITO (a - b)
	BANCO DO BRASIL (a)	BANCOS COMERCIAIS (b)	
1956 J	3,1	6,7	3,6
1956 D	3,8	8,4	4,6
1957 J	4,2	7,8	3,6
1957 D	4,4	8,2	3,8
1958 J	4,6	7,2	2,6
1958 D	3,8	8,9	5,1
1959 J	4,6	9,0	4,4
1959 D	4,4	8,8	4,4
1960 J	4,4	8,2	3,8
1960 D	4,9	10,9	6,0

FONTE: A. C. SOCHACZEWSKY, "Financial and Economic Development of Brazil, 1952-1968", julho 1980, p. 177.

TABELA 34

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE
PREÇOS-DISPONIBILIDADE INTERNA

(1955 - 1964)

ANOS	IGP - DI	
	ÍNDICE (base 1950 = 100)	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (%)
1955	220,78	16,44
1956	263,64	19,41
1957	301,30	14,28
1958	341,56	13,36
1959	471,43	38,02
1960	606,49	28,65
1961	831,17	37,05
1962	1261,04	51,72
1963	2210,39	75,28
1964	4210,39	90,48

FONTE: IBRE/FGV (in SOCHACZEWSKI; A.C., julho,
1980).

TABELA 35

TAXA DE CÂMBIO, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
POR ATACADO, TAXA PARITÁRIA (meses 1961/62)

ITENS ANOS/MESES	TAXA DE CÂMBIO		ÍNDICE GERAL	TAXA PARITÁRIA
	Cr\$ / US\$	Índice	DE PREÇOS POR ATACADO	
Mar/61	249,50	100	100	100
Abr.	283,70	114	105	106
Mai.	270,50	108	107	108
Jun.	261,40	105	109	111
Jul.	263,00	106	110	112
Ago.	269,70	108	117	118
Set.	294,20	118	122	124
Out.	305,30	122	134	136
Nov.	310,80	125	140	141
Dez.	309,70	124	144	146
Jan./62	318,00	127	153	153
Fev.	318,00	127	156	156
Mar.	318,00	127	158	157
Abr.	318,00	127	159	160
Mai.	328,70	132	165	167
Jun.	359,20	144	170	171
Jul. (1)	366,90	147	177	180
Ago. (1)	410,80	165	182	183
Set. (1)	473,70	189	186	187
Out. (1)	475,00	190	191	193
Nov. (1)	475,00	190	204	206
Dez. (1)	475,00	190	216	220

FONTE: "International Financial Statistics" (FMI) e "Conj. Econ."
(FGV) in "DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA", CNI, Fev./63.

NOTA:

(1) Dados Provisórios.

TABELA 36

TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E PROPORÇÃO
E CRESCIMENTO REAL DE SUA RELAÇÃO COM O PRODUTO INTERNO BRUTO

((1955 - 1964))

- em % -

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO DA FBCF		RELAÇÃO FBCF/PIB	
	DI-FBCF (1)	DI-PIB (2)	EM %	TAXA DE CRESCIMENTO %
1955	- 5,8	- 13,2	13,58	- 19,17
1956	7,8	7,3	14,13	4,05
1957	13,4	8,6	14,20	0,50
1958	5,9	23,3	16,25	14,44
1959	12,9	20,2	18,49	13,78
1960	4,1	0,4	16,93	- 8,44
1961	5,1	12,0	17,20	1,59
1962	3,1	9,4	17,88	3,95
1963	- 2,8	- 0,1	17,59	- 1,62
1964	2,5	- 3,5	16,50	- 6,20

FONTE: CCN-IBRE/FGV

- NOTAS:
1. Taxa Real de Crescimento dos Valores da FBCF deflacionados pelo Deflator implícito da FBCF.
 2. Taxa Real de Crescimento dos Valores da FBCF deflacionados pelo Deflator implícito do PIB.

TABELA 37

TAXA DE CRESCIMENTO REAL ⁽¹⁾ DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO,
POR SETORES (1955/1964)

Itens Anos	Governos (a)		Setor Produtivo Estatal (b)		Empresas não- industriais (c)		Investimento Convencional (d) = (a) + (c)		Investimento do Setor Público (e) = (b) + (d)		Investimento do Setor Privado	
	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB
1955	-0,3	-8,7	-33,1	-38,7	226,8	199,6	4,4	-4,5	1,2	-7,4	-7,9	-15,6
1956	-2,5	-2,8	-31,4	-31,7	-43,6	-43,8	-5,1	-5,4	-8,4	-8,8	13,3	12,9
1957	64,2	57,2	77,1	69,6	322,7	304,6	74,1	66,7	74,1	66,8	-3,6	-7,7
1958	11,5	29,8	0,6	17,2	55,8	81,5	15,6	34,6	14,1	32,9	1,7	18,5
1959	-9,2	-3,4	82,3	93,8	21,1	28,7	-5,4	0,6	2,3	8,8	18,9	26,5
1960	21,4	17,1	57,2	51,8	-9,4	-12,5	16,5	12,4	22,6	18,4	-4,9	-8,3
1961	-3,7	2,6	34,6	43,5	24,9	33,2	-0,2	6,4	6,7	13,7	4,1	10,9
1962	4,7	11,2	4,1	10,6	-21,1	-16,2	0,7	6,9	1,5	7,8	4,0	10,5
1963	-10,4	-7,9	-23,9	-21,8	-0,7	2,1	-9,2	-6,7	-13,0	-10,6	3,6	6,5
1964	11,7	5,2	-9,7	-15,0	-27,5	-31,7	6,4	0,3	2,8	-3,1	2,3	-3,6

FONTE: "O Setor Público Brasileiro", CEF-IBRE/FGV; WERNECK, A. Oliveira in RBE, Vol. 23, nº 3, jul/set., 1969; Metodologia das Contas Nacionais, IBRE/FGV. (O Setor Privado foi calculado por resíduo).

NOTAS:

(1) Dados deflacionados pelo DI-FBCF e DI-PIB, respectivamente.

TABELA 38

TAXA DE CRESCIMENTO REAL ¹ DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR ESFERAS DE GOVERNO

(1955 - 1964)

- em % -

ESFERAS ANOS	U N I ã O					ESTADO	MUNICÍPIO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO TOTAL
	GOVERNO FEDERAL	AUTARQUIAS FEDERAIS			TOTAL			
		PREVIDÊNCIA SOCIAL	OUTRAS	TOTAL				
1955	- 11,75	- 30,36	7,43	- 1,73	- 8,23	- 11,21	- 0,98	- 8,65
1956	- 4,53	- 10,26	- 12,23	- 11,89	- 7,41	- 1,01	16,83	- 2,79
1957	64,39	77,14	59,39	62,50	63,69	58,16	22,88	57,02
1958	2,89	90,32	51,71	59,08	23,66	42,74	11,72	29,81
1959	11,58	10,17	13,03	12,38	11,96	- 21,02	- 10,49	- 3,42
1960	- 11,79	55,38	28,16	34,25	10,19	34,05	- 6,90	17,13
1961	19,61	- 22,28	0,69	- 5,13	5,22	- 3,31	17,78	2,57
1962	- 6,26	- 50,96	29,73	12,30	3,47	21,52	21,38	11,23
1963	- 34,82	- 5,19	- 17,48	- 16,37	- 24,32	- 6,72	109,33	- 7,88
1964	18,29	- 13,70	- 16,85	- 16,26	- 3,44	19,08	- 6,44	5,16

FONTE: O Setor Público Brasileiro - IBRE-CCN/FGV

NOTAS: Para dados constantes utilizado o deflator implícito do PIB - (CCN/FGV).

TABELA 39

PARTICIPAÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL NA RECEITA CORRENTE, POR ESFERAS DO SETOR PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DE SUBSÍDIOS DA UNIÃO NO TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO

(1955/64)

ANOS	Despesa de Pessoal / Receita Corrente								- em % -
	UNIÃO					ESTADOS	MUNICÍPIOS	Total do Setor Público	Subsídios (União) / Receita Tributária (da União)
	Governo Federal	Autarquias Federais			Total União				
		Previdência Social	Autarquias exceto P.S.	Total					
1955	35,50	15,65	16,30	15,86	28,35	44,39	23,14	33,59	1,33
1956	49,27	20,28	22,93	21,02	39,07	39,11	24,28	37,98	4,11
1957	45,85	16,26	17,05	16,51	33,09	45,43	22,27	36,69	3,76
1958	31,40	15,23	15,11	15,18	25,34	42,39	20,15	30,34	9,10
1959	36,39	15,14	13,31	14,47	28,14	39,79	23,43	31,76	7,14
1960	32,99	13,46	12,37	13,06	25,51	33,69	26,22	28,62	6,85
1961	73,65	11,71	14,99	12,84	41,51	30,86	26,25	36,20	10,30
1962	69,57	16,17	21,18	17,68	43,22	38,09	30,28	40,14	12,01
1963	77,93	15,98	19,00	17,17	45,25	39,47	30,15	41,91	15,47
1964	79,18	19,48	26,84	22,31	48,88	40,68	30,11	44,26	14,38

FONTE: "O Setor Público" - CEF/IBRE/FGV.

TABELA 40

POUPANÇA EM CONTA CORRENTE E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DA UNIÃO

(1958 - 1964)

ÍTEM	ANOS						
	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
POUPANÇA EM CONTA CORRENTE ¹	42,8	60,3	81,9	- 15,9	- 133,7	- 107,2	- 451,9
Governo Federal	18,5	35,5	35,3	- 99,0	- 203,5	- 353,8	- 729,7
Autarquias Federais	24,3	24,8	46,6	83,1	69,8	246,6	277,8
Previdência Social	7,7	4,8	14,1	22,7	8,0	41,1	- 29,3
Demais Autarquias ¹	16,6	20,0	32,5	60,4	61,8	205,5	307,1
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	34,9	50,5	70,3	98,6	157,9	212,7	385,5
Governo Federal	18,3	26,4	29,4	46,9	68,0	78,9	175,3
Autarquias Federais	16,6	24,1	40,9	51,7	89,9	133,8	210,2
Previdência Social	3,8	5,4	10,6	11,0	8,3	14,0	22,9
Demais Autarquias	12,8	18,7	30,3	40,7	81,6	119,8	187,3

FONTE: "O Setor Público Brasileiro", CEF - IBR/FGV

NOTA: 1. Vide nota 1 deste capítulo, p. 81.

TABELA 41-A
EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

- em Cr\$bilhões correntes -

ANOS	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (a)	DESPESA EFETIVA (b)	RESÍDUOS PASSIVOS			(c) = (b) + (c)	(b) / (c) %	DÉFICIT DE CAIXA (f) = (b) - (a)	(f) / (a) %
			Inscritos no Exercício (c)	Saldo a Liquidar no fim do Exercício (d)	(d) / (a) %				
1958	117,8	143,4	21,1	43,4	36,8	167,3	85,7	25,6	21,7
1959	157,8	198,3	23,8	53,3	33,8	222,1	89,3	40,5	25,7
1960	219,8	296,4	31,2	68,5	31,2	327,6	90,5	76,6	34,8
1961	317,5	455,0	63,7	117,2	36,9	518,7	87,7	137,5	43,3
1962	497,9	778,8	136,7	203,9	40,9	915,5	85,1	280,9	56,4
1963	930,3	1.435,0	148,0	251,9	27,1	1.583,0	90,6	504,7	54,2

Fonte: Balanços Gerais da União in "Relatório da SUMOC" e "Conjuntura Econômica".

TABELA 41-B
EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

- em % -

ANOS	DÉFICIT DE CAIXA DO TESOUREO			
	TOTAL	Financiamento		
		Banco do Brasil	Letras do Tesouro	Outros
1958	100,0	63,3	36,7	-
1959	100,0	78,1	21,9	-
1960	100,0	97,2	2,8	-
1961	100,0	93,7	1,1	5,2
1962	100,0	87,8	8,1	4,1
1963	100,0	84,3	11,1	4,6

Fonte: SIMOC; Banco do Brasil in Conjuntura Econômica.

Nota: 1. Letras do Tesouro colocadas, quase que exclusivamente, junto aos bancos comerciais.

TABELA 42-A

AUTORIDADES MONETÁRIAS: PRINCIPAIS OPERAÇÕES COM O SETOR NÃO-BANCÁRIO DA ECONOMIA
(Variações Anuais - 1958/63)

- em Cr\$bilhões correntes -

Anos	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS			OPERAÇÕES RELACIONADAS COM AS TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR	SALDO LÍQUIDO TOTAL DAS OPERAÇÕES
	Tesouro	Demais Entidades Públicas	Setor Privado		
1958	20,9	-4,6	21,7	-14,1	23,9
1959	31,8	-3,7	8,7	28,8	65,6
1960	75,4	-14,3	35,3	-18,6	77,8
1961	128,9	-35,8	45,6	2,1	140,8
1962	215,6	-13,5	118,8	-56,5	264,4
1963	432,6	-37,9	175,3	-24,0	546,0

Fonte: Relatórios da SUMOC; Balancetes do Banco do Brasil in "Conjuntura Econômica".

TABELA 42-B
 FINANCIAMENTO DO SALDO LÍQUIDO DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES COM O SETOR NÃO-BANCÁRIO
 DA ECONOMIA

(Variações Anuais - 1958/63)

- em Cr\$bilhões correntes-

Anos	Itens PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO	PRINCIPAIS OPERAÇÕES DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS COM OS BANCOS COMERCIAIS		DEMAIS OPERAÇÕES	SALDO LÍQUIDO TOTAL
		Depósitos dos Ban- cos Comerciais nas Autoridades Monetárias	Débito dos Bancos Comerciais Junto à Carteira de Redescontos		
1958	22,1	0,5	5,2	6,5	23,9
1959	33,2	25,1	-4,7	2,6	65,6
1960	49,1	25,9	13,3	16,1	77,8
1961	98,0	40,3	8,2	10,7	140,8
1962	182,2	110,3	24,5	-3,6	264,4
1963	343,7	206,6	46,9	42,6	546,0

Fonte: Relatórios da SUMOC; Balancetes do Banco do Brasil in "Conjuntura Econômica".

TABELA 43

DECOMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DA UNIÃO
(1957/64)

- em % -

ANOS	GOVERNO FEDERAL	AUTARQUIAS FEDERAIS									TOTAL FBCF UNIÃO
		EXCETO PREVIDÊNCIA							PREVIDÊNCIA SOCIAL	TOTAL AUTARQUIAS	
		DNER	CMM	DNEF	DNPVN	SUDENE	OUTRAS	TOTAL			
1957	62,99	28,35	-	-	-	-	1,57	29,92	7,09	37,01	100,00
1958	52,44	34,27	1,22	-	-	-	1,19	36,68	10,89	47,56	100,00
1959	52,28	31,44	2,71	-	-	-	2,88	37,03	10,69	47,72	100,00
1960	41,82	34,24	6,98	-	-	-	1,13	43,10	15,08	58,18	100,00
1961	47,57	33,20	5,51	-	-	-	2,57	41,28	11,16	52,43	100,00
1962	43,07	25,63	21,44	-	-	-	4,61	51,68	5,26	56,93	100,00
1963	37,09	12,25	13,00	3,33	-	18,94	8,81	56,32	6,58	62,91	100,00
1964	45,47	9,83	9,59	4,32	0,98	18,17	5,71	48,59	5,94	54,53	100,00

FONTE: O Setor Público Brasileiro - CCN-IBRE/FGV e Entidades Autárquicas - CCN-IBRE/FGV (Balancos de Empresas).

TABELA 44

TAXAS DE CRESCIMENTO REAL¹ DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO
DOS SETORES QUÍMICO, ENERGIA E SIDERURGIA DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL

(1950 - 1964)

- em % -

ANOS \ SETOR	QUÍMICO		ENERGIA		SIDERURGIA	
	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB	DI-FBCF	DI-PIB
1950	- 37,50	- 44,44	- 61,66	- 63,68	- 45,45	- 48,31
1951	- 40,00	- 20,00	1,44	8,69	69,56	80,43
1952	166,66	100,00	114,28	94,66	8,54	- 0,40
1953	37,50	50,00	- 16,66	- 7,53	71,65	89,91
1954	12.009,09	13.275,00	- 34,40	- 26,66	106,88	130,78
1955	- 66,81	- 69,59	443,90	396,96	- 26,49	- 32,65
1956	71,04	70,49	- 82,51	- 82,72	- 65,30	- 65,57
1957	70,63	63,34	132,05	124,70	79,13	71,82
1958	30,69	52,09	143,64	182,72	-156,06	-165,35
1959	17,02	24,47	124,26	138,88	312,98	326,50
1960	58,08	52,50	7,38	3,64	154,06	145,39
1961	- 41,10	- 37,20	- 9,79	- 3,96	261,52	285,37
1962	- 18,45	- 13,43	1,77	8,17	13,83	20,86
1963	17,82	21,14	85,53	90,64	- 56,86	- 55,65
1964	- 1,13	- 6,84	- 5,69	- 11,14	- 19,87	- 24,53

FONTE: WERNECK, A. Oliveira in RBE, vol. 23, nº 3, jul/set 1969.

NOTA: 1. Utilizados como deflatores o DI-FBCF e o DI-PIB (CCN/FGV).

TABELA 45

RECURSOS DA PETROBRÁS, EXCLUSIVE OS FINANCIAMENTOS EM
MOEDA ESTRANGEIRA (1955/64)

- em Cr\$ milhões c^{tes} de 55 -

ANOS	PRÓPRIOS	FISCAIS	TOTAL
1955	1.021	1.382	2.403
1956	2.506	1.489	3.995
1957	4.619	2.186	6.805
1958	7.263	1.967	9.230
1959	8.421	2.143	10.564
1960	8.703	2.225	10.928
1961	14.921	2.443	17.364
1962	17.085	670	17.755
1963	16.242	210	16.452
1964	17.014	195	17.209

FONTE: Petróleo - Diagnóstico Preliminar/EPEA
Julho 1966.

TABELA 46

DECOMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(1956/59 e 62/64)

- em % -

RAMOS	ANOS	1956	1957	1958	1959	1962	1963	1964
Minerais não metálicos		4,45	4,26	5,83	4,02	5,28	5,10	4,37
Metalúrgica		18,70	13,32	16,12	14,67	17,47	20,93	21,80
Mecânica		4,29	2,97	3,98	6,03	5,02	4,37	3,72
Mat. Elét. e de Comunicação		8,15	4,86	5,00	5,68	3,71	3,57	4,48
Material de Transporte		5,42	14,91	18,58	24,47	10,01	7,73	7,88
Madeira		2,71	2,28	1,73	1,85	2,67	5,80	3,32
Mobiliário		1,78	2,30	0,86	0,91	3,25	3,76	2,23
Papel e Papelão		2,34	2,09	1,96	2,19	3,99	2,14	1,35
Borracha		1,02	1,43	1,29	2,47	1,01	0,93	0,71
Couros, Peles e Similares		0,87	0,56	0,78	0,59	0,74	0,46	0,78
Química	}	12,76	13,46	15,53	6,44	10,59	13,34	13,60
Produtos Farmacêuticos e Med.					1,66	1,20	1,14	0,75
Produtos Perf., Sabões e velas					-	0,70	0,49	0,92
Produtos Matérias Plásticas		-	-	-	0,65	0,99	0,85	1,03
Têxtil		12,43	11,00	6,87	7,61	9,89	6,82	6,78
Vest., Calç. Artif. Tecidos		1,54	2,43	1,43	1,37	2,16	1,66	2,15
Produtos Alimentares		16,14	17,09	13,75	13,03	13,34	12,53	16,83
Bebidas		2,72	2,82	1,94	1,90	2,34	2,91	2,31
Fumo		0,85	0,68	0,60	0,53	0,54	0,81	0,62
Editorial e Gráfica		1,94	1,79	2,04	2,08	3,84	2,70	3,18
Diversas		1,89	1,75	1,71	1,15	1,47	1,53	1,23
TOTAL IND. TRANSF.		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, IBGE, 1961; CENSO INDUSTRIAL, IBGE, 1960 e PRODUÇÃO INDUSTRIAL, IBGE.

TABELA 47

TAXA DE CRESCIMENTO REAL ⁽¹⁾ DAS INVERSÕES DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ENTRE 1962/1963

- em % -

RAMOS	Δ %
Minerais não-metálicos	-14,71
Metalúrgica	5,73
Mecânica	-23,30
Mat. Elétrico e de Comunicações	-15,01
Material de Transporte	-31,78
Madeira	91,71
Mobiliário	2,14
Papel e Papelão	-52,58
Borracha	-18,33
Couros, Peles e Similares	-45,19
Química	11,16
Prods. Farmacêuticos e Medicinais	-15,85
Prods. Perfumarias, Sabões e Velas	63,69
Prods. Matérias Plásticas	-24,39
Têxtil	-39,18
Vest., Calç., Artef., Tecidos	-32,08
Produtos Alimentares	-17,10
Bebidas	9,64
Fumo	32,16
Editorial e Gráfica	-37,95
Diversas	-8,05
TOTAL DA IND. TRANSF.	-11,74

FONTE: Produção Industrial, IBGE.

NOTA:

(1) Utilizado como deflator o Deflator Implícito do PIB.

TABELA 48

TAXA DE CRESCIMENTO REAL ⁽¹⁾ DO ITEM IMOBILIZADO
NOVO, DA INDÚSTRIA ENTRE 1962-63

RAMOS	Δ%
Têxtil	-15,26
Construção	-30,00
Siderúrgica e Metalúrgica	-52,70
Elétrica	18,33
Vidros e Cerâmica	6,83
Química e Farmacêutica	-22,72
Papel	-53,82
Móveis e Utensílios	-21,73
Gráfica e Jornais	14,85
Gêneros Alimentícios	-24,39
Vestuário	67,82
Mineração	79,08
Fumo e Fósforo	-6,39
Equipamentos e Instrumentos	-16,54
Madeireira	43,47
Couros	85,18
Borracha	-80,37
Material para Construção	-45,17
Petrolífera	8,06
Automobilística	3,30
Diversas	-7,81
INDÚSTRIA (Total)	-24,98

FONTE: Conjuntura Econômica, IBRE/FGV, fev. 64, fev.65.

NOTA:

(1) Utilizado como deflator o DI-PIB.

TABELA 49

PARTICIPAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES RURAIS NO TOTAL
DE INVESTIMENTOS EM CONSTRUÇÃO
(1955/64)

ANOS	Construções Rurais / Total de Inv. em Constr.
1955	15,25
1956	15,16
1957	12,37
1958	10,35
1959	20,31
1960	18,35
1961	20,49
1962	25,67
1963	28,65
1964	33,82

FONTE: Contas Nacionais do Brasil - Conc.
Metodologia CCN-IBRE/FGV - 1972.

TABELA 50

VALOR DA PRODUÇÃO DE TRATORES E VALOR DA PRODUÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E DA PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS

(1960 - 1964)

- em % -

ANOS	VALOR DA PRODUÇÃO DE TRATORES (a)	VALOR DA PRODUÇÃO DE TRATORES (a)	VALOR DA PRODUÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS	VALOR DA PRODUÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS (b)	(a) + (b)	(a) + (b)
	PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
1960	0,46	1,00	0,44	0,97	0,90	1,97
1961	1,09	2,26	0,37	0,76	1,46	3,02
1962	5,80	13,89	1,17	2,80	6,97	16,69
1963	7,27	16,86	4,30	9,97	11,57	26,83
1964	9,26	21,13	3,38	7,72	12,64	28,85

FONTE: Diagnóstico Preliminar - Indústrias Mecânica e Elétrica, maio, 1966 - EPEA; Metodologia das Contas Nacionais, CCN-IBRE/FGV.

TABELA 51
EVOLUÇÃO NOMINAL DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E DA PRODUÇÃO NACIONAL
DE EQUIPAMENTOS POR ITENS (1955/64)

- em % nominal -

ANOS	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO					PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS				
	Importação Líquida de Bens de Produção	Produção Nac. de Bens de Produção	Importação e Produção de Bens de Produção	Const.ões	Total	Material de Transp. Rodov.	Material de Transp. Ferrov.	Navios e Embarc.	Máquinas e Equip.	Total
1955	- 4,41	10,54	4,12	- 1,59	0,89	25,20	4,32	17,39	3,68	10,54
1956	12,95	31,43	24,15	38,85	32,28	25,20	36,36	17,33	35,43	31,43
1957	57,81	25,35	36,99	12,70	22,89	25,08	26,61	17,37	25,79	25,35
1958	19,42	56,53	41,21	33,31	37,01	133,96	20,94	17,32	20,15	56,53
1959	37,44	71,53	59,63	51,22	55,27	62,55	79,80	17,49	82,55	71,53
1960	8,43	44,11	33,38	20,42	26,85	55,83	36,15	83,34	32,84	44,11
1961	66,26	43,11	48,77	50,03	49,37	32,84	52,77	83,34	51,79	43,11
1962	97,66	80,12	84,91	52,66	69,40	107,13	57,37	83,34	56,35	80,12
1963	17,29	83,55	64,20	95,52	77,77	78,32	90,73	83,34	89,50	83,55
1964	32,25	90,97	78,73	84,04	81,26	88,28	95,44	83,35	94,18	90,97

Fonte: Contas Nacionais do Brasil - Conceitos e Metodologia, IBRE - CCN/FGV, 1972.

TABELA 52

PARTICIPAÇÃO DOS ITENS COMPONENTES DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E DA
PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS EM SEUS TOTAIS (1955/64)

- em % -

ANOS	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO					PRODUÇÃO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS				
	Importação Líquida de Bens de Produção (A)	Produção Nacional de Bens de Produção (B)	Importação e Produção de Bens de Produção (A) + (B)	Construções	Total	Material de Transporte Rodoviário	Material de Transporte Ferroviário	Navios e Embarcações	Máquinas e Equipamentos	Total
1955	17,61	27,10	44,71	55,29	100,00	33,67	4,77	3,30	58,26	100,00
1956	15,04	26,92	41,96	58,04	100,00	32,07	4,95	2,95	60,03	100,00
1957	19,31	27,46	46,78	53,22	100,00	32,00	5,00	2,76	60,24	100,00
1958	16,83	31,38	48,21	51,79	100,00	47,83	3,86	2,07	46,24	100,00
1959	14,90	34,66	49,56	50,44	100,00	45,33	4,05	1,42	49,21	100,00
1960	12,74	39,38	52,12	47,88	100,00	49,01	3,83	1,80	45,36	100,00
1961	14,18	37,73	51,90	48,10	100,00	45,50	4,08	2,31	48,11	100,00
1962	16,54	40,11	56,66	43,34	100,00	52,32	3,57	2,35	41,76	100,00
1963	10,91	41,42	52,33	47,67	100,00	50,83	3,71	2,35	43,12	100,00
1964	7,96	43,64	51,60	48,40	100,00	50,11	3,79	2,25	43,84	100,00

Fonte: Contas Nacionais do Brasil - Conceitos e Metodologias, IBRE-CCN/FGV, 1972.

TABELA 53

BALANCETE CONSOLIDADO DO SISTEMA BANCÁRIO (AUTORIDADES MONETÁRIAS
E BANCOS COMERCIAIS) DE ACORDO COM AS PREVISÕES DO PLANO TRIENAL

(VARIAÇÕES ENTRE 31.12.1962 E 31.12.1963)

- em Cr\$ bilhões -

DISCRIMINAÇÃO	TRIMESTRE				TOTAL
	I	II	III	IV	ANUAL
A - APLICAÇÕES (1 + 2 + 3 + 4)	+ 91,1	+178,3	+193,8	+ 298,2	+ 761,4
1. Empréstimos das Autoridades Monetárias ao Setor Público (Tesouro Nacional)	+ 26,6	+ 53,3	+ 57,5	+ 162,6	+ 300,0
2. Empréstimos das Autoridades Monetárias ao Setor Privado	+ 3,5	+ 34,3	+ 46,4	+ 32,2	+ 116,4
3. Empréstimos dos Bancos Comerciais ao Setor Privado	+ 54,0	+ 76,0	+ 93,0	+ 55,0	+ 278,0
4. Outras Aplicações	+ 7,0	+ 14,7	- 3,1	+ 48,4	+ 67,0
B - RECURSOS (1 + 2)	+ 91,1	+178,3	+193,8	+ 298,2	+ 761,4
1. Meios de Pagamento (1.1 + 1.2)	+ 25,1	+ 74,1	+ 97,0	+ 241,6	+ 437,8
1.1 Papel-moeda em Poder do Público	- 2,3	+ 8,1	+ 23,0	+ 69,2	+ 98,0
1.2 Moeda Escritural	+ 27,4	+ 66,0	+ 74,0	+ 172,4	+ 339,8
2. Recursos não Ligados à Expansão Mone- tária	+ 66,0	+104,2	+ 96,8	+ 56,6	+ 323,6

FONTE: Plano Trienal in "Desenvolvimento e Conjuntura", Abril 1964, p. 27.

TABELA 54

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS POR ATACADO E DO CUSTO DE VIDA DO ESTADO DA GUANABARA

VARIAÇÕES MENSAIS E SEMESTRAIS (1962-1963)

A N O E M Ê S	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS POR ATACADO			ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA NO ESTADO DA GUANABARA		
	1953 = 100	VARIAÇÃO (%)		1953 = 100	VARIAÇÃO (%)	
		MENSAL	SEMESTRAL		MENSAL	SEMESTRAL
1961 dez	690			708		
1962 jan	733	6,2		745	5,2	
fev	748	2,0		761	2,1	
mar	754	0,8		780	2,5	
abr	758	0,5		796	2,1	
mai	790	4,2		825	3,6	
jun	812	2,8	17,7	854	3,5	20,6
jul	849	4,6		900	5,4	
ago	870	2,5		927	3,0	
set	894	2,8	16,3	936	1,0	23,0
out	922	3,1		964	3,0	
nov	989	7,3		1017	5,5	
dez	1037	4,9	27,7	1099	8,1	28,7
1963 jan	1134	9,4		1106	0,1	
fev	1207	6,4		1162	5,1	
mar	1278	5,9	42,9	1273	9,6	36,0
abr	1284	0,5		1321	3,8	
mai	1339	4,3		1381	4,5	
jun	1422	6,2	37,1	1434	3,8	30,4
jul	1449	1,9		1530	6,7	
ago	1483	2,3		1592	4,1	
set	1582	6,7	31,0	1660	4,2	42,9
out	1664	5,2		1765	6,3	
nov	1746	4,9		1874	6,2	
dez	1855	6,2	30,5	1985	5,9	38,4

FONTE: "Conjuntura Econômica" in "Desenvolvimento e Conjuntura",
abril 1964, p. 9

TABELA 55

PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(1º Semestre/1963)

-em Cr\$ bilhões e %-

Itens	Meses							1º sem.
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.		
1. PROGRAMADA	50,0	50,9	60,6	86,1	82,5	74,1	404,2	
Orçamento	30,9	40,3	41,0	46,5	46,6	46,6	251,9	
Créditos Especiais	3,5	3,6	3,9	4,1	3,4	3,5	22,0	
Insuficiências	3,3	3,3	3,3	3,3	3,4	3,4	20,0	
Despesas sem crédito	1,2	1,1	6,7	14,3	13,1	9,5	45,9	
Financiamentos	0,7	1,0	2,7	8,8	9,0	4,2	26,4	
Resíduos Passivos	10,4	1,6	3,0	9,1	7,0	6,9	38,0	
2. REALIZADA	51,5	55,9	60,9	59,3	90,3	97,0	414,9	
Orçamento	24,3	41,4	42,2	44,1	61,0	51,0	264,0	
Créditos Especiais	1,0	0,3	-	0,5	5,2	1,0	8,0	
Insuficiências	-	-	0,5	-	-	-	0,5	
Despesas sem Crédito	5,1	2,3	2,3	1,8	2,2	34,0	47,7	
Financiamentos	1,5	5,0	14,3	9,8	16,5	5,0	52,1	
Resíduos Passivos	19,6	6,9	1,6	3,1	5,4	6,0	42,6	
3. VARIACÃO SOBRE A PROGRAMAÇÃO (%)	+3,0	+9,8	+0,5	-31,1	+9,5	+30,9	+2,6	
Orçamento	-21,4	+2,7	+2,9	-5,2	+30,9	+9,4	+4,8	
Créditos Especiais	-71,4	-16,7	-100,0	-87,8	+52,9	-71,4	-63,6	
Insuficiências	-100,0	-100,0	-84,8	-100,0	-100,0	-100,0	-97,5	
Despesas sem Crédito	+325,0	+109,1	-65,7	-87,4	-83,2	+257,9	+3,9	
Financiamentos	+114,3	+400,0	+429,6	+11,4	+83,3	+19,0	+97,3	
Resíduos Passivos	+88,5	+331,3	-46,7	-65,9	-22,9	-13,0	+12,1	

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA, IBRE/FGV, ago. 1963.

TABELA 56

RECEITA, DESPESA E DÉFICIT DE CAIXA
PREVISÃO DO PLANO TRIENAL¹ E RESULTADO EFETIVO

(em Cr\$ BILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	TOTAL DO 1º SEMESTRE
I. DESPESA DE CAIXA			
PREVISTO ¹	161,5	263,7	425,2
EFETIVO	172,7	261,0	433,7
EFETIVO/PREVISTO (%)	106,9	99,0	102,0
II. RECEITA			
PREVISTO ¹	148,7	208,7	357,4
EFETIVO	135,3	206,3	341,6
EFETIVO/PREVISTO (%)	90,1	98,8	95,6
III. DÉFICIT DE CAIXA (I-)			
PREVISTO ¹	12,8	55,0	67,8
EFETIVO	37,4	54,7	92,1
EFETIVO/PREVISTO (%)	292,2	99,4	135,8

FONTE: Desenvolvimento e Conjuntura, abril/1964 e SUMOC

NOTA: 1. Reprogramação Financeira elaborada em abril e maio de 1963.

TABELA 57

EVOLUÇÃO DO SALDO DE PAPEL-MOEDA EMITIDO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

ANO E MÊS	SALDO EM PAPEL MOEDA-EMITIDO		TOTAL DOS MEIOS DE PAGAMENTO		ÍNDICE DE PREÇO POR ATACADO
	BILHÕES DE Cr\$	VARIAÇÃO PERCENTUAL SOBRE O MÊS ANTERIOR	BILHÕES DE Cr\$	VARIAÇÃO PERCENTUAL SOBRE O MÊS ANTERIOR	VARIAÇÃO MENSAL
1961 - DEZ	314		1049		
1962 - JAN	305	- 2,9	1051	0,2	6,2
FEV	305	-	1074	2,2	2,0
MAR	310	1,6	1082	0,7	0,8
ABR	314	1,3	1117	3,2	0,5
MAI	324	3,2	1115	- 0,2	4,2
JUN	344	6,2	1192	6,9	2,8
JUL	369	7,3	1243	4,3	4,6
AGO	374	1,4	1314	5,7	2,5
SET	414	10,7	1373	4,5	2,8
OUT	414	-	1437	4,7	3,1
NOV	424	2,4	1499	4,3	7,3
DEZ	509	20,0	1699	13,3	4,9
1963 - JAN	509	-	1702	0,2	9,4
FEV	509	-	1709	0,4	6,4
MAR	509	-	1706	- 0,2	5,9
ABR	509	-	1709	0,2	0,5
MAI	524	2,9	1789	4,7	4,3
JUN	549	4,8	1906	6,5	6,2
JUL	564	2,7	1934	1,5	1,9
AGO	594	5,3	2039	5,4	2,3
SET	714	20,2	2155	5,7	6,7
OUT	739	3,5	2235	3,7	5,2
NOV	739	-	2415	8,4	4,9
DEZ	889	20,3	2837	17,5	6,2

FONTE: SUMOC in Desenvolvimento e Conjuntura, Abril/1964.

TABELA 58
PREVISÕES DO PLANO TRIENAL E RESULTADOS EFETIVOS

- Cr\$bilhões correntes -

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÕES DO PLANO TRIENAL	RESULTADO EFETIVO	
		Valor	Aumento % em relação ao saldo em 31/12/62
1. EMPRÉSTIMOS AO SETOR PÚBLICO			
no 1º trimestre	27	54	7,2
no 1º semestre	80	96	12,8
no ano	300	527	70,5
2. EMPRÉSTIMOS DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS AO SETOR PRIVADO			
no 1º trimestre	4	17	3,5
no 1º semestre	38	63	13,1
no ano	116	256	53,3
3. EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS COMERCIAIS AO SETOR PRIVADO			
no 1º trimestre	54	16	2,1
no 1º semestre	130	88	11,4
no ano	278	490	63,5
4. EMISSÕES DE PAPEL-MOEDA			
no 1º trimestre	-5	-	-
no 1º semestre	5	40	7,9
no ano	110	380	74,7
5. EXPANSÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO			
no 1º trimestre	25	7	0,4
no 1º semestre	99	207	12,2
no ano	438	1.138	67,0
6. ÍNDICE GERAL DE PREÇOS POR ATACADO - VARIAÇÃO (%)			
no 1º trimestre			23,2
no 1º semestre			37,1
no ano			78,9

Fonte: SUMOC; Plano Trienal in "Desenvolvimento e Conjuntura", abril 1984.

TABELA 59

EMPRÊSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO - (EM %) COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

(1951 -1964)

ANOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	AGRICULTURA
1951	0,77	0,94	0,84
1952	1,00	1,00	1,00
1953	1,05	1,12	1,12
1954	0,88	1,24	1,22
1955	0,85	1,16	1,28
1956	0,80	1,09	1,24
1957	0,81	1,22	1,42
1958	0,72	1,04	1,40
1959	0,60	0,86	1,30
1960	0,60	0,81	1,26
1961	0,51	0,70	1,22
1962	0,45	0,67	1,32
1963	0,38	0,60	1,34
1964	0,31	0,52	1,37

FONTE: "Movimento Bancário do Brasil", Conjuntura Econômica in A.C. Sochaczewski, julho/1980.

TABELA 60

BANCO DO BRASIL: EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO: DUPLICATAS

DESCONTADAS E EMPRÉSTIMOS EM CONTA CORRENTE (1)

(1952/61)

- em Cr\$ milhões e % -

ITENS ANOS	VALORES CORRENTES					PARTICIPAÇÃO (%)					ÍNDICES REAIS (2)				
	Comércio	Indústria	Agricult.	Outros	Total	Comércio	Indústria	Agricult.	Outros	Total	Comércio	Indústria	Agricult.	Outros	Total
1952	15,6	9,8	9,8	12,4	47,6	32,8	20,6	20,6	26,1	100,0	100	100	100	100	100
1953	18,2	16,7	12,8	9,2	56,9	32,0	29,3	22,5	16,2	100,0	97	142	108	61	99
1954	23,1	31,1	18,8	2,7	75,7	30,5	41,1	24,8	3,6	100,0	98	209	127	15	105
1955	25,7	36,5	21,0	2,9	86,1	29,8	42,4	24,4	3,4	100,0	97	219	125	14	106
1956	29,7	45,4	24,0	3,4	102,5	20,0	44,3	23,4	3,3	100,0	90	219	115	13	102
1957	33,5	56,6	30,9	4,2	125,2	26,8	45,2	24,7	3,4	100,0	95	254	139	15	116
1958	40,5	70,1	40,8	5,3	156,7	25,8	44,7	26,0	3,4	100,0	92	254	148	16	117
1959	44,7	82,2	52,4	5,9	185,2	24,1	44,4	28,3	3,2	100,0	73	214	136	12	99
1960	61,5	107,1	72,7	8,1	249,4	24,7	42,9	29,1	3,2	100,0	77	213	144	13	102
1961	89,0	150,3	112,8	11,0	363,1	24,5	41,4	31,1	3,0	100,0	75	202	152	12	101

FONTE: "MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL" (in SOCHACZEWSKI, A.C., Julho, 1980).

NOTAS:

(1) Valores de Final de Período; Balanços Trimestrais Dessazonalizados; média-móvel de cinco períodos.

(2) Utilizado como deflator o IGP-DI (FGV).

TABELA 61 - A

PARTICIPAÇÃO DOS ACEITES CAMBIAIS NO TOTAL DE
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO AO SETOR PRIVADO

(1959 - 1964)

ANOS	ACEITES CAMBIAIS (EM Cr\$ MILHÕES)	PARTICIPAÇÃO %
1959	1,0	0,25
1960	6,2	1,10
1961	11,6	1,49
1962	44,1	3,51
1963	74,4	3,83
1964	230,0	6,56

FONTE: Conjuntura Econômica, Vol. 30, nº 3,
IBRE/FGV, mar/76.

TABELA 61 - B

COTAÇÃO E RENTABILIDADE DE LETRAS DE CÂMBIO NO RIO DE JANEIRO

ÉPOCA	NOME DA SOCIÉDADE DE FINANCIAMENTO	PRAZO (dias)	COTAÇÃO (%)	RENTABILIDADE NA BASE ANUAL (%)	IGP VARIACÃO (%)
JUNHO/JULHO 1961	FINCO	370	77,903	27,9	50
	FIDES	379	74,74	32,4	
	BRASIL	360	80,00	25,4	
OUTUBRO 1961	FINCO	365	78,201	27,9	41
	BRASIL	360	80,00	25,4	
FEVEREIRO/MARÇO 1962	FININVEST	392	71,69	39,2	61
	FINCO	193	87,67	27,7	
JUNHO 1962	CREDIBRÁS	361	75,94	32,1	74
	CCF	358	76,14	32,0	
OUTUBRO 1962	CBI	370	76,32	30,7	82
	DELTEC	374	76,176	30,1	
	FINCO	364	76,74	30,4	
FEVEREIRO 1963	INVEST. UNIDOS	180	87,00	32,9	87
	CRÉDITO COMERCIAL	393	73,80	32,6	

FONTE: "Conjuntura Econômica", março/64, p 76.

TABELA 62

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL PARA SÃO PAULO

DATA DE INÍCIO DE VIGÊNCIA	ANOS	SALÁRIO MÉDIO MENSAL REAL
		ÍNDICE DIEESE 1952 = 100
JANEIRO	1952	100,0
-	1953	82,4
JULHO	1954	100,1
-	1955	112,4
AGOSTO	1956	114,2
-	1957	124,2
-	1958	108,0
JANEIRO	1959	120,9
OUTUBRO	1960	102,0
OUTUBRO	1961	113,2
-	1962	103,1
JANEIRO	1963	90,6
FEVEREIRO	1964	93,6

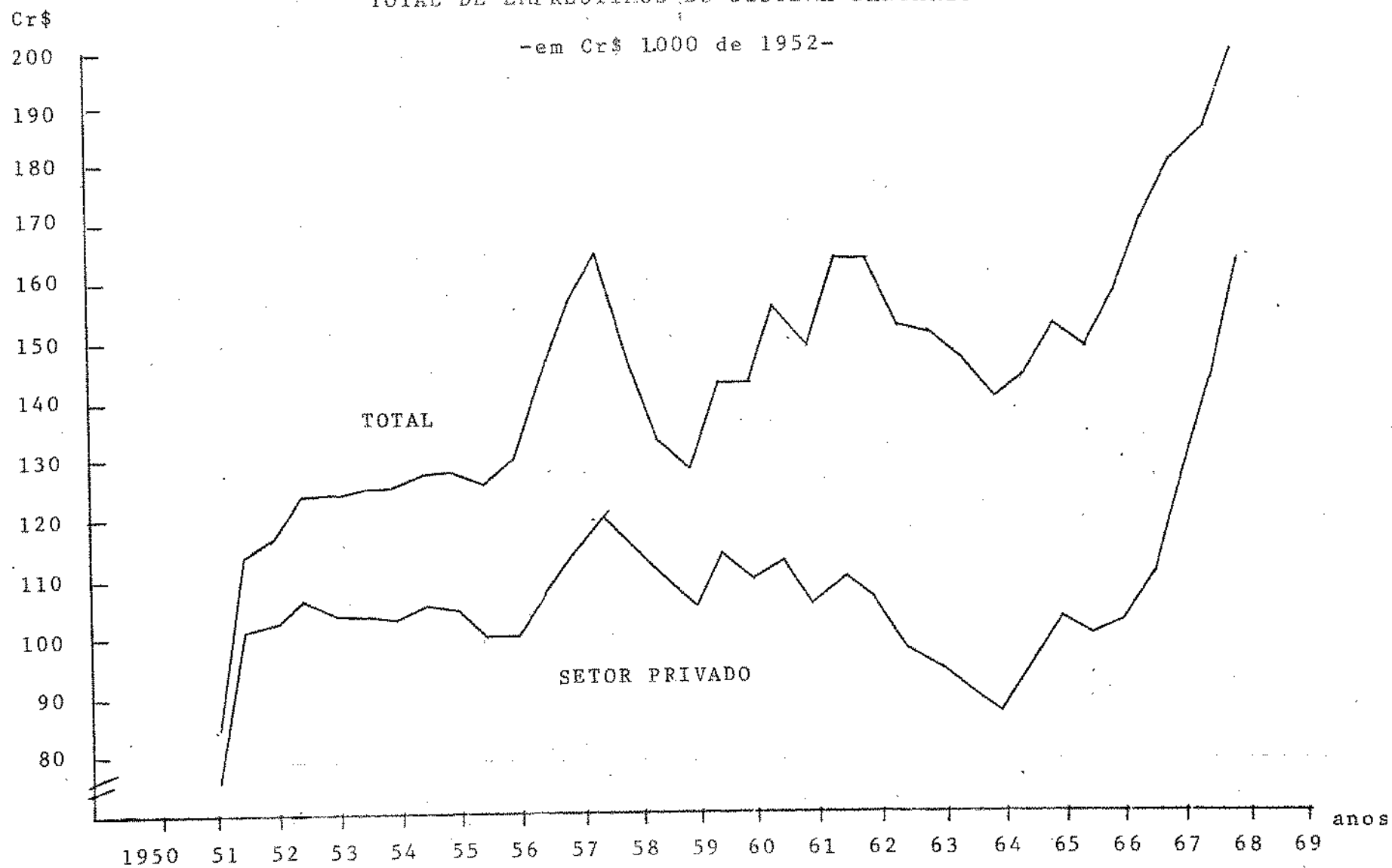
OBSERVAÇÕES: 1. A partir de 1962 considera-se o 13º salário;
2. Deflacionado até 1958 pelo "Índice do Custo de Vida", elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo; de 1959, em diante, pelo "Índice do Custo de Vida do DIEESE", para São Paulo.

FONTE: "O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Conjuntura", Secretaria de Emprego e Salário (Ministério do Trabalho)/Instituto de Economia Industrial, (VFRJ), 1986.

GRÁFICO I

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO

-em Cr\$ 1000 de 1952-



FONTE: SOCHACZEWSKI, A.C., Julho, 1980, pg 71.

GRÁFICO II

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO

-em Cr\$ 1.000 de 1952-

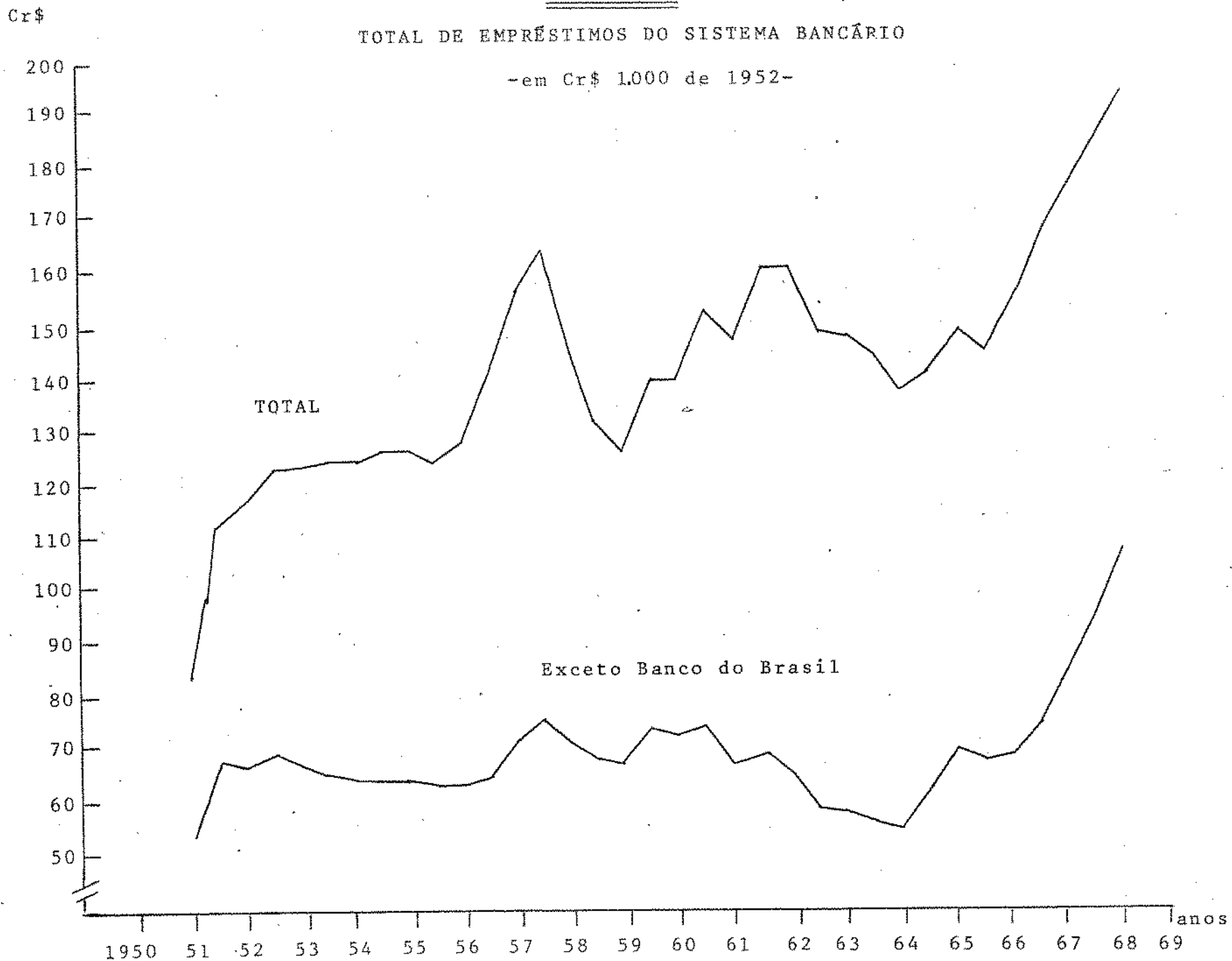
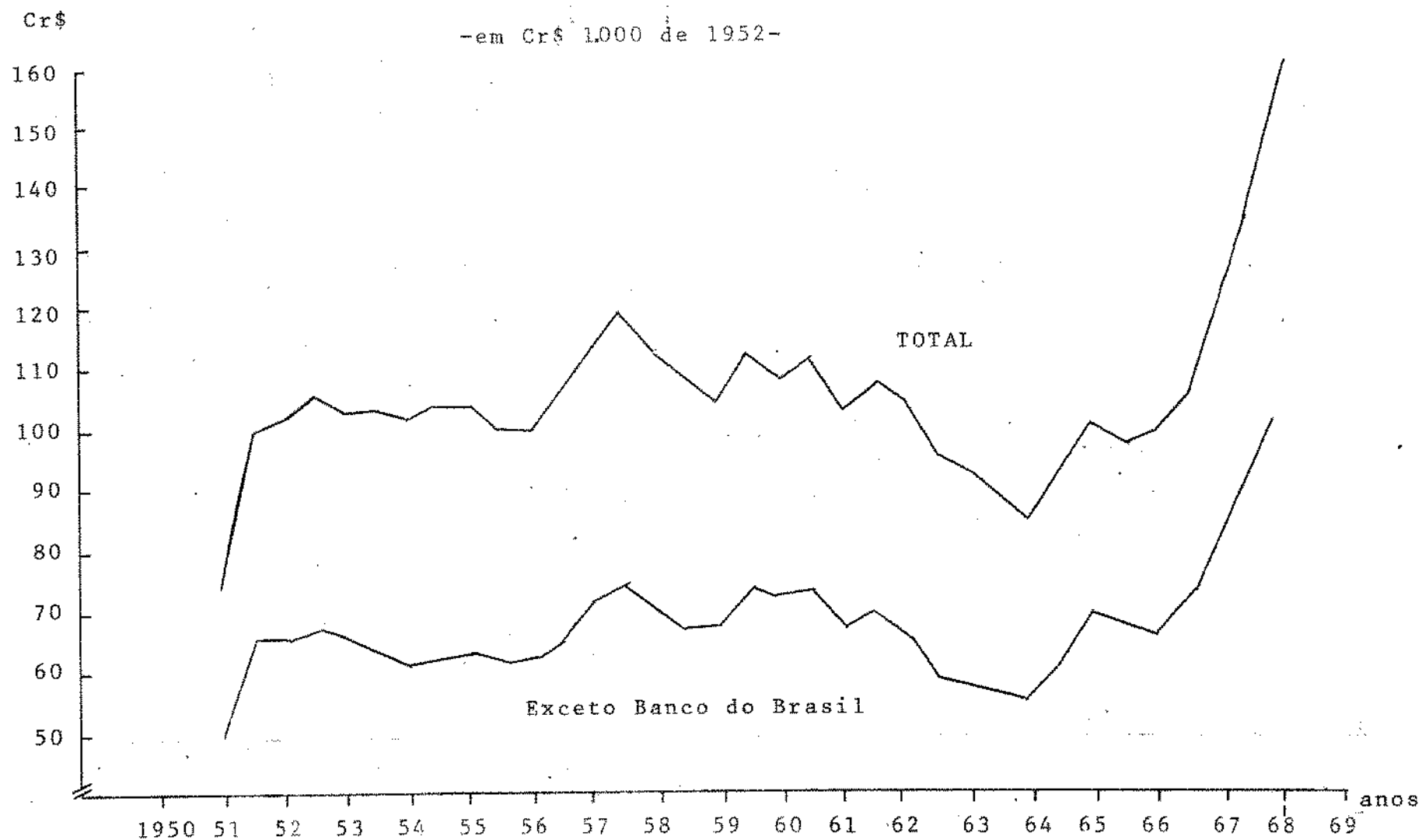


GRÁFICO III

EMPRÉSTIMOS PARA O SETOR PRIVADO

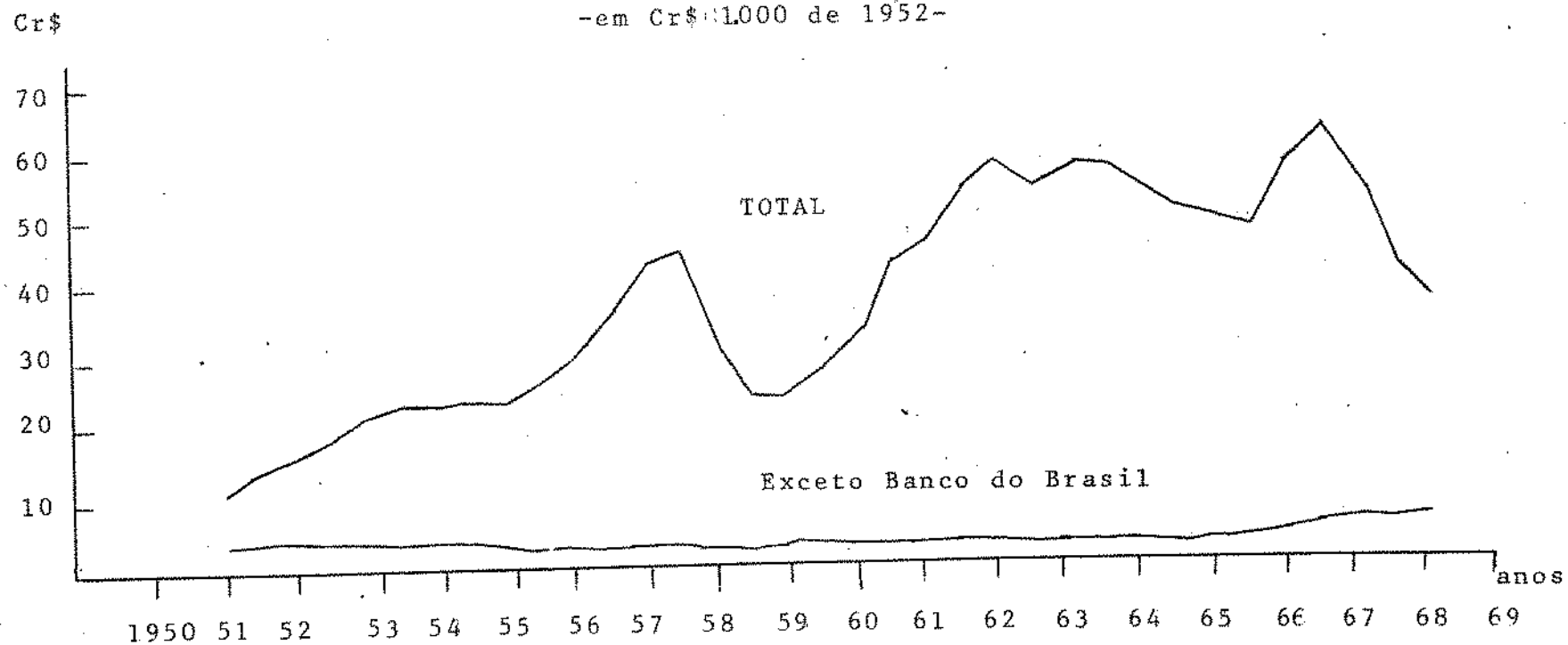
-em Cr\$ 1.000 de 1952-



FONTE: SOCHACZEWSKI, A. C., Julho, 1980, pp 67.

GRÁFICO IV
EMPRESTIMOS PARA O SETOR PÚBLICO

-em Cr\$1.000 de 1952-



FONTE: SOCHACZEWSKI, A.C., Julho.1980, p. 69.

GRÁFICO V

EMPRÉSTIMOS E PRODUTO REAL: INDÚSTRIA

Índice

-em nº índice/1952=100-

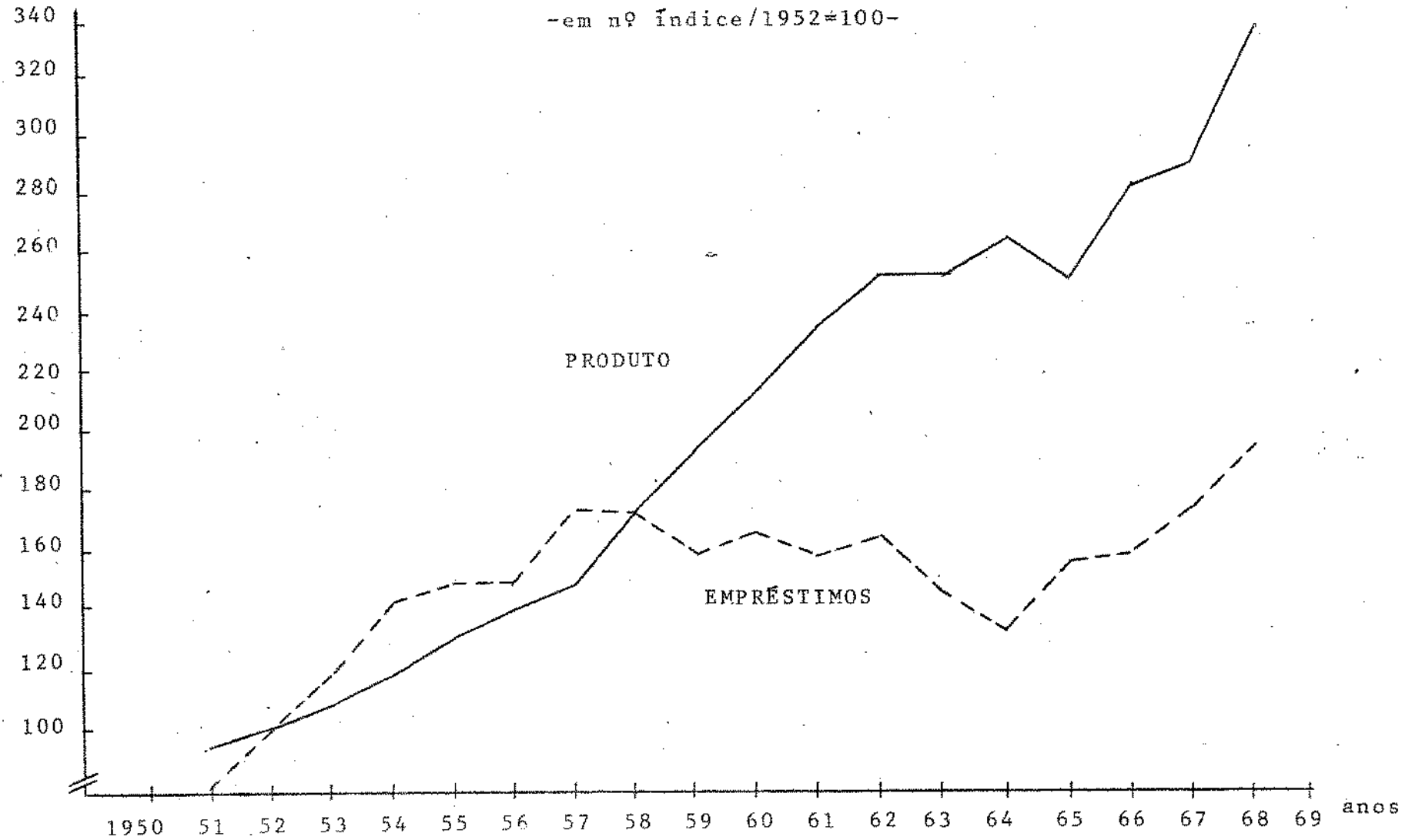
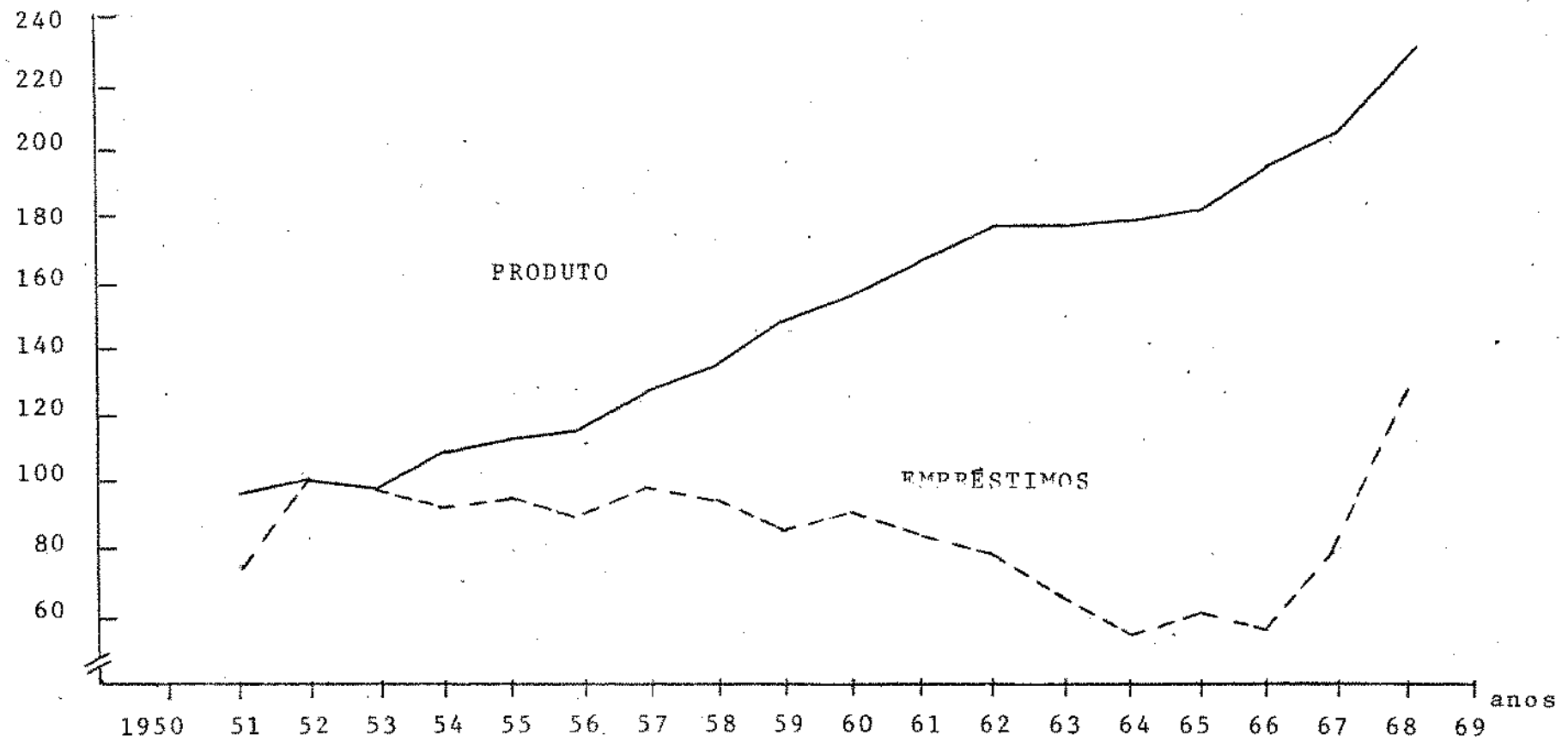


GRÁFICO VI

EMPRÉSTIMOS E PRODUTO REAL: COMÉRCIO

Índice

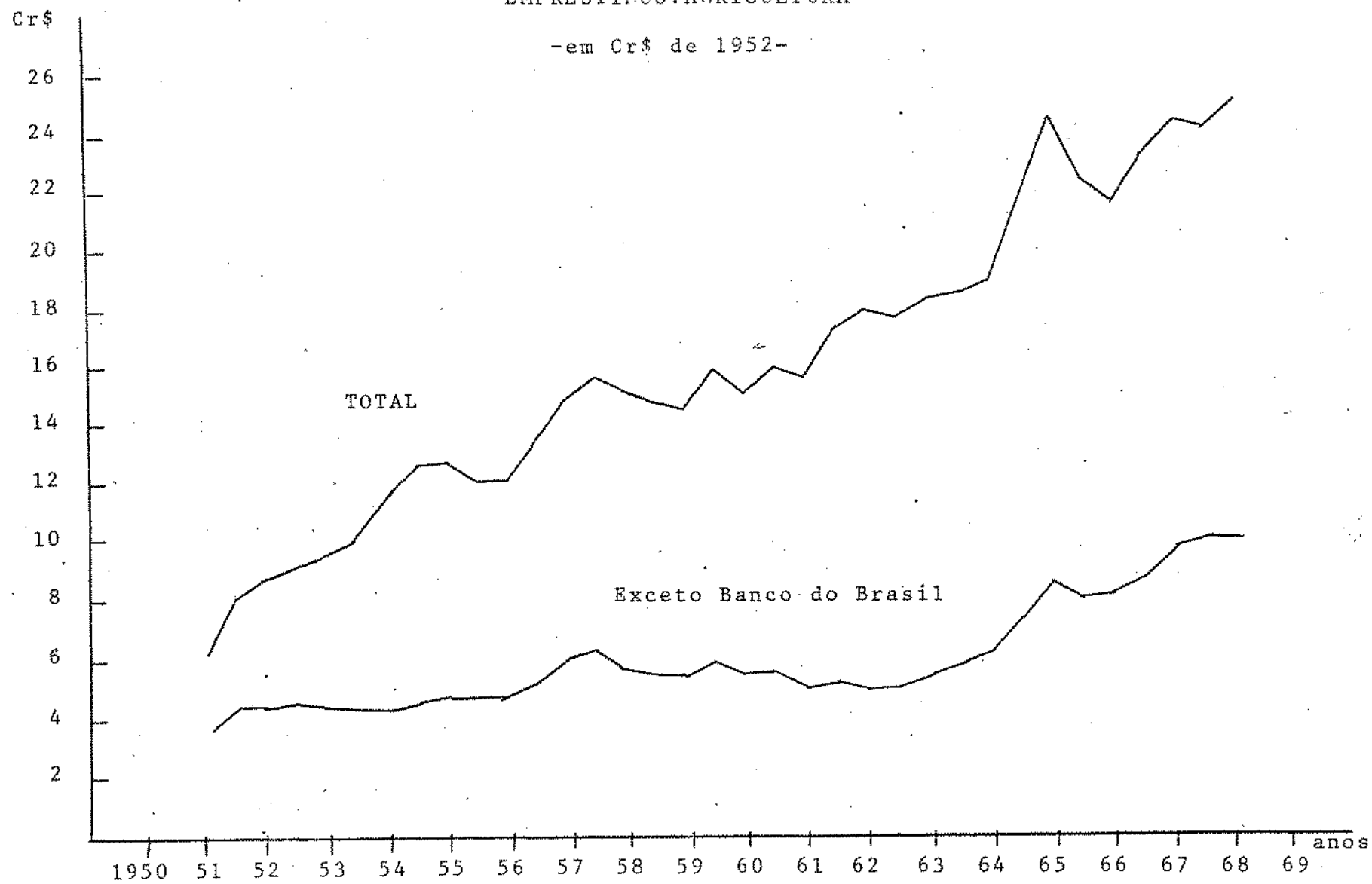
-em nº Índice/1952=100-



FONTE: SOCHACZEWSKI, A. C., Julho, 1980, pg 75.

GRÁFICO VII
EMPRÉSTIMOS: AGRICULTURA

-em Cr\$ de 1952-



FONTE: SOCHACZEWSKI, A.C., Julho; 1980; pg 74.

REPROGRAFIA

B I B L I O G R A F I A

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Luciano G. "Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs), Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Ensaio sobre a crise), São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BNDES. Trinta Anos de BNDES - Avaliação e Rumos. Rio de Janeiro, 1982.
- BRASIL. Governo João Goulart. Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, 1962
- BRASIL. Ministério do Trabalho/Instituto de Economia Industrial. O Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília, Secretaria de Emprego e Salário, 1987.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: Diagnóstico Preliminar da Indústria Mecânica e Elétrica. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), Julho 1966.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: Diagnóstico Preliminar do Petróleo. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), Julho 1966.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: Diagnóstico Preliminar da Siderurgia e Metais Não-Ferrosos. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), Julho 1966.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Economia, Planejamento e Nacionalismo. Rio de Janeiro, APEC, 1963.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Introdução à Revolução de 1964, Rio de Janeiro, Artenova, 1975, 2 vol.
- CEPAL/ABDIB. "Alguns Problemas Gerais de Fabricação de Equipamentos Industriais de Base" in Desenvolvimento e Conjuntura, Ano V/número 6. Rio de Janeiro, CNI, Junho 1961.
- COUTINHO, Luciano G. e REICHSTUL, Henri-Phillipe. "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo" in Carlos Estevan Martins, Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC - CEBRAP, 1977.

DAVIDOFF, Paulo. "Ignácio Rangel, O Debate Econômico do Início dos Anos Sessenta",
Tese de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1980, mimeo.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e
as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1985.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Caderno do Setor Público Brasileiro. Rio de Janeiro,
Centro de Estudos Fiscais/Instituto Brasileiro de Economia, 1969.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). "Contas Consolidadas da Administração Descentrali-
zada Federal, 1957/64". Rio de Janeiro, Centro de Estudos Fiscais/Instituto
Brasileiro de Economia, 1965, mimeo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Contas Nacionais do Brasil, Rio de Janeiro, Cen-
tro de Contas Nacionais/Instituto Brasileiro de Economia, 1972, 2 vol.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. O Setor Público Federal Descentralizado. Rio de
Janeiro, Centro de Estudos Fiscais/Instituto Brasileiro de Economia, 1967.

FURTADO, Celso. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, a
gosto 1962.

FURTADO, Celso. Perspectivas da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1956 a 1966.

IBGE. Censo Industrial de 1960, Rio de Janeiro, 1967.

IBGE. Produção Industrial, 1966, Rio de Janeiro, 1969, 2 Vol..

JAGUARIBE, Helio. Condições Institucionais do Desenvolvimento. Rio de Janeiro,
ISEB, 1958.

JAGUARIBE, Helio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Ja-
neiro, Fundo de Cultura, 1962.

JAGUARIBE, Helio. O Nacionalismo na Atualidade Brasileira. Rio de Janeiro, ISEB,

- KALECKI, Michal. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- KALECKI, Michal. "Teoria da Dinâmica Econômica - Ensaio sobre as Mudanças Cíclicas e a Longo Prazo da Economia Capitalista" in Os Pensadores, Keynes / Kalecki. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- LAFER, Celso. "O Planejamento no Brasil - Observações sobre o Plano de Metas (1956 - 1961)" in Betty Mindlin Lafer, Planejamento no Brasil, São Paulo, Perspectiva, 1973.
- LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. "Reforma Tributária e Progressividade da Estrutura Fiscal" in Desenvolvimento e Conjuntura, Ano VI/número 11. Rio de Janeiro, CNI, Novembro 1962.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. "Relações Econômicas do Brasil com os Estados Unidos - Uma Tentativa de Avaliação Crítica" in Desenvolvimento e Conjuntura, Ano VII/número 4. Rio de Janeiro, CNI, Abril 1963.
- MARX, Karl. El Capital. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, 3 vol.
- MELLO, João Manuel Cardoso de e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de. "Reflexões sobre a Crise Atual" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, Desenvolvimento Capitalista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- RANGEL, Ignácio. A Inflação Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Ensaio sobre a crise), São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1962.
- SOCHACZEWSKI, A. C. "Financial and Economic Development of Brazil, 1952 - 1968." Tese de doutoramento, The London School of Economics and Political Science, Julho 1980, mimeo.

- SOLA, Lourdes. "The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil, 1945-1963. Tese de Doutorado, University of Oxford, 1982, mimeo.
- STEINDL, Josef. "Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano" in Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil" in Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs), Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Ensaio sobre a Crise), São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", Rio de Janeiro, Tese de Livre-Docência, FEA/UFRJ, 1975, mimeo.
- VALLE, Ricardo B. G.. A Ação Financiadora do BNDE e o Processo de Industrialização. Rio de Janeiro, IBMEC, Janeiro 1980.
- WELLS, John. "Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960's and Early 1970's", tese de doutorado, Oxford, 1977, mimeo.
- WERNECK, Arnaldo Oliveira. "As atividades empresariais do Governo Federal no Brasil" in Revista Brasileira de Economia, vol. 23, número 3. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Julho/Set. 1969.
- ZONINSEIN, Jonas. Texto para discussão, número 63. Rio de Janeiro, IEI/UERJ, dezembro 1984.

PERIÓDICOS E RELATÓRIOS

Boletim da SUMOC, diversos números, 1955 a 1963.

Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, vários números, Rio de Janeiro,
1956 a 1964.

Desenvolvimento e Conjuntura, Confederação Nacional da Indústria, vários n^um^eros,
Rio de Janeiro, 1958 a 1964.

Relatório Anual das Centrais Elétricas de Minas Gerais, diversos exercícios,
Belo Horizonte, 1957 a 1965.

Relatório de Atividades do BNDE, diversos exercícios, 1957 a 1963.

Relatório da SUMOC, diversos exercícios, 1957 a 1963.